

**EXPECTATIVAS FUTURAS DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA:  
UM ESTUDO AUTOFOTOGRAFICO**

**Lucas Neiva-Silva<sup>i</sup>**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia sob orientação da  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Março, 2003

Este trabalho é dedicado  
às crianças e adolescentes em situação de rua,  
que me ensinaram a olhar a Infância, a Adolescência e a Rua  
com outros olhos.

*“Um simples sonho nunca levou ninguém a nada;  
mas todos aqueles que um dia alcançaram,  
é porque um dia sonharam.”*

Autor Anônimo

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar um trabalho como este, é preciso ter consciência de que tal obra é fruto de um longo processo, iniciado há muitos anos. Ainda que esta dissertação seja apresentada à Academia apenas por um autor, é necessário reconhecer que ela não foi produzida apenas por uma pessoa, mas por todas aquelas que, em maior ou menor grau, contribuíram para este resultado. A todas essas pessoas, os sinceros agradecimentos:

- À minha maravilhosa família, Joel, Neyde, Joelma e Cássio, pelo incomensurável apoio e amor ao longo de toda a vida e, em especial, no momento da decisão de deixar tudo em Brasília e partir rumo ao meu futuro; aos demais familiares deste plano e do outro; Amo vocês!

- À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sílvia Helena Koller, por ter sido mais que orientadora e se transformado em grande amiga, em irmã mais velha; por todo o carinho, estímulo, afeto, paciência e respeito, a mim dedicados por ela e pelo companheiro; pelo grande aprendizado nas diferentes áreas da vida;

- À Família Torres de Carvalho, ao Gilmar, Tânia, Alexandra e Elma, por terem me transformado em mais um membro da família, quando no frio do inverno me acolheram no calor de seus corações. Em especial à querida Fernanda, à qual não haveria páginas suficientes para descrever todos os sentimentos, dentre eles o de gratidão.

- À minha importante Equipe de Pesquisa. Às pesquisadoras Flávia M., Flávia W., Iana e Isabela, que tanto me ensinaram ao longo deste processo. Por todas as reuniões, discussões, idas à rua, transcrições, análises, tabulações, reflexões, leituras, revisões dos manuscritos, busca de artigos, publicações de trabalhos, enfim, pela grande contribuição que vocês ofereceram. Pela paciência e pelas brigas, mas principalmente, pelo carinho e afeto que nos une. Saibam que vocês foram parte imprescindível na elaboração deste trabalho.

- À toda família CEP-Rua. À Juliana, Elder, Clarissa, Carolina, Alessandra, Joane, Lísia, Simone, Paola e demais colaboradores agradeço pelo aprendizado e pelo afeto compartilhados.

- Aos professores que compuseram a banca, Dr.<sup>a</sup> Denise Bandeira, Dr. Jorge Sarriera e Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela Mattar Yunes, pela atenção oferecida e pelas importantes contribuições trazidas nas diferentes etapas deste trabalho;

- Sinceramente, aos professores deste Programa de Pós-Graduação que, em diferentes níveis, contribuíram para o meu engrandecimento enquanto pesquisador;

- Aos professores da Universidade de Brasília, responsáveis pela minha formação inicial como Psicólogo e Pesquisador; a vocês aos quais devo muito e, em especial, à Prof.<sup>a</sup> Ângela Almeida, com quem iniciei as pesquisas com as crianças em situação de rua;

- Aos amigos que fiz em Porto Alegre, que me acolheram com tanto carinho. A todos os colegas da Turma do Mestrado, nos muitos momentos difíceis compartilhados no ombro amigo, e também nos maravilhosos momentos de churrasco e chimarrão. Em especial ao amigo Adriano, pela amizade e pelos muitos aprendizados ao seu lado. À amiga Juliana, pelo companheirismo, pelos estímulos, desabafos e pelas profundas reflexões sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Ao Francisco (Chico), pela amizade, por ter salvado parte desta dissertação dos vírus dos computadores e por me ensinar tanto sobre informática. Aos amigos Elder, Marúcia e Caroline, pelo carinho ao me suportarem todos os dias. À amiga Maria Célia, pelo sorriso sempre presente e pelo abraço caloroso;

- Aos incontáveis amigos de Brasília, que apesar da distância física, se mantiveram próximos do coração, me apoiando e me reconfortando ao longo do processo. Em especial, ao Anderson, Frank, Fabinho, Marla, Elizângela, Luciene (Carrijo e Miranda), Otacílio, Zildo, Patrícia, Laurinda, Marisa, Anacy, Demyan, Daniela (Josper e Marques), Kaise, Davi, Gina, enfim a toda esta turma maravilhosa. A todos os amigos do Metrô-DF, em especial ao Maurício, Vagner e Alda, pelo apoio na decisão de pedir demissão e vir em busca da minha carreira. A todos os amigos da Cruz Vermelha Brasileira – Filial DF, pelo carinho de sempre;

- À Mary Walker, pelas agradáveis experiências vivenciadas na rua, durante sua visita ao Brasil;

- À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter proporcionado esta pós-graduação através do oferecimento de bolsa de estudos durante todo o período do Mestrado;

- A todas as pessoas que lutaram e continuam lutando por Instituições de Ensino públicas, gratuitas e de qualidade, em nível fundamental, médio e superior, pois, graças a elas – às pessoas e às Instituições –, eu percorri toda a minha trajetória escolar.

- A todas as crianças e adolescentes em situação de rua que fizeram parte desta pesquisa e que estiveram presentes nos outros momentos da minha vida, apresento a minha sincera gratidão. Espero sinceramente que, um dia, esses agradecimentos possam chegar até vocês na forma de melhoria de qualidade de vida.

Enfim, a todos aqueles que cruzaram o meu caminho, que caminharam ao meu lado ou que me permitiram seguir lado-a-lado, o meu obrigado. Àqueles que sempre me estimularam a não desistir dos meus sonhos, que me ensinaram através das palavras, do silêncio, do olhar, do sorriso e também das lágrimas; àqueles aos quais jamais terei a oportunidade de agradecer pessoalmente, mas que fizeram ou fazem parte da minha vida, contribuindo para que hoje eu seja quem sou, o meu sincero Obrigado!

*O Autor*

## SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	08
Lista de Tabelas.....	09
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Capítulo I	
Introdução.....	12
1.1 Expectativas futuras de crianças e adolescentes em situação de rua.....	13
1.2 Expectativas futuras como fator de resiliência.....	22
1.3 Identificação da criança em situação de rua.....	24
1.3.1 Vinculação com a família.....	26
1.3.2 Atividade.....	28
1.3.3 Aparência.....	32
1.3.4 Local.....	33
1.3.5 Ausência de adulto responsável.....	34
1.4 Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.....	36
1.5 O uso da fotografia na pesquisa psicológica.....	41
Capítulo II	
Método.....	66
2.1 Participantes.....	66
2.2 Instrumentos.....	66
2.2.1 Entrevista semi-estruturada.....	66
2.2.2 Equipamento fotográfico.....	67
2.3 Procedimentos.....	67
2.4 Considerações éticas e legais.....	70
2.4.1 Risco da pesquisa.....	70
2.4.2 Consentimento informado.....	70
2.4.3 O uso da imagem.....	72
2.4.4 Devolução dos resultados aos participantes.....	74

### Capítulo III

Resultados e discussão.....	76
3.1 Atividades profissionais.....	76
3.2 Família.....	93
3.3 Educação.....	107
3.4 Moradia.....	118
3.5 Resultados do Método Autofotográfico.....	125

### Capítulo IV

Considerações finais.....	143
4.1 Sobre os aspectos metodológicos.....	143
4.2 Sobre os aspectos gerais.....	150

Referências.....	159
------------------	-----

### Anexos

Anexo A.....	174
--------------	-----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.....	38
Figura 2. Expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua, de acordo com as áreas de atuação profissional.....	80
Figura 3. Razões atribuídas pelos adolescentes em situação de rua à escolha das respectivas atividades profissionais.....	84
Figura 4. Percentual do total de adolescentes que citou cada uma razões atribuídas à escolha das atividades profissionais.....	84
Figura 5. Com quem mora o adolescente em situação de rua?.....	95
Figura 6. Planejamento familiar em relação à conjugalidade.....	101
Figura 7. Planejamento familiar em relação aos filhos .....	102
Figura 8. Principais integrantes efetivos da rede de apoio social relatados pelos adolescentes em situação de rua.....	105
Figura 9. Aspectos positivos da Escola.....	114
Figura 10. Aspectos negativos da Escola.....	114
Figura 11. Expectativa futura sobre constituição de família: Casamento.....	141
Figura 12. Expectativa futura sobre constituição de família: Filhos.....	141
Figura 13. Expectativa futura sobre local de residência.....	141
Figura 14. Expectativa futura sobre aquisição de bens materiais.....	142
Figura 15. Expectativa futura sobre profissão.....	142
Figura 16. Expectativa geral sobre o futuro.....	142

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Pessoas.....	129
Tabela 2. Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Interesses Futuros.....	134
Tabela 3. Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Contextos....	137
Tabela 4. Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Uso de Drogas.....	139

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar as expectativas futuras de adolescentes em situação de rua, em relação à educação, ao trabalho, à família e à moradia, examinando as interconexões existentes entre elas e buscando compreender os fatores relacionados ao processo de construção e desconstrução dos projetos de vida. À luz da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, cada tema foi investigado considerando a dimensão Tempo em toda a sua extensão, buscando fatores no presente e no passado que fornecessem subsídios para entender o processo de construção de projetos futuros. A amostra foi composta por 14 adolescentes em situação de rua, do sexo masculino, com idades entre 12 e 16 anos, encontrados nas ruas de Porto Alegre e identificados por cinco fatores principais: 1) atividades realizadas nas ruas; 2) vinculação familiar; 3) aparência pessoal; 4) local de permanência; e, 5) presença/ausência de um adulto responsável. Na primeira etapa da pesquisa, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, baseada nos fatores ecológicos de Contexto, Tempo e Processo. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo. Na segunda etapa da pesquisa, baseada no método autofotográfico, os adolescentes receberam uma câmera fotográfica e foram solicitados a registrar 12 fotografias em resposta à pergunta “Como você se vê no futuro?”. Após a revelação, as fotos foram entregues aos participantes e, com base nestas, foi realizada nova entrevista. As imagens fotográficas foram submetidas à análise de conteúdo, de acordo com o método citado. Os dados mostraram que, em geral, os adolescentes em situação de rua apresentam projetos futuros bem elaborados em relação às áreas profissional, familiar, educacional e habitacional. Sobre as expectativas profissionais, os adolescentes almejam trabalhar em diferentes profissões, buscando principalmente a melhoria financeira e a valorização social através do resultado final do trabalho. Apesar dos conflitos vivenciados no contexto familiar presente, os adolescentes apresentaram o desejo de constituir família, buscando um modelo tradicional formado por esposa e filhos. Os participantes depositaram grande importância na Educação como forma de ascensão profissional, indicando o estudo como principal forma de realização de seus projetos. Todos os adolescentes referiram a intenção de continuar ou retomar os estudos no futuro. Os adolescentes buscaram a própria inserção social através da mudança do local de moradia. Configurou-se, como principal expectativa, a saída das favelas e a ida para os bairros, percebidos como setores mais valorizados socialmente, com menos riscos à vida e à saúde de seus moradores.

Palavras-chave: Projetos futuros; crianças e adolescentes em situação de rua; método autofotográfico; família, educação.

## ABSTRACT

The aim of this study was to identify the future expectations of street adolescents, concerning to professional activities, family, education and habitation aspects. The links between these aspects were examined, comprehending the factors related to the process of construction of their life projects. The ecological systems theory and methodology was utilized to examine each theme. The dimension Time was considered, looking for information in the past and in the present that were related to the future expectations. 14 male street adolescents, 12 to 16 years old, founded on streets of Porto Alegre, participated in the study. Five aspects identified the sample: 1) activities; 2) family; 3) place; 4) personal appearance; and, 5) presence of care adult. Firstly, an open-ended interview was applied and the information was submitted to a content analysis. The second stage of the research was based on the autophotographic method. The adolescents were asked to describe “How do you see yourself in the future?” by taking 12 photographs. After that, the participants were asked to talk about the meaning of the pictures. The photographs were submitted to a content analysis, based on the autophotographic method. The results revealed that the street adolescents elaborate future projects in relation to professional, familiar, educational and habitational areas. Regarding to the professional projects, the adolescents wished to work in different careers, looking for financial improvement and social recognition. In spite of the conflicts in their familiar context, the adolescents desired to constitute a family, based on the traditional model, with wife and kids. The participants thought that education were important to professional improvement. All street adolescents intended to continue studying or to return to school in the future. They tried to reinsert themselves into the society by changing their living place. The adolescents expected to leave the slums (*vila*) and go to the uptown (*bairro*), because this is perceived as more valorized and a safe place.

Keywords: Future projects; street children; autophotographic method; family; education.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Pensar sobre o futuro é algo extremamente presente na vida da grande maioria dos seres humanos. Desde o princípio da humanidade, o ser humano, ainda em sua forma primitiva, de alguma maneira começou a preocupar-se com o momento posterior ao que estava vivendo. Inicialmente, agia de maneira nômade, dormindo a cada noite em lugar diferente, alimentando-se apenas da coleta de frutas e da caça e pesca. Mas era preciso pensar sobre o futuro e estabelecer planos, pois nem sempre conseguia um local seguro para o repouso, nem o alimento suficiente para saciar todo o grupo. Na tentativa de garantir melhores condições no amanhã, o homem passou a estabelecer-se em lugares fixos, adaptando-se a regiões mais apropriadas à sua segurança e desenvolveu as habilidades do plantio e da colheita. Desde então, faz parte do seu presente, elaborar projetos para o seu futuro.

Hoje, as pessoas, em diferentes fases do desenvolvimento, fazem planos e elaboram perspectivas sobre os mais variados temas, especialmente aqueles relacionados às suas próprias vidas. Os idosos, em geral, preocupam-se em empregar o conhecimento adquirido ao longo da vida. Os adultos inquietam-se em propiciar condições de convivência em sociedade. “Na infância, e principalmente na adolescência, os projetos de vida são ricos em detalhes e muito abrangentes, pois o indivíduo percebe toda a vida à sua frente, dispondo dela conforme suas fantasias e desejos os determinem” (Ferreira, 1979, p. 129). De uma forma geral, a criança modelo, educada no contexto das grandes cidades, desvinculada da exigência de assegurar o seu futuro de forma estruturada, sonha em ser astronauta, piloto de avião, possuir grandes carros e navios. O adolescente, tentando definir sua identidade profissional, pensa sobre a opção de curso superior, preocupado com o mercado de trabalho, idealiza a realização de viagens, a construção de grandes casas e a constituição de uma família.

As crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, porém, não são educados sob a preocupação da escolha de um curso em nível superior, nem encontram, em seu cotidiano, muitas oportunidades para estruturar um projeto de vida. No entanto, este fato não implica que eles não o tenham. O contexto no qual se desenvolvem é marcado por valores e crenças característicos, geralmente distintos de boa parte da sociedade. São restritas as oportunidades de acesso à educação sistematizada de qualidade e, por

consequência, à inserção no mercado formal. Muitos possuem uma família convencional, outros observaram esta ser desestruturada pela violência ou pelo abuso de drogas. Existem aqueles que possuem um lar, têm uma residência como referência, ainda que em precárias condições, mas existem os que dormem na rua, nas calçadas, nas praças, por não ter um local para onde retornar ao final do dia. Enfim, é sobre o questionamento de quais são as expectativas futuras desta população que tratará este estudo.

Expectativas, aspirações, perspectivas, projetos de vida e projetos de futuro são diferentes termos utilizados pela literatura científica abordando o mesmo conceito. Todos fazem referência à crença, planejamento ou esperança de realizar ou ver realizado algo no futuro. Como as definições atribuídas por Ferreira (1986) aos respectivos vocábulos são bastante semelhantes, neste trabalho, os referidos termos serão adotados como sinônimos.

A partir destas primeiras considerações, acredita-se ser fundamental haver uma correta contextualização do tema, a partir de uma breve explanação do processo de percepção temporal de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como de um levantamento das pesquisas realizadas sobre as perspectivas futuras desta população.

### **1.1 Expectativas Futuras de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**

A análise das expectativas futuras de crianças e adolescentes em situação de rua é de grande importância. Apesar do crescente número de pesquisas sobre este tema, ainda pouco se sabe a respeito do mesmo, pois a grande maioria dos trabalhos o aborda de uma maneira não aprofundada. Observa-se que, geralmente, são aplicados questionários ou realizadas entrevistas nos quais a perspectiva de futuro é apenas mais um tema dentre os demais investigados. Encontrou-se apenas um estudo publicado que analisa especificamente essa temática (Oliveira, Baizerman & Pellet, 1992). Contudo, este trabalho enfoca somente os projetos futuros relacionados à área profissional, não se atendo a outras dimensões, como por exemplo, a família ou a moradia. A partir da revisão da literatura, verifica-se que as discussões e afirmativas de diferentes pesquisadores chegam, em muitos momentos, a ser antagônicas, o que mostra claramente a necessidade de um estudo com maior aprofundamento. Entretanto, antes de adentrar neste assunto, faz-se necessário investigar como ocorre o processo da percepção de tempo na referida população.

Uma característica desenvolvida de maneira específica por crianças e adolescentes em situação de rua refere-se à forma como o futuro é percebido. Apesar de existirem ritmos temporais que são comuns a todos os membros de uma cultura, a percepção das pessoas depende, em parte, da influência exercida por instituições sociais, como a escola

ou o trabalho (Crouter & Maguire, 1998). Neste sentido, algumas crianças em situação de rua, especialmente aquelas que não possuem vinculação com o processo de escolarização formal, apresentam problemas na compreensão de questões sobre o tempo (Koller & Hutz, 1996; Maciel, Brito & Camino, 1997). Isto não significa ausência de um reconhecimento de passado, presente ou futuro, no qual a criança venha a perceber-se isolada temporalmente. O que freqüentemente ocorre é uma apreensão não acurada do “tempo de calendário” (Hutz & Koller, 1999). Este processo faz com que as crianças não diferenciem com precisão fatos acontecidos, por exemplo, há dois dias, daqueles que ocorreram a três ou mais dias. Apesar da vida da maioria dos adolescentes ser organizada em um ciclo semanal (Larson & Richards, 1998), pode-se observar situações em que o adolescente em situação de rua não saiba, por exemplo, se aquele dia é uma segunda ou uma quarta-feira. Isto acontece em virtude da falta de uma rotina a ser tomada como referência, e não por algum possível atraso no desenvolvimento.

Ao usar o termo “tempo de calendário”, faz-se necessário haver uma diferenciação entre o tempo social e o tempo astronômico. O tempo social “é qualitativo e não puramente quantitativo; ... ele deriva das crenças e costumes comuns a um grupo e revela os ritmos, pulsações e batidas de uma sociedade na qual são encontrados” (Sorokin & Merton, 1937, p. 623, citado em Crouter & Maguire, 1998, p. 69). O ir e vir de uma semana, o trabalhar determinados dias e depois descansar outros e a repetição deste processo sugere a criação de um ritmo (Almeida & McDonald, 1998) a ser entendido como o tempo de um calendário semanal. O tempo de calendário pode, então, ser compreendido como o conjunto de atividades e rotinas realizadas por uma pessoa, de forma circular e recorrente, percebido como um ciclo. Este calendário semanal oferece às pessoas uma estrutura para organizar suas atividades de uma forma minimamente previsível (Zerubavel, 1985).

A sociedade estabelece uma rotina que é tomada como referência pela maioria dos adolescentes (Larson, 1998). Durante a semana, eles vão à escola, ao curso de línguas, à academia, enfim, a diferentes lugares para realizar atividades diversas. Ao final da semana, ocorre o fechamento do ciclo, com um período cuja rotina pré-estabelecida é marcada pelo lazer, cinema, futebol ou almoço com a família. Quando ocorre a supressão desta rotina, como por exemplo, um período em que o adolescente esteja em férias, verifica-se, na grande maioria dos casos, que a pessoa não consegue identificar com exatidão qual o dia da semana ou o que ela fez na semana anterior. Observa-se a ocorrência de uma percepção imprecisa do “tempo de calendário”, de forma semelhante ao que acontece com as crianças em situação de rua.

Por esta razão, durante a pesquisa com a referida população, questões que envolvem períodos de tempo ou expressões como “no mês passado” ou “quantas vezes no último ano” devem ser evitadas, sob risco de gerar uma menor confiabilidade dos dados (Hutz & Koller, 1999). Com frequência, são observadas, na fala das crianças, referências pontuais e concretas a determinados fatos que ocorreram em suas vidas. Em relação ao passado, observam-se frases como “quando meu pai morreu”, “quando eu saí de casa”, “quando eu vim trabalhar aqui, vigiando carros”, “quando eu entrei na escola”, “quando teve o assalto na padaria”, “quando começaram a construir aquele prédio” ou “desde pequeno”. Em relação ao futuro, são priorizadas possíveis ocorrências de mudanças no ciclo de vida da criança ou adolescente, como por exemplo, “quando eu tiver 18 anos e for para o quartel”, “quando eu casar”, “quando eu tiver filhos” ou “quando eu for gente grande e começar a trabalhar de verdade”. Tanto em relação ao passado quanto ao futuro, mas principalmente referindo-se ao último, nota-se uma certa falta de localização temporal dos acontecimentos, no sentido de um “tempo de calendário”.

A percepção do tempo pode ser compreendida como um elemento de identidade de um grupo. A forma de percebê-lo, comumente compartilhada por um conjunto de pessoas, é ao mesmo tempo um fator unificador e separador (Zerubavel, 1981). Segundo o autor, destacando a similaridade entre os membros de um grupo, a percepção do tempo ajuda a solidificar os sentimentos intra-grupo e constitui uma poderosa base de solidariedade. Por outro lado, “contribui claramente para o estabelecimento de fronteiras intergrupais que distinguem e separam os membros do grupo dos membros intrusos” (Zerubavel, p. 70). Analisando a afirmação de que crianças em situação de rua não possuem percepção de futuro, questiona-se a possibilidade de ser esta mais uma barreira interposta no sentido de aumentar a separação entre este grupo e a sociedade em geral.

Em virtude de encontrar-se referências sobre futuro sendo identificadas temporalmente de forma imprecisa, desenvolveu-se, nas últimas décadas, uma crença entre pesquisadores e educadores sociais de que crianças e adolescentes em situação de rua não possuem expectativas em relação ao futuro. Segundo Craidy (1996), “... na vida dos meninos de rua, o passado é diluído e o futuro não existe. Viver na rua é fundir-se ao presente” (p. 130). Oliveira e colaboradores (1992) afirmam que o estereótipo da criança em situação de rua é complementado pela idéia de que, em virtude da privação cultural, das suas conexões com o crime ou da necessidade de ampliação de horizontes, estas crianças “não têm aspirações maiores do que trabalhos marginais. É bem provável que não tenham nenhuma aspiração decente; elas querem apenas ser criminosos” (p. 172). Estas

crenças são, muitas vezes, sustentadas sob a justificativa de que esta população preocupa-se demasiadamente com o presente, buscando sempre a satisfação iminente de suas necessidades, em detrimento da garantia do seu amanhã. De acordo com Ferreira (1979),

“Os projetos de vida dos meninos de rua estão presos à solução imediata da sobrevivência e da segurança, o que torna ilógico tentar extrapolá-los para um futuro qualquer, próximo ou distante. Pode-se afirmar que o projeto de vida dos meninos de rua representa o seu modelo presente de solução de vida, ao invés de uma aspiração por algum tipo de objetivo ou realização”. (p. 130)

Em oposição a esta idéia, compreende-se que a garantia das necessidades vitais do presente precisa, necessariamente, ser tida como primária, em uma hierarquia de valores. Isto porque, caso estas necessidades não sejam satisfeitas de forma imediata, não existe a segurança de sua própria existência no futuro. Ressalta-se que o fato de haver uma preocupação inicial com a resolução de questões como “o que comer”, “o que vestir” ou “onde dormir”, não implica a exclusão de um pensar sobre o amanhã, em seus diferentes aspectos.

Ainda no conjunto de pesquisas que concluíram sobre o não desenvolvimento de projetos de futuro em adolescentes em situação de rua, compararam-se grupos de estudantes vinculados a três tipos de instituições: escolas particulares, públicas e escolas destinadas a jovens carentes ou em situação de rua (Günther & Günther, 1998). Com o objetivo de verificar as perspectivas futuras dos respondentes, foi aplicada uma escala de 11 itens a 335 jovens de ambos os sexos, com idades variando entre 11 e 19 anos. Os resultados mostraram que as perspectivas de futuro, quanto às oportunidades para crescimento educacional e profissional, são fortemente marcadas pelas experiências dos adolescentes nos três tipos de escolas. Segundo os autores, os jovens em condições de freqüentar uma escola particular revelaram melhores chances de vida e melhores aspirações quanto ao futuro. Não freqüentar escola particular se associou à menor esperança de ter um emprego que garanta boa qualidade de vida e de possuir casa própria. Paralelamente, observa-se que “para os que estudam numa escola para jovens carentes e/ou em situação de rua, as expectativas quanto ao futuro são, como no presente, pequenas, singelas, sem esperanças” (Günther & Günther, p. 204).

Contrapondo-se a esta última visão, Tyler e Tyler (1996) afirmam que os horizontes das crianças em situação de rua, ao contrário do que freqüentemente se acredita, não são totalmente limitados devido ao fato de viverem na pobreza. Os autores entrevistaram 101 crianças e adolescentes, com idades variando entre cinco e 17 anos, em

lugares como ruas, prisões e outras instituições. A maioria destas crianças estava agindo em seus ambientes de forma a sustentar e/ou obter um lugar em uma sociedade mais aberta. “As crianças desejam pertencer a uma família, estudar, trabalhar e viver em uma sociedade onde haja liberdade para todos” (p. 96). Em outro trabalho, a cena de um casal com filhos foi apontada por crianças em situação de rua, quando da análise de expectativas futuras (Ribeiro, Romano, Mansutti & Romano, 1998). Em sua conclusão, Tyler e Tyler asseveraram que as crianças em situação de rua aspiram a relacionamentos pró-sociais positivos. Paralelamente, seus desejos indicam que elas têm consciência dos valores da sociedade tradicional, e constroem sistemas de valores reflexivos, algumas vezes superiores aos valores da própria sociedade.

Seguindo esta percepção sobre a referida população, Brito, Macedo e Camino (1995, citado em Maciel & cols., 1997) observaram que, apesar da evidente substituição da escola pela rua, 90% das crianças em situação de rua acreditavam em sua ascensão social. Destas, 82% fizeram menção ao estudo e/ou ao trabalho como meio de obter tal ascensão. Conclusões semelhantes foram encontradas por Campos, Del Prette e Del Prette (2000) e Macedo e Brito (1998), que verificaram que a expectativa de uma vida melhor é perspectiva de todas as crianças em situação de rua entrevistadas. Para consegui-la, além do estudo e do trabalho, são também mencionadas as lutas reivindicatórias. Em outro estudo (Maciel & cols., 1997), foi verificado que 77% dos adolescentes mostraram um desejo de deixar a rua no futuro, citando, como meios possíveis para realizá-lo, a obtenção de um emprego fixo e um maior empenho nos estudos.

Realizou-se uma pesquisa cujo objetivo, dentre outros, era avaliar as expectativas de crianças e adolescentes em situação de rua frente a situações específicas (Reppold & cols., 1998). Foram entrevistados 69 participantes, com idades entre 11 e 17 anos, nas ruas de Porto Alegre e em instituições de amparo à infância. Em complementação ao enunciado “Quando eu for mais velho...” observou-se que o percentual de participantes que completou a sentença com algo que remete a mudanças de caráter pessoal foi de 92%. A categoria “Trabalhar” apareceu como resposta mais freqüente para essa sentença (35%), seguida pela expectativa de “Constituir uma Família” (13%) ou estabelecer “Vínculos Familiares” (5%). “Obter Dinheiro” figura em dez por cento das respostas. Contrapondo-se à idéia de que esta população não possui expectativas, a categoria “Indiferença” e “Distanciamento” frente ao futuro reduziu-se à freqüência de três por cento nessa sentença.

Estes dados são confirmados por Carpena (1999), ao verificar, dentre outros temas, as expectativas de futuro de crianças em situação de rua. Segundo a autora, noventa por

cento dos participantes forneceram respostas ligadas à área profissional, seguido por aspectos materiais, de segurança ou bem-estar e afetivos. Apenas cinco por cento dos respondentes afirmou não ter perspectivas de futuro. Na avaliação do *locus* de controle sobre o referido tema, ou seja, de quem dependeria alcançar estes projetos futuros, foi observada a predominância do *locus* de controle interno, no qual cem por cento das crianças e adolescentes informou que dependiam deles próprios. Relacionadas a controle interno, foram consideradas respostas como trabalhar, estudar, mudar de vida, parar com as drogas, sair da rua e ter disciplina. Segundo Carpena, o fato de não se computar respostas como *locus* externo pode sugerir que os meninos entrevistados entendam o futuro como podendo ser direcionado por eles próprios.

Com o objetivo de avaliar as aspirações e perspectivas em relação ao futuro, Oliveira e colaboradores (1992) entrevistaram crianças e adolescentes em situação de rua, com idades variando entre oito e 18 anos, de ambos os sexos, das cidades de São Paulo e Curitiba. Em resposta à pergunta “O que você gostaria de fazer quando você crescer, ou depois, no futuro?”, observou-se que o resultado englobou um vasto conjunto de atividades. As respostas incluíram trabalhos como padeiro, mecânico de automóveis, motorista de ônibus e caminhão, policiais, bombeiros, cantor, ator, repórter e dona-de-casa. Dentro da categoria “profissionais”, foram incluídos médicos, engenheiros, advogados, enfermeiros e assistentes sociais, além de outras menos qualificadas como limpador de janela, trabalhadores de construção civil e *office-boy*. Assim como relatado por Ferreira, (1979), Oliveira e colaboradores afirmam que certos trabalhos são escolhidos por serem compreendidos como necessários à comunidade. Entre estes estão os policiais, que “protegem as pessoas da violência e de serem roubadas” e “ajudam a garantir os direitos das pessoas” (p. 167). Contrariando a visão inicial de que a criança em situação de rua não tem perspectiva de futuro, apenas 6,8% foram classificados como não sabendo, não tendo planos ou não querendo trabalhar. Em complementação à pergunta inicial, foi perguntado se os adolescentes achavam que conseguiriam realizar o seu desejo profissional. Segundo os autores, 78% responderam afirmativamente e 22% tiveram dúvidas. Nenhum dos participantes disse que não iria conseguir. Confirmando os dados encontrados por Carpena (1999), todos disseram que estas realizações dependiam apenas deles próprios, ou seja, de suas ações.

Além de abordar o aspecto profissional, Oliveira e colaboradores (1992) colocaram uma questão sobre a percepção geral dos adolescentes em relação ao futuro. Os resultados mostraram que 49% dos participantes eram indubitavelmente otimistas, enquanto 44% não

sabiam como o futuro seria. Sete por cento dos adolescentes acreditavam que suas vidas no futuro seriam ruins. Outro dado bastante significativo é que 100% das crianças da cidade de São Paulo e 88% das que vivem em Curitiba não gostam de ser chamadas de “meninos de rua”. A grande maioria deles expressou o desejo por uma mudança de vida.

A percepção das crianças e adolescentes em situação de rua foi contraposta à visão dos funcionários que lidam diretamente com esta população em reformatórios e outras instituições públicas (Oliveira & cols., 1992). Dentre estes profissionais estavam psicólogos, médicos, dentistas, administradores, assistentes sociais e monitores. Os dados mostraram que, para 65% destes profissionais, os adolescentes em situação de rua possuem uma imagem ‘negativa’ ou ‘extremamente negativa’ sobre si mesmos. Segundo os funcionários, esses jovens possuem falta de perspectiva, ausência de aspirações e uma percepção desanimadora sobre o futuro. Estes dados são bastante significativos, pois, segundo Yunes (2001), as concepções de pobreza vinculadas a estereótipos de incompetência, acomodação e outros atributos negativos como violência e uso de drogas podem refletir a prática discriminatória de profissionais em escolas, centros de saúde e outras instituições.

A percepção negativa sobre o futuro de crianças e adolescentes em situação de rua não é observada apenas por profissionais, mas também, em muitos casos, pelos seus próprios familiares. Na pesquisa de Hoppe (1998), foi verificado que 28% das famílias de crianças em situação de rua não apresentavam qualquer expectativa em relação à vida adulta de seus filhos. De forma semelhante, Carpena (1999), ao entrevistar os familiares das crianças em situação de rua sobre o futuro destes, verificou apenas 36% de boas expectativas. Dentre os respondentes, 18% acreditavam que o futuro dos filhos seria ruim. Um dado surpreendente revela que 23% dos familiares apontaram a morte como expectativa de futuro para seus filhos em situação de rua. Estes dados são de grande importância, pois revelam uma possível origem do estereótipo de que crianças e adolescentes em situação de rua não possuem projetos de futuro. A família tem um papel crucial na construção dos projetos de vida, dos valores e crenças dos adolescentes (Wagner, Falckle & Meza, 1997). Partindo-se deste pressuposto, faz-se necessário pensar sobre a possibilidade de que as crenças de outras pessoas, como familiares e funcionários das instituições das quais participam, estejam influenciando as percepções das crianças a respeito delas mesmas e de suas vidas no futuro.

A pesquisa de Oliveira e colaboradores (1992) mostra-se bastante relevante, na medida em que é um dos poucos trabalhos que se destina exclusivamente à avaliação das

aspirações da referida população. A maioria dos outros trabalhos, durante a coleta de dados, levanta informações sobre diversos fatores, dentre os quais as perspectivas dos jovens é apenas mais uma informação a ser obtida. Em consequência, verifica-se que estas pesquisas terminam por abordar o tema de forma superficial. Em contrapartida, o trabalho de Oliveira e colaboradores apresenta duas desvantagens principais. A primeira delas refere-se ao questionamento apenas de aspectos relacionados a trabalho, sendo desconsideradas outras questões também importantes no futuro de uma criança ou adolescente. A segunda desvantagem vincula-se ao fato de não ser feito qualquer cruzamento das informações sobre futuro com dados bio-sócio-demográficos dos participantes. Esta intersecção de dados pode ser de grande valia para estabelecer correlações entre diferentes fatores e identificar os possíveis aspectos que venham a influenciar no desenvolvimento de perspectivas de futuro. Exemplificando-se, não foram relatadas possíveis relações entre ter um projeto de vida e a vinculação familiar ou a escolarização do participante.

Apesar da mudança de concepção dos pesquisadores sobre a expectativa de futuro das crianças em situação de rua, no sentido de reconhecer a existência desta junto à grande parte da referida população, é preciso reconhecer que existem aqueles que realmente não apresentam qualquer projeto de vida. Isto fica evidente na fala de um garoto de 16 anos: “Eu nunca penso em termos de futuro. Todas as manhãs eu me surpreendo por ainda estar vivo. Eu não posso perder tempo pensando sobre o futuro, eu nem sei se eu vou conseguir estar vivo amanhã!” (Childhope, 1988, p. 16, citado em Raffaelli, 1996, p. 126). A possibilidade da morte é uma realidade vista de forma clara e com grande frieza por essa população: “Existe um pessoal que mata as crianças na rua” (Raffaelli & cols., 2001, p. 401). Percepção semelhante é encontrada em uma frase muito comum entre os adolescentes em situação de rua de grandes cidades. Segundo eles, “Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias!”, dando a entender que já era para ter morrido a mais tempo e que o fato de “estar vivo hoje já é lucro”.

Como se observa, a morte para muitos adolescentes, principalmente para aqueles que possuem uma carreira de rua mais longa, com uma trajetória ligada a infrações ou institucionalização, por exemplo, é vista de uma forma corriqueira, ligada às atividades do seu dia-a-dia. Se uma pessoa não tem nem a expectativa de estar viva no outro dia, é pertinente que ela não tenha perspectiva com relação a um futuro mais distante, seja ela ligada a uma profissão, constituição de família ou conquista de uma moradia.

Paralelamente, existem casos em que se observa uma certa indiferença em relação ao futuro, como no caso de um garoto de 14 anos que trabalha carregando frutas e verduras em uma feira: “Eu não quero mudar minha situação, não... mudar pra quê? ... eu não quero ser nada, não, assim tá bom” (Ferreira, 1979, p. 130). Yunes, Arrieche e Tavares (1997) relatam que a maioria das crianças institucionalizadas da cidade de Rio Grande (RS) informou não saber o que as esperavam no futuro. Ocorrem também os casos da existência de expectativas negativas de futuro, como visto na fala de uma criança de dez anos: “... quero estudar, ser soldado e voltar pra Crato (sua cidade de origem), pra matar os soldados que mataram minha família... não quero ser pistoleiro, porque pistoleiro mata e vai preso e soldado mata e fica solto...” (Ataide, 1993). De forma semelhante, isto pode ser observado no relato de uma menina de onze anos que vive em situação de risco: “Muitos problemas vão acontecer comigo e vai ser difícil para resolvê-los, como por exemplo, filhos, marido, parentes morrendo. As pessoas vão me punir pelo uso de drogas. Eu até já tive um pesadelo sobre isso” (Wyman, Cowen, Work & Kerley, 1993). Infelizmente, por diferentes razões, grande parte das pesquisas tem transformado estas informações apenas em números ou percentagens, havendo, por consequência, uma perda da história destes sujeitos, no sentido de compreender quais os fatores que estão relacionados a esta percepção de futuro. Mesmo trabalhos eminentemente quantitativos, que trazem consigo a grande vantagem de lidar com um número maior de participantes, não vêm realizando o cruzamento das informações sobre futuro com outros dados das crianças e adolescentes.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que é preciso abandonar a relação dicotômica entre o simples ter e o não ter perspectivas, ou entre apresentar expectativas positivas ou negativas em relação ao futuro. Isto porque não existe um projeto de futuro estático, pronto, acabado. Toda pessoa está sempre em um processo de construção do mesmo. Cada evento que ocorre na vida de um ser humano, independente da fase de desenvolvimento em que se encontra, infância, adolescência ou adultez, interfere na forma como é idealizado seu projeto de futuro. Compreende-se que, em princípio, diferentes fatores podem influenciar a construção das aspirações de uma criança ou adolescente, como por exemplo, o processo de vinculação com a sua família ou o seu envolvimento com a escola. Da mesma forma, existem fatores que podem interferir na não criação ou na desconstrução de um projeto futuro de vida já existente.

A partir dessa visão, o objetivo principal deste trabalho é identificar as expectativas futuras de adolescentes em situação de rua, em relação à educação, ao trabalho, à família e à moradia. Como objetivo secundário, espera-se compreender quais os fatores que,

possivelmente, estejam relacionados ao processo de construção e desconstrução dos projetos de vida dos participantes. A seguir, apresentar-se-á como as expectativas futuras são compreendidas como um fator de resiliência para crianças e adolescentes em situação de rua.

## **1.2 Expectativas Futuras Como Fator de Resiliência**

A principal relevância para a proposição de uma pesquisa investigando os projetos futuros de adolescentes em situação de rua é a compreensão do referido tema como um fator de resiliência. Este conceito relaciona-se com a variação individual em resposta a situações de risco (Rutter, 1987). Inicialmente, o termo Resiliência foi descrito como sendo a capacidade dos indivíduos em emitir uma ação com um fim definido e com uma estratégia de como alcançá-lo, diante de ou durante uma situação de risco (Hoppe & Koller, 1997). Nesse sentido, as pessoas expostas a situações de risco que não desenvolviam a capacidade de resiliência eram vistas como mais vulneráveis a estes eventos (Koller, 1997). Atualmente, entende-se a resiliência mais como um processo e não como um produto pronto e estático. Desta forma, a resiliência não é mais colocada como uma “capacidade”, mas como um “processo dinâmico envolvendo adaptação positiva em um contexto de significativa adversidade” (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000, p. 3). Luthar (1993) aponta três tipos de resiliência: a acadêmica, a emocional e a social. Esta última envolve vários aspectos, tais como o não envolvimento em delinquência, ter um grupo de amigos, vínculos com a escola e relacionamentos íntimos, dentre outros (Rutter, 1985). De acordo com este autor, a resiliência emocional relaciona-se a experiências positivas que levam a sentimentos de auto-eficácia, autonomia e auto-estima, capacidade para lidar com mudanças e adaptações, assim como um repertório amplo de abordagens para solução de problemas. Com relação à resiliência acadêmica, a escola pode facilitar o aumento e o fortalecimento de habilidades de resolução de problemas e a aprendizagem de novas estratégias (Hutz, Koller & Bandeira, 1996).

Na pesquisa desenvolvida por Wyman e colaboradores (1993) foram encontradas evidências de que expectativas futuras estão relacionadas ao desenvolvimento de resiliência em crianças, influenciando de forma positiva no subsequente crescimento. Segundo os autores, crianças com altos índices de expectativas futuras, comparadas com as de baixos índices, são mais bem ajustadas emocionalmente, apresentam menos ansiedade e depressão – resiliência emocional –, mostram-se mais competentes e são descritas por professores como sendo mais engajadas nas tarefas – resiliência acadêmica – e

desenvolvem-se de maneira mais equilibrada socialmente – resiliência social. As expectativas futuras agiram protetivamente, no sentido de atenuar os efeitos negativos de crianças expostas a altos índices de estresse (Wyman & cols.). Observou-se uma mudança nas respostas destas crianças e nas formas de adaptação ao estresse. As perspectivas de futuro podem, por exemplo, reduzir o nível em que uma criança percebe um evento como ameaçador ou aversivo. De acordo com esses pesquisadores, ao invés das crianças estarem ligadas de forma limitada a objetivos distantes, as expectativas futuras estruturam um conjunto de experiências, atitudes e sentimentos, de forma a facilitar o enfrentamento do mundo.

No campo educacional, observa-se uma influência recíproca entre as expectativas futuras e a resiliência acadêmica. Rutter (1993) observou que crianças oriundas de famílias de nível sócio-econômico muito baixo conseguem desenvolver projetos futuros de uma forma melhor quando vivenciam experiências positivas na escola. Já Wyman e colaboradores (1993) verificaram que as crianças em situação de risco com melhores expectativas futuras eram aquelas descritas como sendo mais competentes na escola. Hutz, Koller e Bandeira (1996) ressaltam que as pesquisas com crianças em situação de rua ilustram o fracasso escolar como não sendo um fator impeditivo do desenvolvimento de uma alta resiliência social (Koller & cols., 1994) ou emocional (DeSouza, Koller, Hutz & Forster, 1995).

As expectativas podem determinar como as crianças estruturam o seu próprio meio-ambiente, em termos das respostas que elas evocam das outras pessoas, das suas escolhas de contextos e de pessoas para interagir (McCartney, 1993, citado em Wyman & cols., 1993). Uma criança resiliente é descrita como aquela que trabalha bem, ama bem e elabora expectativas de uma forma boa (Werner & Smith, 1982). “Um componente central nas vidas de indivíduos resilientes... é a convicção de que os obstáculos podem ser sobrepujados. Algumas destas pessoas desenvolvem, antecipadamente, uma esperança em suas vidas” (Werner & Smith, 1992, p. 207). O desenvolvimento dessa esperança pode ser compreendido como a elaboração de aspirações futuras. Wyman e colaboradores afirmam que a compreensão da importância das expectativas futuras no desenvolvimento de crianças encoraja e esclarece as implicações para uma intervenção preventiva com crianças em situação de risco. Eles sugerem que crianças são capazes de superar grandes obstáculos, como pobreza, distúrbios familiares e limitações físicas, se suas condições de vida ajudarem-nas a desenvolver expectativas futuras e crenças de que elas são competentes.

Outro aspecto que justificou a realização deste estudo é que a investigação de projetos profissionais é parte fundamental na formação da identidade ocupacional. De acordo com Bohoslavsky (1977/1998), a identidade ocupacional se refere ao modo como uma pessoa identifica o que quer fazer, de que maneira e em qual contexto, integrando as diversas identificações profissionais. Segundo este autor, a identidade ocupacional é um componente da identidade pessoal.

Por fim, esta pesquisa é entendida como relevante tendo por base o pressuposto de que a “investigação de fatores e processos psicológicos e sociais que protegem os indivíduos e os tornam menos vulneráveis... poderá não apenas dar uma contribuição teórica ao estudo da resiliência, mas também gerar conhecimento capaz de subsidiar programas comunitários, preventivos e educacionais...” (Hutz, Koller & Bandeira, 1996, p. 84). Luthar e colaboradores (2000) afirmam que existe um ganho significativo entre as pesquisas cujo foco são os processos protetivos e a aplicação do conhecimento derivado em intervenções práticas. Segundo estes autores, existe a necessidade de se atentar para a natureza bidirecional das ligações entre a busca por conhecimento dos processos protetivos em resiliência e os esforços para promover estas intervenções. Considerando uma possível atuação junto à população de crianças e adolescentes em situação de rua, é imprescindível considerar que “o profissional da intervenção psicossocial deva estar em sintonia com as necessidades e expectativas da população-alvo, respeitando e solicitando a participação desta, enquanto integrantes ativos” (Sarriera, Silva, Pizzinato, Zago & Meira, 2000, p. 42).

### **1.3 Identificação da Criança em Situação de Rua**

A correta descrição e identificação dos participantes de um estudo é um fator primordial na realização de qualquer pesquisa. Neste sentido, apesar da caracterização da população de crianças e adolescentes em situação de rua ser um dos pontos mais difíceis na pesquisa (Martins, 1996a), esta etapa é de extrema importância e deve ser realizada de forma bastante criteriosa. As pesquisas de contagem de crianças em situação de rua falham no momento de definir o termo “criança de rua” (Scanlon, Tomkins, Lynch & Scanlon, 1998). Por não existir esta definição clara e consensual, existem grandes discrepâncias nos estudos sobre a contagem de crianças e adolescentes nas ruas (Bandeira, Koller, Hutz & Forster, 1994). Nas pesquisas, a amostra deve ser descrita com nível de detalhamento suficiente para que outros pesquisadores saibam, com exatidão, quem são os participantes (Hutz & Koller, 1999) e, desta forma, no futuro, possam ser realizados estudos comparativos com relativa confiabilidade.

O termo “criança de rua” (*street children*) foi usado pela primeira vez em 1851, pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London Labour and the London Poor*, apesar de ter alcançado o seu uso geral apenas em 1979, definido como o Ano da Criança, pelas Nações Unidas (Williams, 1993). Antes desse período, esta população era conhecida apenas como abandonada, fugitiva, sem lar (Scanlon & cols., 1998), pivetes, trombadinhas, delinqüentes (Alvim & Valadares, 1988) ou como “menor abandonado” ou “menor infrator” (Maciel & cols., 1997). Até a década de 80, esses adolescentes foram estudados apenas como um problema social (Raffaelli, 1996). Ainda hoje, crianças e adolescentes em situação de rua são freqüentemente vistos como privados culturalmente; incapazes de sentir amor, compaixão, simpatia, de aprender e compreender a sociedade; não se interessam por educação e trabalho; são sujeitos por opção, amantes das drogas e criminosos irremediáveis (Oliveira & cols., 1992). Além disso, são geralmente descritos como sendo incapazes de aceitar a disciplina e a responsabilidade de viver com regras sociais (Tyler & Tyler, 1996).

A partir da década de 80, duas imagens conflituosas passaram a surgir nos resultados da literatura empírica (Raffaelli, 1996). Na primeira, a “criança de rua” era vista como vítima que deve ser resgatada de um ambiente explorador e severo. Na segunda imagem, esta criança “é uma sobrevivente ativa que está pleiteando por um caminho alternativo e viável para chegar à adultez” (p. 125), sendo focalizado o modo divertido e flexível que esta manifesta em suas negociações diárias. Estas diferentes percepções podem gerar grandes disparidades no que diz respeito à seleção de uma amostra desta população, e por conseqüência, nos resultados gerados pelas pesquisas. Face ao exposto, compreende-se a relevância de caracterizar de forma abrangente e minuciosa a população a ser estudada.

Foram desenvolvidos diversos trabalhos que resultaram em grande contribuição à caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil (Alves, 1998; Aptekar, 1996; Cosgrove, 1990; Craidy, 1999; Earls & Carlson, 1999; Forster, Barros, Tannhauser & Tannhauser, 1992; Hutz & Koller, 1999; Koller & Hutz, 1996; Lusk, 1989, 1992; Maciel, Brito & Camino, 1997; Martins, 1996a, 1996b; Menezes & Brasil, 1998; Raffaelli, 1996; Rosemberg, 1996; Silva & cols., 1998; Smollar, 1999). É possível observar que o processo de seleção de critérios vai, gradualmente, tornando-se mais complexo, abordando um número maior de fatores e considerando cada um deles de forma mais aprofundada. A partir da revisão destes estudos, a criança ou adolescente em situação de rua será identificada, nesta pesquisa, tomando-se por base cinco aspectos principais: (1) a vinculação com a família; (2) a atividade exercida; (3) a aparência; (4) o local em que se

encontra a criança ou adolescente; e, (5) a ausência de um adulto responsável junto à mesma.

### 1.3.1 Vinculação com a Família

O contato com a família sempre foi tido como um dos principais fatores a serem considerados na descrição das crianças em situação de rua. Inicialmente, estas eram vistas como sendo aquelas que abandonaram seus lares ou foram abandonadas pelas suas famílias. Posteriormente, passou-se a identificar, nos países em desenvolvimento, dois tipos de crianças e adolescente no contexto da rua (Lusk, 1989). Esta diferenciação teve como principal enfoque a vinculação com a família. O primeiro grupo, denominado “crianças *na* rua”, dentre outros fatores, era constituído daqueles que vinham para a rua, mas mantinham laços familiares, retornando para casa à noite ou nos finais de semana. (Lusk, 1989; Raffaelli, 1996). O segundo grupo, as “crianças *de* rua”, eram aquelas que haviam rompido os laços familiares, apesar da maioria não ser órfão. Além do aspecto familiar, esta descrição enfocava também a relação com o trabalho. Segundo Lusk (1992), apenas uma pequena parcela das crianças que trabalham e dormem nas ruas são desvinculadas de suas famílias. De acordo com Maciel e colaboradores (1997), foi com o surgimento destas denominações que se desmistificou a imagem que até então predominava, da ruptura dos laços familiares como única e maior causa do ingresso de crianças e adolescentes nas ruas.

Analisando apenas o envolvimento familiar, nota-se uma diferenciação em dois extremos, ou seja, ou a criança tem contato com a família, ou não possui qualquer vinculação. Martins (1996b) mantém esta dicotomia, dividindo o grupo de participantes em dois tipos: aquele que “está inserido dentro de um núcleo familiar” e aquele que “não está ligado a nenhum núcleo familiar” (p. 38).

Em outro trabalho, a vinculação com a família foi descrita como um pouco mais complexa. Cosgrove (1990) enfoca este fator dividindo-o em três categorias: efetivamente envolvido, inconsistentemente envolvido e não-efetivamente envolvido. Este autor cria um estado intermediário de envolvimento familiar, no qual existe a possibilidade da criança não estar nem tão fortemente vinculada à família, nem totalmente distante desta. Estas três classes são cruzadas com outros três subtipos de adequação às normas sociais. Em sua classificação, o autor produz nove tipos de crianças. Na conclusão do seu trabalho, Cosgrove propõe uma definição na qual “uma criança de rua é qualquer indivíduo com idade abaixo da maioridade, cujo comportamento está, predominantemente, em desacordo

com as normas da comunidade e cujo apoio maior para suas necessidades desenvolvimentais não é a família ou a família substituta” (p. 192).

É necessário modificar a visão sobre esta questão e compreender a relação existente entre a criança e a sua família como não sendo passível de ser tipificada, dividida em blocos de duas, três ou mais categorias. Isto porque o ser humano não se desenvolve em saltos, mas em processo. A partir deste pressuposto, sugere-se que esta vinculação seja qualificada e entendida como variando ao longo de um contínuo. Reconhece-se que em um extremo deste encontrar-se-iam aqueles completamente ligados à sua família e, no outro, aqueles sem contato algum. Contudo, entendido como um processo dinâmico, cada pessoa se movimentaria ao longo deste *continuum*, aproximando-se ou afastando-se destes pólos, no que se refere à vinculação familiar. Tomando-se, como exemplo, a própria população infantil em situação de rua, observa-se que, dificilmente, uma criança encontra-se harmônica e vinculada com a sua família em um dia e, no outro, ela está na rua, sem qualquer ligação familiar. Em geral, este processo ocorre de forma lenta e gradual. Por exemplo, no início, a criança sai de casa esporadicamente, por exemplo, para trabalhar guardando carros, durante uma ou duas horas em um local mais próximo de sua residência. Gradativamente, o tempo de permanência na rua vai aumentando, assim como a distância de sua residência, até o ponto em que a criança passa a manhã e a tarde longe de casa, mas, ao final de cada dia, retorna para a sua família. Isto ocorre até que, por algum motivo, ela precise dormir uma noite fora de casa, seja porque não conseguiu dinheiro suficiente ou porque ficou muito tarde para o retorno. Nesta ocasião, a família preocupa-se, mas com o tempo acaba por se acostumar. O que antes acontecia uma vez ao mês, passa a ocorrer uma vez por semana, até chegar a ser diário. Paralelamente, a criança que antes ficava sozinha desenvolve uma rede de apoio social para a sua instalação na rua, fazendo amizade com outras crianças, desenvolvendo algum tipo de trabalho mais rendoso e fixo e conquistando a confiança de uma freguesia. O que antes era esporádico, agora é habitual. Anteriormente tinha a função de complementar a renda familiar, agora passa a ser a manutenção da própria subsistência. Todo este processo pode levar de semanas a anos, mas em geral, está associado a uma paulatina desvinculação familiar.

Ao apresentar esta percepção do fenômeno, não se quer desacreditar as pesquisas que analisaram a situação de forma compartimentada. Ao contrário, reconhece-se que estas foram de extrema importância para a produção do conhecimento sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Contudo, ressalta-se a urgência de se considerar a questão em toda a sua complexidade, necessitando para tanto, uma mudança ontológica na forma

de perceber a relação familiar nesta população. Face à dificuldade de definir exatamente o que seja uma criança *de* rua ou uma criança *na* rua, Koller e Hutz (1996) sugerem o uso do termo “criança em situação de rua” (p. 27). Esta expressão, revelando uma tentativa de abarcar a diversidade do espaço da rua e a especificidade de cada criança inserida neste contexto, é adotada, atualmente, pelos pesquisadores da área em todo o Brasil.

### 1.3.2 Atividade

O segundo aspecto adotado para caracterizar a “situação de rua” é a atividade. Uma primeira diferenciação necessária está relacionada ao reconhecimento de que crianças e adolescentes em situação de rua executam dois tipos de atividades: as lícitas e as ilícitas. Segundo Rosemberg (1996), as principais atividades habitualmente compatíveis com a população aqui descrita são pedir esmola, perambular, brincar, dormir e trabalhar. Observa-se que a autora se refere unicamente às atividades lícitas, desconsiderando o segundo grupo. O ato de esmolar inclui o pedido de dinheiro ou produto, geralmente alimentação, sozinho ou acompanhado de outras crianças e adolescentes. Rosemberg utilizou o termo perambular referindo-se às crianças e aos adolescentes, que quando sozinhos ou em grupo, circulavam pela rua ou ficavam parados sem nada fazer, denotando uma ação sem um fim específico.

Como toda e qualquer criança, aquela que vive no ambiente da rua também valoriza fortemente as atividades de caráter lúdico. Independente do contexto, o ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento infantil, uma vez que, dentre outras funções, estimula a capacidade simbólica, propicia a interação entre pares, valoriza o reconhecimento de normas e regras e fornece subsídios para o desenvolvimento da identidade de gênero. Através de brincadeiras e jogos, a criança elabora sua relação com o mundo, dividindo espaços e experiências com outras pessoas (Alves, 1998). Segundo esta autora, quando a criança brinca, ela se transforma em um agente que lida com objetos carregados de mensagens que são continuamente transformadas. Fazendo referência ao brincar como uma atividade eminentemente simbólica, Newcombe (1996/1999) afirma que o simbolismo, na criança, vai além da linguagem. Ele é um aspecto que perpassa o pensamento humano, permitindo, por exemplo, que uma pessoa construa um modelo ou diagrama, finja que uma coisa é outra ou imagine situações que nunca viveu. A criança em situação de rua, talvez por ter um menor acesso a brinquedos ou por ter menos oportunidades de viagens, termina por desenvolver fortemente a habilidade simbólica. A representação de um carro em um pedaço de madeira, de um barco em uma folha de árvore

ou a transformação de um amontoado de entulhos em um parque de diversões deixa de ser interpretado como privação cultural e passa a ser visto como estímulo desenvolvimental.

No contexto da rua, em muitos momentos, a criança extrapola os limites socialmente impostos dos “lugares corretos para brincadeiras”. Com frequência, se observa grupos de crianças nadando em chafarizes e pequenos lagos no centro das cidades ou jogando futebol em jardins criteriosamente cuidados. Rosemberg (1996) afirma que a atividade de brincar na rua, por si só, não define uma criança como estando “em situação de rua”, mas esta ação deve estar associada, entre outros fatores, a uma certa inadequação do espaço como um lugar para brincar. Ainda que este possa ser um critério útil para a caracterização da referida população, recomenda-se que não seja transformado em regra. Isto porque, em muitas situações, a criança em situação de rua compartilha os mesmos espaços lúdicos com outras crianças de nível sócio-econômico mais elevado. Nestes casos, o pesquisador precisa ter uma especial atenção na observação de outros fatores, como por exemplo, a aparência, a ausência de um adulto responsável e/ou o quão distante é o local da brincadeira em relação à residência daquela criança.

O trabalho é uma das atividades mais complexas no universo psicossocial do adolescente em situação de rua, pois abrange inúmeros fatores que se relacionam mutuamente. O período da adolescência é decisivo na vida do jovem, pois, geralmente, coincide com a saída da escola e com a entrada no mundo do trabalho, o que pode significar a aquisição de um novo status, o de adulto (Sarriera, Schwarcz & Câmara, 1996). “O adolescente sai de uma instituição organizada e organizadora para um espaço social no qual o tempo e a atividade não estão tão estruturados” (Sarriera, Berlim, Verdin & Câmara, 2000, p. 45). Segundo estes autores, este novo espaço é chamado de *terra de ninguém*, pois nenhuma instituição se responsabiliza pelo jovem nesta fase. Com relação à população em situação de rua, este marco no ciclo desenvolvimental nem sempre ocorre da mesma maneira, pois o trabalhar geralmente se inicia ainda na infância, antes mesmo do primeiro contato da criança com a escola. Isto faz com que ela, desde a sua mais tenra idade, seja inserida nessa terra de ninguém, na qual nenhuma instituição, às vezes nem mesmo a família, se responsabilize pela criança em situação de rua.

No presente estudo, o trabalho será definido como sendo qualquer ação laboral lícita, formal ou informal, cujo objetivo final seja a obtenção de dinheiro, alimento, vestuário, bens, serviço ou privilégio. Dentre os trabalhos com fim de obtenção de dinheiro, encontram-se os vendedores ambulantes, os engraxates, os guardadores e limpadores de carros. Recentemente, as crianças têm desenvolvido uma nova habilidade: o

malabarismo. Geralmente este é realizado junto a semáforos, nos quais as crianças apresentam números de equilíbrio, “pirâmide humana” e jogos malabares com calotas, garrafas, bolas ou frutas. Após a apresentação, elas passam junto aos carros para o recolhimento de algum dinheiro. Isto pode ser interpretado como uma forma de mendicância, pelo fato de realizar uma atividade e depender da “doação” de outras pessoas. Contudo, neste trabalho, o malabarismo é compreendido como uma atividade laboral, assim como no caso dos trabalhadores de circo. As próprias crianças classificam-no como sendo uma habilidade artística e realizam treinamentos com grande seriedade.

O trabalho como meio de obtenção de um serviço ocorre quando a criança executa determinada tarefa para receber, em troca, uma outra. Isto é observado, por exemplo, quando a criança auxilia no carregamento de um caminhão, para receber, em troca, o seu traslado até determinado ponto da cidade. Outro exemplo ocorre quando um adolescente auxilia uma senhora no transporte de suas compras e recebe a limpeza de suas roupas e cobertores. A obtenção de um privilégio é verificada quando a criança, por exemplo, recolhe o lixo de um restaurante ao final da noite e recebe a autorização de dormir sob a marquise daquele estabelecimento. Outro exemplo da obtenção de um privilégio, já observado, ocorre quando um adolescente, utilizando-se de um guarda-chuva, leva e traz, nos carros, os clientes de um restaurante. Em troca, recebe a autorização de permanecer no estacionamento do restaurante, vigiando os carros, recebendo gorjetas ou alimentação do restaurante.

Uma questão instigante sobre as atividades de crianças e adolescentes em situação de rua refere-se à realização de trabalho formal. Na pesquisa realizada por Rosemberg (1996) este aspecto é desconsiderado, uma vez que o objetivo da pesquisa era contabilizar o número de crianças e adolescentes que trabalhavam, efetivamente, na rua. Martins (1996a, 1996b) aponta unicamente a realização do trabalho informal, principalmente por não haver vínculo empregatício legal. Entretanto, ainda que não muito freqüentemente, é possível encontrar adolescentes em situação de rua trabalhando em empresas comerciais ou prestadoras de serviços. Na maioria das vezes, em caráter secundário ou complementar, exercem funções como limpeza, transporte ou assistente de mecânica ou de lanternagem. Os respectivos contratos, ainda que verbais, definem carga horária semanal, horário de entrada e de saída, valor e periodicidade do pagamento (diário, semanal ou mensal) e vestimenta. Estes trabalhos são legalmente questionáveis, pois, em geral, extrapolam o número de horas permitidas, não assinam carteira de trabalho e tampouco tratam os adolescentes como aprendizes. Apesar destas desvantagens, faz-se necessário reconhecer

que os trabalhos aqui descritos são de grande importância social, uma vez que desenvolvem a noção de limites, estabelecem regras e principiam a geração de uma identidade cidadã nos adolescentes em situação de rua. Estes dois pólos geram, na criança, uma posição antagônica em relação ao trabalho. De acordo com Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001), “a necessidade do jovem assumir compromissos e colocar-se frente à vida adulta significa uma profunda mudança de seu papel no mundo, levando-o a questionamentos, dúvidas e incertezas” (p. 27). Por outro lado, segundo Bonamigo (1996), “embora este trabalho revele-se, em alguns momentos, prejudicial ao seu desenvolvimento, ele é que está garantindo, mais do que a sobrevivência das crianças, o seu reconhecimento como sujeitos produtivos dentro de uma sociedade para a qual o trabalho é algo extremamente valorizado” (p. 149).

Como se observa, dentre as atividades lícitas, o trabalho e a mendicância configuram-se como sendo as principais formas de obtenção do que as crianças e adolescentes necessitam. Contudo reconhece-se que parte deles desenvolve, também, de forma esporádica ou periódica, atividades ilícitas. Dentre as mais freqüentes, encontra-se o roubo, o furto, e as ações ligadas ao comércio de drogas, tais como, venda, compra, intermediação e transporte.

A diferenciação das atividades entre lícitas e ilícitas é compreendida como necessária para uma correta consideração sobre a complexidade vivida por essa população. O trabalho desenvolvido por Martins (1996a, 1996b) inclui as atividades de furto e mendicância dentro da categoria trabalho. No presente estudo, com vistas à construção de uma imagem mais humana da criança em situação de rua, faz-se necessário esclarecer que o trabalho traz consigo uma noção de produção e está intimamente ligado à idéia de práxis. Na filosofia, práxis é o “conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção” (Ferreira, 1986, p. 1378). Nesta acepção, roubo ou furto podem ser descritos como atividade realizada, não como um trabalho desenvolvido pela criança ou adolescente em situação de rua.

Em face de todas as especificades, aqui apresentadas, relacionadas ao trabalho, é possível compreender a importância de uma análise criteriosa deste tema. O jovem pode percorrer diferentes percursos no processo de transição entre a escola e o trabalho, dependendo de suas necessidades pessoais, habilidades, formação pessoal, situação escolar, apoio familiar e oportunidades do meio (Sarriera & cols., 1996). Segundo estes autores, a relação estabelecida com o trabalho, seja na procura, na experiência ou na perda

de um emprego, constitui em um dos principais entraves para o desenvolvimento de projetos pessoais. É neste processo que, em muitos casos, ocorre a redução do campo de ação do indivíduo e de suas relações interpessoais, bem como a produção de sentimentos de desvalorização de si mesmo e da própria posição social (Sarriera, 1993, citado em Sarriera e cols., 1996).

O trabalho, realizado por crianças e adolescentes em situação de rua, analisado em toda a sua complexidade, ainda é bastante discutido por pesquisadores e profissionais. Se por um lado, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 60), por outro, o trabalho é gerador de identidade para o sujeito (Jacques, 1993), diferenciando as crianças dos “vagabundos” e dos “marginais” (Bonamigo, 1993). Segundo esta autora, o trabalho realizado por crianças e adolescentes em situação de rua permite “uma forma diferente de infância,... que envolve, ao mesmo tempo, prejuízos e vantagens, exigências e atribuições, sofrimento e satisfação. Embora diferente, essa continua sendo uma infância” (p. 149).

### **1.3.3 Aparência**

O terceiro aspecto adotado para caracterizar a “situação de rua” é a aparência. A aparência engloba a observação de aspectos exteriores, como a vestimenta e a higiene (Rosemberg, 1996). Principalmente em crianças mais novas, observa-se, com frequência, ausência de calçados, uso de roupas usadas e sujas, assim como mãos, pés e rosto também sujos, denotando aspecto de pobreza ou descuido. Estes fatores podem ser descritos como aparência de abandono e visível falta de higiene (Forster & cols., 1992). Contudo, pode-se encontrar, não só crianças, mas principalmente adolescentes que não se ajustem a esta descrição. Este último grupo tende a preocupar-se mais com a auto-imagem, podendo ser encontrado com roupas e calçados limpos e relativamente novos. Dependendo se o adolescente está ou não trabalhando e do quanto disponibiliza em termos financeiros, é possível encontrar referências, inclusive, sobre o uso de grifes caras e famosas. Isto é observado, por exemplo, em crianças e adolescentes envolvidos no comércio de drogas, cuja apresentação pode ser identificada como sendo de nível sócio-econômico médio. Em relação à higiene, esta preocupação pode se dar de forma semelhante. Especialmente em grupos mistos, ou seja, formados por adolescentes de ambos os sexos, observa-se um maior interesse por parte dos jovens em se manterem razoavelmente limpos e penteados, ainda que com roupas velhas, como forma de conquista da simpatia feminina.

### 1.3.4 Local

O quarto fator adotado para caracterizar o termo “em situação de rua” é o local onde a criança ou o adolescente se encontra, ou seja, a rua. “A rua não é apenas um lugar de circulação. Para muitos, é lugar de viver” (Craidy, 1999, p. 21). Nesta pesquisa, considerar-se-á “rua” como sendo “toda via ou logradouro público externo” (Rosemberg, 1996, p. 31), incluindo-se avenidas, praças, parques, estacionamentos, jardins, feiras, calçadas, assim como todo espaço público ao redor de instituições ligadas a comércio, alimentação, lazer, transporte, desporto, saúde e religião, dentre outros. Esta descrição do local não deve ser tomada como definição a ser seguida rigorosamente, mas, sobretudo, qualificada, tomando por base outros aspectos. Um destes é a proximidade em que a criança ou adolescente se encontra do seu lar. A rua deve ser compreendida, não só como espaço físico concreto, mas também como o contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações da criança e do adolescente que nela vivem.

Existe, ainda, um outro lugar, bastante representativo desta população, que é o local adotado por crianças e adolescentes como referência para deixar seus pertences e/ou para dormir. Sua nomenclatura varia de acordo com as cidades ou regiões do país, mas em geral são conhecidos por “mocós”. Serão considerados nesta pesquisa apenas aqueles localizados em áreas públicas que não ofereçam risco aos pesquisadores, permitindo fácil acesso e visualização do público em geral, como por exemplo, marquises de edifícios. Quando este local de referência for em algum esconderijo, sugere-se que seja desconsiderado para efeitos da realização do trabalho, como medida de segurança para o pesquisador. Nesses casos, os mocós, comumente, encontram-se em becos, terrenos baldios, casas abandonadas, construções não-concluídas e até nas copas de árvores ou sob as mesmas. Na maior parte das vezes, estes locais são deixados conhecer apenas quando existe grande vinculação entre o pesquisador e a criança ou adolescente. Recomenda-se que estes locais sejam respeitados e não penetrados sem a devida autorização.

Um dilema amplamente discutido entre pesquisadores da área é se uma criança pobre deve ser descrita como estando em situação de rua. Exemplificando-se, pode-se encontrar uma situação em que esteja uma criança brincando na rua, junto com duas outras da sua idade, todas elas com o corpo e as roupas sujas e desacompanhadas de um adulto responsável. Um ponto importante a ser analisado é a distância em que estas se encontram de suas residências (Rosemberg, 1996). Se estas estiverem próximas a cortiços, favelas ou conjuntos habitacionais de baixa renda, *a priori*, não serão identificadas como em situação de rua. Isto porque, a rua provavelmente deva ser o local destinado para o lúdico, na falta

de algum outro espaço reservado especialmente para tal fim. Além disso, nestes lugares, as crianças tomam como referência, além dos próprios familiares que estão próximos, uma série de outras pessoas como vizinhos ou comerciantes locais, que fazem com que elas não estejam “descuidadas”. Conclui-se que a pobreza, tomada isoladamente, não caracteriza uma criança ou adolescente como estando “em situação de rua” (Carrizosa & Poertner, 1992; Martins, 1996b; Oliveira & cols., 1992; Swart-Kruger & Donald, 1996; Williams, 1993).

### **1.3.5 Ausência de Adulto Responsável**

O quinto aspecto adotado neste estudo para caracterizar a criança ou adolescente em situação de rua é a ausência de um adulto identificado como seu responsável. Forster, Barros, Tannhauser e Tannhauser (1992) descreve a criança em situação de rua, entre outros fatores, como estando desacompanhada de um adulto cuidador. De outra forma, Rosemberg (1996) classifica como “em situação de rua” toda criança ou adolescente que esteja pedindo esmola, sozinho ou acompanhado de um adulto. Esta característica deve ser observada com muita atenção pelo pesquisador, sob pena de haver a exclusão, do grupo de participantes, de diversas crianças e adolescentes que, em princípio, fariam parte da população em estudo.

A verificação da presença ou ausência de um adulto responsável deve ser realizada em diferentes momentos, desde a observação de campo e a aproximação com as crianças, até o contato. Acredita-se que a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua esteja realmente desacompanhada de um adulto cuidador. Quanto maior a idade, maior a tendência de que isto ocorra. Entretanto, muitos são os casos em que os infantes estejam aparentemente sozinhos, mas sendo observados à distância por um “responsável”. Um exemplo disto ocorre nos semáforos, nos quais as crianças ficam pedindo dinheiro ou vendendo balas e frutas, mas ao longe, estão sendo observados. Podem permanecer horas sem nenhum contato com este cuidador, resultado em muitos casos, da instrução repassada pelo dito “responsável”. Quando da aproximação de alguma pessoa que possa representar uma ameaça à funcionalidade desta estrutura, seja um policial, um educador de rua ou um pesquisador, surge imediatamente este adulto afirmando que as crianças não estão desacompanhadas. Em termos legais, isto é caracterizado como exploração de “menores” e pode resultar na destituição de pátrio-poder. Com base nesta descrição, pesquisas cujo objetivo é apenas a contagem do número de crianças e adolescentes em situação de rua, nas

quais, em muitos casos, não há contato com os mesmos, devem observar cuidadosamente este aspecto.

No desenvolvimento da referida questão, houve casos de se encontrar crianças guardando carro em um estacionamento e que, ao serem abordadas, surgiu o pai que estava realizando o mesmo serviço no estacionamento ao lado. Em termos de pesquisa, aqui se instala o dilema da caracterização ou não desta criança como estando “em situação de rua”. Caso seja tomada por critério apenas a antiga visão de que criança de rua é aquela que não tem vinculação familiar, esta criança não será considerada um participante. Contudo, se for analisado todo o contexto no qual está inserida a criança, ela será considerada como “em situação de rua”, pois se enquadra perfeitamente em todos os aspectos descritos anteriormente, tanto na atividade desenvolvida, na aparência e no local. Neste caso, cabe ao pesquisador abordar o responsável, explicar os objetivos e as condições da pesquisa e solicitar-lhe o consentimento informado, como normalmente é feito em qualquer outro estudo. Como se observa, este caso é uma exceção ao critério da ausência de um adulto responsável pela criança ou adolescente.

Em resumo, adotar-se-á neste estudo, *a priori*, como critérios de identificação de crianças e adolescentes em situação de rua, os cinco aspectos aqui citados. Entretanto, devido à enorme complexidade e diversificação desta população, nenhum dos fatores deve ser tomado de forma absoluta e isolado dos demais. Na análise de todo o contexto, é importante considerar os riscos aos quais as crianças estão expostas, assim como o quão vulneráveis elas estão frente a estes riscos (Hutz & Koller, 1999).

Com esta apresentação, não se pretende estabelecer uma norma a ser seguida de forma arbitrária para a classificação de toda a população de rua no Brasil. Ao contrário, espera-se oferecer um conjunto de fatores a serem levados em consideração por pesquisadores para nortear a identificação de cada caso de criança ou adolescente que esteja em situação de rua. Por esta razão, questiona-se o uso de uma tipologia usada em diversas pesquisas (Cosgrove, 1990; Lusk, 1989, 1992; Martins, 1996a, 1996b) para caracterizar esta população. Não existem crianças em situação de rua do tipo um, dois ou três, pela mesma razão que não existem “tipos” de mulheres ou de homens. Ainda que este modelo possa ser útil na estruturação de uma pesquisa ou na apresentação dos dados da mesma, faz-se necessário reconhecer que esta é uma descrição bastante simplista do ser humano, sem considerar toda a sua complexidade e a do meio no qual está inserido. É a partir da análise destes dois últimos fatores que se abre espaço para a apresentação e discussão da abordagem teórico-metodológica na qual se baseou esta pesquisa.

#### 1.4 Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999), focaliza o estudo contextual do desenvolvimento humano, apresentando uma concepção particular sobre a pessoa, o ambiente no qual ela está inserida e, principalmente, a interação que ocorre entre ambos. Neste modelo teórico-metodológico, o desenvolvimento foi inicialmente descrito como sendo “uma mudança duradoura na maneira pela qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente” (Bronfenbrenner, 1979/1996, p. 5), sendo denominado, portanto, de *desenvolvimento-no-contexto*. Mais recentemente, Bronfenbrenner e Morris (1999) usam o termo referindo-se à “estabilidade e mudança nas características bio-psicológicas da existência humana ao longo do curso de vida e através das gerações” (pp. 25-26). Nesta concepção, a pessoa não é tida como um ser passivo que apenas sofre o impacto do meio que a envolve. Ao contrário, é vista como tendo um papel dinâmico, ativo no processo de inserção no meio ambiente em que reside, reestruturando-o. A interação entre a pessoa e o ambiente é considerada como bidirecional ou recíproca.

O termo “meio-ambiente” é de grande importância dentro desta abordagem. Bronfenbrenner (1979/1996) adota a posição lewiniana de que o meio ambiente de maior relevância para o entendimento científico do desenvolvimento não é aquele descrito como uma realidade concreta e objetiva. O que importa neste meio ambiente é a forma como os seres humanos o percebem, interagindo dentro dele e com ele. Nesta aceção, a compreensão do desenvolvimento humano pressupõe mais do que a observação direta do comportamento de uma única pessoa em um local específico, sem considerar os demais fatores que a influenciam. O *desenvolvimento-no-contexto*, em oposição ao *desenvolvimento-fora-do-contexto*, “requer o exame de sistemas de interação de múltiplas pessoas, não limitado a um único ambiente” (p. 18), levando em consideração aspectos deste além da situação imediata que contém a pessoa. Esta forma de perceber o ser humano e a maneira como ele se desenvolve é de fundamental importância. Principalmente ao focar-se o grupo de adolescentes em situação de rua, torna-se imprescindível uma análise mais abrangente das condições de vida desta população, levando em conta os diferentes contextos que interferem em seu desenvolvimento.

Considerando o desenvolvimento humano em sua complexidade, a Abordagem Ecológica (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1995a, 1995b 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999) propõe um modelo formado por quatro

dimensões inter-relacionadas: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Segundo estes autores, a primeira dimensão, o Processo, é o aspecto central do Modelo Ecológico. Bronfenbrenner e Morris (1999) afirmam que o Processo “abarca as formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente, chamados *processos proximais*, que operam ao longo do tempo e são colocados como mecanismos primários produzindo o desenvolvimento humano” (p. 23). Bronfenbrenner e Evans (2000) afirmam que o processo proximal funciona como o motor do desenvolvimento. Este último toma lugar através de processos que vão progressivamente tornando-se mais complexos na interação entre um organismo humano e outras pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato (Bronfenbrenner, 1995a). Para ser efetiva, a interação deve ocorrer em uma base regular favorável durante longos períodos de tempo. “A forma, poder, conteúdo e direção dos processos proximais... variam sistematicamente como uma função das características bio-psicológicas da pessoa em desenvolvimento e do ambiente” (Bronfenbrenner, 1995a, p. 621). A partir desta visão, será investigado, neste trabalho, de que maneira as interações de adolescentes em situação de rua com outras pessoas, objetos e símbolos, presentes nos diferentes contextos, influenciam a formação de projetos futuros nesta população.

A segunda dimensão considerada na Abordagem Ecológica do Desenvolvimento é a Pessoa. Este aspecto investiga as características biológicas, físicas e psicológicas da pessoa em interação com o ambiente (De Antoni & Koller, 2001). Bronfenbrenner e Morris (1998, 1999) apontam três diferentes fatores na análise da Pessoa: disposições, recursos bioecológicos e demanda. Segundo os autores, as disposições organizam os processos proximais no sentido de um domínio desenvolvimental particular e continuam a manter a sua operação. O segundo fator enfoca os recursos bioecológicos de habilidade, experiência e conhecimento requeridos para um efetivo funcionamento do processo proximal. A demanda corresponde às características que podem estimular ou desencorajar reações no ambiente social, favorecendo ou interrompendo os processos proximais. Em relação ao presente trabalho, serão considerados os aspectos psicológicos, biológicos e físicos dos adolescentes em situação de rua, ressaltando, principalmente, aqueles ligados à elaboração de suas expectativas futuras.

A terceira dimensão, o Contexto, é a configuração ecológica que enfoca as características e as relações entre os vários sistemas aos quais a pessoa está inserida e se relaciona direta ou indiretamente (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1995a, 1995b 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999). Este “meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma organização de encaixe de

estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte” (Bronfenbrenner, 1979/1986, p. 18). Estas estruturas são denominadas microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (Figura 1).

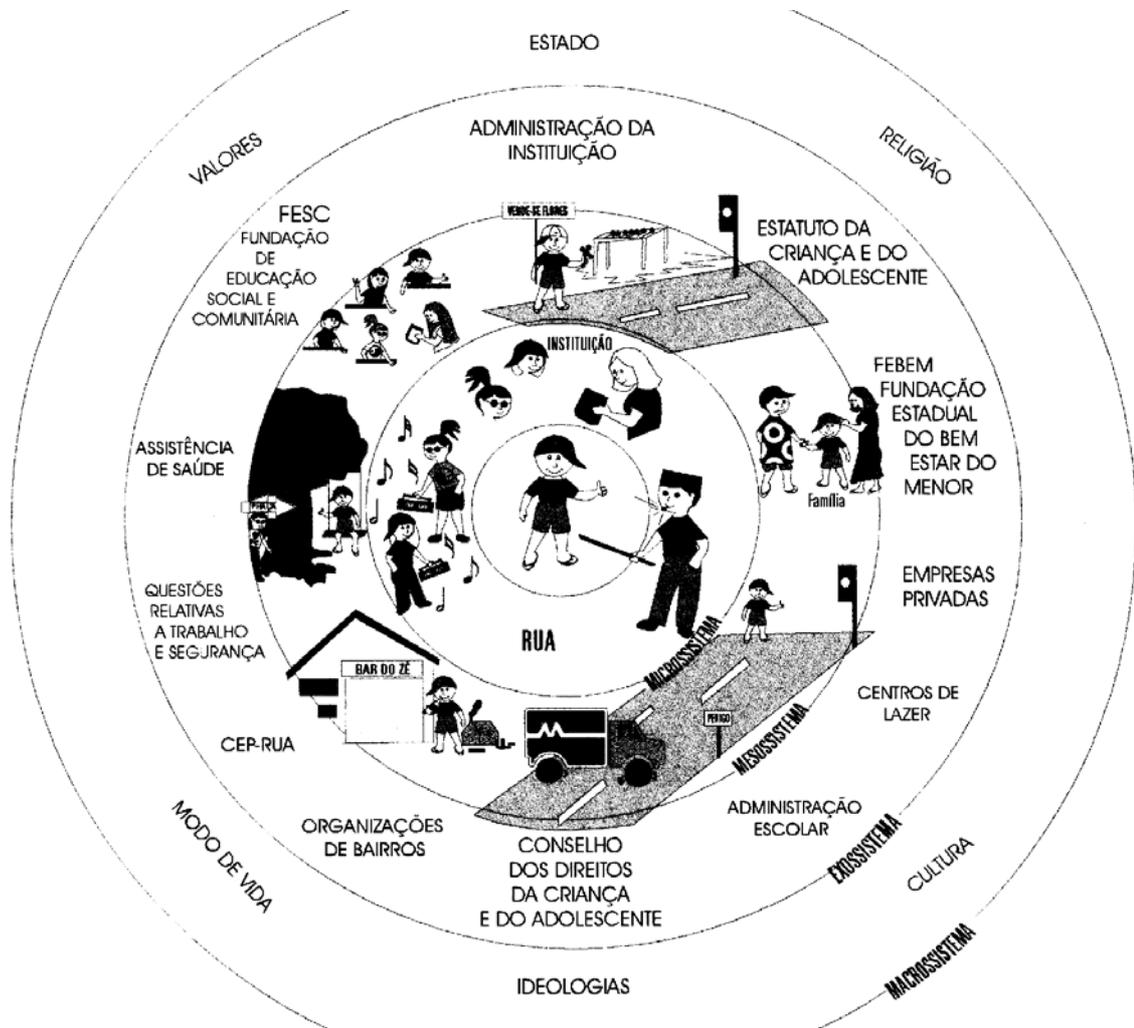


Figura 1. Modelo da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.

Configuração da dimensão Contexto da situação de rua em Porto Alegre, extraído de Brito (1997).

O microssistema é descrito como sendo formado pelo conjunto de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento em um contexto mais imediato (Bronfenbrenner, 1979/1986). Tomando por referência esta pessoa, o microssistema inclui todos os locais onde ela interage diretamente com outras pessoas. Existem três fatores que constituem os elementos do microssistema: a atividade, o papel e a relação interpessoal. Tomando-se como pessoa a criança ou o adolescente em situação de rua, o microssistema inclui, dentre outros contextos, a rua, praças, parques, feiras, estacionamentos e jardins. Abrange também o conjunto de instituições com as quais a

criança estabelece relações significativas e estáveis, como por exemplo, a escola, o albergue onde ela dorme, o restaurante no qual ela pede comida frequentemente e mantém uma relação de amizade com o funcionário e o local onde ela lava e “guarda” carros diariamente. Nestes diferentes microssistemas, o adolescente realiza diferentes atividades e mantém relações interpessoais com diferentes grupos de pessoas, desde a própria família até o grupo de parceiros no contexto da rua. Ao movimentar-se entre os diversos microssistemas, surgem diferentes relações e a criança desempenha variados papéis. Este processo de mudança é chamado de “transição ecológica”. O conjunto de microssistemas é denominado mesossistema e inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente. Faz-se necessário ressaltar que o estudo das expectativas futuras de adolescentes em situação de rua deve considerar todos estes microssistemas, pois a relação estabelecida com cada um deles pode influenciar de forma significativa a forma como este jovem idealizará o seu futuro.

Mesmo sofrendo a ação direta de todos os locais, pessoas e instituições aos quais mantém contato, a criança em situação de rua também é influenciada indiretamente por uma série de ambientes aos quais ela não pertence nem frequenta. O conjunto destes ambientes é denominado exossistema, e é descrito como se referindo aos “ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento” (Bronfenbrenner, 1979/1986, p. 21). O exossistema dos adolescentes em situação de rua é significativamente amplo e inclui, todas as instituições com as quais eles não mantêm contato direto, mas cujas decisões os afetam. Têm-se, como exemplo, os Conselhos Tutelares, as secretarias de educação, trabalho, saúde, segurança, promoção social, justiça, organizações governamentais e não-governamentais que desenvolvem, em conjunto ou isoladamente, ações norteadoras para toda a comunidade na qual a criança está inserida. Estas instituições desenvolvem, por exemplo, campanhas para não dar esmolas, para a inclusão de crianças em escolas, para a denúncia do trabalho infantil, da exploração sexual de crianças e adolescentes ou do envolvimento destes com o comércio de drogas. Ainda que a população de rua não tenha contato direto com todos os setores que desenvolvem estas campanhas, elas recebem influência indireta deste trabalho. Parte-se do princípio de que esta influência, exercida pelo exossistema, interfere na forma como são elaborados os projetos de futuro dos adolescentes. Em uma cidade cujas instituições promovam políticas públicas que desenvolvam socialmente a infância em situação de rua, com ações claras de reinserção

social, tendem a gerar aspirações de futuro mais concretas, passíveis de serem alcançadas por estes adolescentes. Ao contrário, em lugares onde não existe uma preocupação das referidas instituições com a população de rua, existe uma tendência de que as crianças sejam relegadas à sua própria sorte, fazendo com que estas não desenvolvam perspectivas com relação a um futuro profissional, educacional ou familiar.

Analisando ainda o Contexto, o quarto sistema ecológico é o macrossistema. Na visão de um conjunto de estruturas concêntricas, este é o mais externo, englobando os demais sistemas. O macrossistema é compreendido como sendo o conjunto de crenças, valores e ideologias ligados a diversos aspectos, como por exemplo, política, filosofia, arte e religião. É de grande importância que este sistema maior seja considerado, uma vez que interfere de forma significativa sobre o universo psicossocial da criança em situação de rua. Em uma cultura que desenvolveu o estereótipo de que “menino de rua” é aquele que “não têm aspirações maiores do que trabalhos marginais,... não tem nenhuma aspiração decente e... quer apenas ser criminoso” (Oliveira & cols., 1992, p. 172), faz-se necessário analisar até que ponto esta concepção também não interfere na idéia que a criança tem sobre o seu futuro e sobre suas expectativas a respeito deste. É necessário verificar, em nível de macrossistema, a visão que a sociedade possui sobre a criança em situação de rua. Qualquer pesquisa realizada com esta população que não considere todo o implexo do contexto de rua, deixando de perpassar os quatro sistemas aqui mencionados, tende a abordar a questão de forma simplista, sem considerá-la em toda sua complexidade.

A quarta dimensão da Abordagem Ecológica é o Tempo. Esta questão foi inicialmente abordada por Bronfenbrenner (1979/1986), denominando de cronossistema a sequência de eventos que constituem a história e as rotinas de uma pessoa. Nos últimos trabalhos (Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999), a dimensão temporal passou a ter um lugar mais proeminente, sendo analisada em três níveis sucessíveis: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se à relação de continuidade e descontinuidade das ocorrências dos processos proximais. Tem-se, como exemplo, o tempo de duração das relações estabelecidas entre os adolescentes em situação de rua com seus pares ou famílias, ou ainda durante a realização de determinada atividade. O mesotempo relaciona-se à periodicidade destes episódios através de certo intervalo de tempo, como por exemplo, dias ou semanas. Envolve as rotinas, o estabelecimento de organização disciplinar, a percepção dos limites, horários e regras de convivência (De Antoni, 2000). A consideração deste item é de suma importância neste trabalho, uma vez que as crianças em situação de rua, como descrito anteriormente, possuem uma certa

imprecisão na apreensão do “tempo de calendário”, em virtude de não possuírem uma rotina de atividades estabelecida e seguida de forma criteriosa. O macrotempo focaliza as mudanças de expectativas e eventos da sociedade, dentro e através das gerações, conforme elas afetam e são afetadas pelos processos e resultados do desenvolvimento humano ao longo do curso de vida (Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999). Reportando-se aos adolescentes em situação de rua, o macrotempo abarca desde o passado, a história vivenciada por cada um destes sujeitos em desenvolvimento, assim como as expectativas em relação ao futuro que estes venham a elaborar. Considera-se fundamental a análise conjunta destes três níveis temporais, gerando uma compreensão mais ampla do tema norteador desta pesquisa.

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano foi tomada como principal modelo teórico-metodológico deste estudo pela possibilidade de considerar toda a complexidade do desenvolvimento infanto-juvenil no contexto de rua. Além disso, permite uma análise mais ampla das informações obtidas dos diversos sistemas nos quais está inserida esta população-alvo. Um dos principais recursos para se alcançar estas informações será a fotografia, obtida pelos adolescentes durante a fase de coleta de dados. Este método permite ao pesquisador ter acesso a microssistemas pertencentes ao universo psicossocial do adolescente em situação de rua que dificilmente seriam conhecidos de outra maneira. Além disso, o recurso fotográfico permite a análise de todas as quatro dimensões aqui explicitadas, assim como o aprofundamento da influência dos contextos micro, meso, exo e macro sobre o desenvolvimento das expectativas futuras do adolescente em situação de rua. A seguir, será realizada uma explanação do uso da fotografia na pesquisa psicológica, com vistas à familiarização do uso deste recurso, especialmente através do método autofotográfico.

### **1.5 O Uso da Fotografia na Pesquisa Psicológica**

A apresentação dos aspectos relacionados até aqui objetivou desenvolver a importância de se pesquisar as expectativas futuras de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como a forma de realizar uma correta caracterização desta população. Posteriormente, descreveu-se brevemente a abordagem teórico-metodológica na qual este estudo se baseia. Nesta seção, abordar-se-á questões metodológicas que envolvem o uso da fotografia na pesquisa em psicologia, uma vez que este será um dos principais recursos utilizados na coleta de dados desta pesquisa.

Face ao exposto, realizou-se, com base na literatura, um levantamento histórico-metodológico do uso da fotografia na ciência psicológica. Procurou-se identificar as funções gerais ocupadas pela fotografia nos diferentes métodos adotados, ressaltando as vantagens e desvantagens em cada um deles. Paralelamente, buscou-se levantar os diferentes temas abordados nas diversas áreas da ciência psicológica, através do recurso fotográfico. Espera-se demonstrar as contribuições do uso deste método na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua.

O principal objetivo, ao se trabalhar com a fotografia junto à psicologia, atualmente, é a atribuição de significado à imagem. As relações estabelecidas entre estes dois constructos foram, inicialmente, colocadas por William James (1890, citado por Dinklage & Ziller, 1989) que definiu o significado das palavras como sendo imagens sensoriais trazidas à consciência. Assim, adotando-se o pressuposto de que parte das pessoas teria dificuldade em expressar verbalmente determinados temas, o uso da fotografia poderia auxiliar na comunicação destes significados, permitindo uma melhor compreensão destes conteúdos por parte do pesquisador.

Analisando a literatura a respeito do uso da fotografia na pesquisa psicológica, é possível identificar quatro funções principais no uso do recurso fotográfico. A primeira delas é a função de *registro*, na qual a fotografia tem o papel de documentar determinada ocorrência, ou seja, a mesma função que as filmagens possuem nos dias de hoje. Fotografa-se um certo evento durante o seu acontecimento e, posteriormente, esta imagem é tomada como um dado de pesquisa na análise específica do “motivo fotográfico”, isto é, da ação, pessoa ou objeto fotografados. Neste caso, o que importa é apenas o conteúdo presente em cada uma das fotos ou no conjunto delas. Por esta razão, não são levados em consideração o autor das fotografias, nem o posterior observador das mesmas, que, em ambos os casos, tende a ser o próprio pesquisador ou alguém da sua equipe de trabalho.

No segundo caso, a fotografia desempenha a função de *modelo*. São apresentadas aos participantes, fotos que enfocam determinado tema, normalmente relacionado com o objeto de estudo, mas que não retratam os próprios participantes. São então analisadas as percepções, falas ou reações das pessoas em relação às imagens. O foco principal de análise passa a ser o observador da fotografia, juntamente com as suas respostas direcionadas às diferentes fotos apresentadas. O conteúdo da imagem, com frequência, ocupa o lugar de variável independente, sendo modificado no intuito de se observar alguma possível variação nos comportamentos ou percepções dos participantes. Nestas pesquisas,

não é importante considerar quem é o autor das fotos, pois, na maioria dos casos, isto pouco mudaria a opinião da pessoa em relação à imagem em si.

A terceira função da fotografia na pesquisa é denominada *autofotográfica*. Nestes estudos, cada participante recebe uma câmera fotográfica e é instruído sobre como manuseá-la adequadamente. Posteriormente, é solicitado a tirar determinado número de fotos na tentativa de responder a uma questão específica. Após a revelação do filme, é analisado o conteúdo das fotos. Em parte das pesquisas, são também desenvolvidas entrevistas com os participantes com o intuito de se levantar as percepções a respeito das suas próprias fotografias. Observam-se diferenças significativas em relação às duas funções anteriores, pois, neste caso, são considerados importantes tanto o conteúdo, quanto o autor das fotos, assim como a sua percepção em relação às próprias imagens produzidas.

Em relação ao conteúdo das fotografias, como será explicitado posteriormente, a literatura indica o uso da técnica de análise de conteúdo, na qual são definidas categorias a partir dos diferentes assuntos presentes nas imagens (Amerikaner, Schauble & Ziller, 1980; Clancy & Dollinger, 1993; Combs & Ziller, 1977; Dinklage & Ziller, 1989; Dollinger, 1996; Dollinger, 2001; Dollinger, 2002; Dollinger & Clancy, 1993; Dollinger, Cook & Robinson, 1999; Dollinger & Dollinger, 1997; Dollinger, Preston, O'Brien & DiLalla, 1996; Dollinger, Rhodes & Corcoran, 1993; Dollinger, Robinson & Ross, 1999; Dollinger, Ross & Preston, 2002; Henry & Solano, 1983; Monteiro & Dollinger, 1996, 1998; Okura, Ziller & Osawa, 1985-1986; Rorer & Ziller, 1982; Ziller, 1990; Ziller & Lewis, 1981; Ziller & Rorer, 1985; Ziller & Smith, 1977; Ziller, Vern & de Santoya, 1988). As frequências de ocorrência de cada uma destas categorias são quantificadas e comparadas entre os diferentes grupos de participantes da pesquisa. A consideração dos autores das fotos é importante na medida em que os dados serão analisados de acordo com as características de cada autor ou em relação ao grupo ao qual ele pertence. Nas pesquisas com grupos contrastantes, por exemplo, é observado se determinado conjunto de fotos possui fatores peculiares a um grupo ou a outro.

A percepção dos autores a respeito de suas próprias fotos pode ser apreendida de diferentes maneiras. Pode-se pedir aos participantes que escolham as imagens percebidas como mais importantes; que estabeleçam uma ordem a partir das fotos que sejam consideradas mais significativas; ou que escrevam uma legenda para cada foto ou um parágrafo sobre o conjunto delas. Pode-se ainda realizar entrevistas, alcançando com maior profundidade a percepção dos participantes a respeito das fotografias.

Na quarta função, a fotografia é usada como um instrumento de *feedback* aos participantes da pesquisa. Na maioria destes casos, as pessoas são anteriormente avaliadas em determinado aspecto, como por exemplo, em algum traço de personalidade. Elas são então fotografadas por terceiros em diferentes circunstâncias e o resultado – as fotos – é apresentado às mesmas. Posteriormente é realizada nova avaliação com o intuito de verificar se o contato com as fotografias gerou alguma diferença no critério avaliado.

Diferentemente do método autofotográfico, a fotografia como *feedback* não se preocupa com o autor da foto, mas apenas com o resultado que esta gera sobre o participante. Esta função também se diferencia da fotografia como modelo, uma vez que neste último caso a imagem enfoca qualquer ação, pessoa, objeto ou símbolo e, no caso do *feedback*, o foco central é o próprio participante da pesquisa. Analisando-se a literatura, é possível observar que a fotografia na função de instrumento de *feedback* não se desenvolveu tanto quanto nos três primeiros casos. Isto se deu, principalmente, em virtude das limitações apresentadas pelo método em relação à restrição de possíveis temas a serem estudados através deste processo.

O primeiro artigo publicado que se tem registro usando a fotografia na pesquisa psicológica data da última década do século XIX (Donaldson, 1890). Este período coincide, tanto com o início do desenvolvimento da psicologia como ciência reconhecida, como também com o desenvolvimento da própria fotografia, que começava a se destacar naquele século. Tal pesquisa utilizou o recurso fotográfico na função de registro e tinha por objetivo encontrar relações entre o constructo “inteligência” e estruturas anatômicas do cérebro de uma mulher surda-muda e cega, já falecida. Os resultados foram discutidos tomando por base diferentes critérios, como notas biográficas, dados físicos, fotografias do cadáver da mulher durante a autópsia, peso e volume encefálico. Apesar da fotografia não ter sido o principal instrumento de apreensão dos dados, mas apenas mais uma forma de registro dos dados em meio a diversas outras, este trabalho foi um marco da utilização deste recurso dentro da pesquisa psicológica.

Na primeira década do século XX, em um único ano foi publicada uma série de cinco trabalhos nos quais a fotografia, ainda na função de registro, era usada como principal forma de coleta de dados. O primeiro deles (Judd, Mcallister, Cloyd & Steele, 1905) mostrava como o desenvolvimento de um novo equipamento especial denominado *kinetoscope camera* era usado em estudos sobre a movimentação ocular. McAlister (1905) estudou como os olhos se comportavam quando o participante era solicitado a, conscientemente, fixar o olhar em um ponto e como os olhos se moviam de um ponto de

fixação para outro. Os demais trabalhos analisaram a percepção visual, quando os participantes observavam imagens que geravam ilusões óticas (Cameron & Steele, 1905; Judd, 1905; Judd & Courten, 1905). Nestas pesquisas, o recurso fotográfico foi utilizado, gerando, na época, grandes avanços dos estudos na área da percepção visual.

Na década de 20, a fotografia passou então a ser usada na pesquisa psicológica, adotando a função de modelo. Em um contexto no qual os países viviam as mudanças geradas pelo fim da Primeira Guerra Mundial, dentro da área de Recursos Humanos existia a necessidade de criar uma forma de seleção de pessoal que pudesse lidar com grande número de pessoas e que fosse, ao mesmo tempo, rápida e eficaz. A partir desta necessidade, foi desenvolvida uma pesquisa (Anderson, 1921) com o objetivo principal de determinar a confiabilidade da análise da fotografia do rosto de uma pessoa como indicador do nível de inteligência desta. Foi elaborado, como modelo, um catálogo com 69 fotografias de pessoas que ocupavam diferentes cargos em uma empresa. Cada imagem era identificada por um número. Estas pessoas participaram da validação de testes de inteligência nas Forças Armadas, e seus escores, neste teste, foram usados como critério de comparação. Coube a um corpo de 12 participantes, composto de estudantes e instrutores em psicologia, analisar as fotos e escolher aquelas pessoas que melhor se enquadravam em quatro categorias: primeira, as sete pessoas mais inteligentes; segunda, as sete pessoas menos inteligentes; terceira, as 14 pessoas consideradas superiores, mas que não fossem tão inteligentes quanto as sete melhores; quarta, as 14 pessoas consideradas inferiores, mas não tão pouco inteligentes quanto as sete piores. Os dados mostraram que houve alta concordância entre o julgamento a partir da imagem e os escores de inteligência apenas em um caso: quando os graus extremo inferior e extremo superior de inteligência eram considerados. Entretanto, quando considerados os grupos “superiores médios” e “inferiores médios”, não foram observadas correlações significativas entre julgamento a partir das imagens e os escores do teste de inteligência. Anderson (1921), sabiamente, concluiu que, de uma forma geral, eleger empregados apenas pela análise da fotografia não é um método de seleção confiável.

O primeiro pesquisador que investigou a avaliação da inteligência através da fotografia foi Pintner (1918, citado em Laird & Remmers, 1924). Em seu estudo, foram usadas fotografias de 12 crianças, com idades entre cinco e 12 anos, cujos níveis de inteligência haviam sido avaliados através do teste C.M.A. (sigla não explicitada pelo autor). Foram organizados vários grupos de juízes, dentre eles, médicos, psicólogos, estudantes, professores e um grupo formado por diferentes profissionais. Os juízes

deveriam observar as fotos e organizá-las em uma seqüência, segundo o julgamento de qual criança teria maior ou menor nível de inteligência. Os níveis de correlação entre a seqüência estimada e a real variaram de  $-0,63$  a  $+0,52$ . Surpreendentemente, a mais alta correlação foi obtida por um taquígrafo e o menor, por um psicólogo. Pintner concluiu que, “de uma forma geral, podemos dizer que é impossível, pelo significado das fotografias, ordenar crianças de acordo com sua inteligência” (Pintner, 1918, p. 293, citado em Gaskill, Fenton & Porter, 1927, p. 399).

Por mais que, atualmente, pareça cômico o objeto de estudo destas pesquisas, na época, fazia referência a questões de suma importância, discutidas amplamente, tanto no meio acadêmico, quanto na área de seleção de pessoal. Diversos trabalhos foram realizados (Anderson, 1921; Gaskill, Fenton & Porter, 1927; Laird & Remmers, 1924; Uhrbrock, 1922, citado em Cook, 1939) avaliando a possibilidade de se estimar a inteligência de uma pessoa através da análise de sua fotografia, fato este aceito em grandes empresas norte-americanas, quando a análise era feita por *experts* em seleção de pessoal. A validade do julgamento da inteligência baseada em fotografias foi comparada com o julgamento da inteligência baseado em entrevistas (Moriwaki, 1929). Este autor concluiu que o julgamento baseado em entrevistas era nitidamente melhor que aquele baseado unicamente nas fotografias dos participantes.

Tentando pôr fim à questão do julgamento da inteligência a partir de fotografias, que se tornava mais relevante com o início da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente necessidade de seleção de milhares de pessoas, Cook (1939) compôs um corpo de dez juízes formados por profissionais altamente capacitados na área de gerência de pessoal de diferentes grandes companhias norte-americanas, que analisou um total de 150 fotos. A inteligência das pessoas fotografadas foi determinada anteriormente pelo Teste de Inteligência de Thurstone IV. Concluiu-se que “todos os juízes estimaram a inteligência com aproximadamente o mesmo nível de inexatidão” (Cook, p. 388-389), com índices de correlação variando entre  $-0,6$  e  $+0,20$ . De forma semelhante, não houve precisão no que diz respeito aos níveis extremos ou medianos de inteligência. Laird e Remmers (1924) afirmaram em seu trabalho que os juízes, na tentativa de identificar quem eram as pessoas mais inteligentes através das fotos, “poderiam fazê-lo tão bem com os olhos fechados, quanto com os olhos abertos” (p. 445).

Os resultados de todos estes trabalhos (Anderson, 1921; Cook, 1939; Gaskill, Fenton & Porter, 1927; Laird & Remmers, 1924; Moriwaki, 1929; Pintner, 1918, citado em Laird & Remmers, 1924; Uhrbrock, 1922, citado em Cook, 1939) influenciaram também o

campo da educação, no qual o professor detinha grande poder, inclusive o de afirmar que um aluno era mais inteligente que outro apenas olhando para ambos. As conclusões obtidas pelos diferentes autores, tidas como óbvias pela ciência psicológica atual, apontaram, na época, para a necessidade de se aprimorar os testes de inteligência e de se criar novas técnicas de seleção de pessoal.

Além da área educacional, o recurso fotográfico vem sendo fortemente utilizado em diversas pesquisas sobre expressões faciais e comportamentais (Dion, Berscheid & Walster, 1972; Ekman & Friesen, 1971; Evans, Rutberg, Carmela & Charli, 1991; Landis, 1924; Mills, 1984; Walther, Slovacek & Tidwell, 2001). Paralelamente, ainda na função de modelo, a fotografia vem sendo empregada em diferentes métodos de pesquisa, inclusive como instrumento acessório de questionários ou entrevistas. Recentemente, isto foi observado em um estudo cujo objetivo era analisar as explicações, fornecidas por crianças em situação de rua, sobre desigualdades sociais (Maciel, Brito & Camino, 1998). Participaram, deste trabalho, 56 crianças e adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos. Durante a coleta de dados, utilizou-se um questionário, complementado por um conjunto de fotos sobre conjunturas sociais que fundamentam diversas questões sobre as desigualdades sociais. Ao longo da aplicação do questionário, as fotografias eram apresentadas, funcionando como modelo das situações em análise. As imagens retratavam quadros de pobreza e de riqueza, a partir das quais, os participantes expunham as explicações sobre tais fenômenos. Neste estudo, a grande vantagem encontrada no uso da fotografia foi a riqueza de informações encontradas nas próprias imagens. Partindo-se da possibilidade de que nem todos os participantes tivessem acesso à escola, o uso de sentenças descritivas pode fazer referência a situações muito abstratas. Em contrapartida, a imagem se relaciona a informações mais concretas, o que pode enriquecer a compreensão de crianças e adolescentes em situação de rua sobre o objeto estudado.

A utilização da fotografia na pesquisa estendeu-se a diversas outras áreas da psicologia. Gosciewski (1975) desenvolveu um estudo, em contexto clínico, no qual solicitava aos participantes que, a partir do conjunto de fotos pessoais disponíveis, selecionasse algumas e trouxesse para a sessão. Segundo o autor, as fotografias oferecem uma grande riqueza de informações sobre a vida da pessoa, tanto em aspectos ambientais quanto relacionais, permitindo conhecer diferentes contextos e acontecimentos que dificilmente o pesquisador teria acesso. Apesar desta pesquisa ter sido desenvolvida em contexto terapêutico, as considerações do autor sobre o método são pertinentes e adequadas a este estudo.

O recurso fotográfico é especialmente rico com crianças e adolescentes que, de forma freqüente, têm uma certa dificuldade em expressar verbalmente seus diferentes contextos de vida e relações sociais (Gosciewski, 1975). Nestes casos, é despertada a curiosidade e as crianças começam a contar histórias sobre o que ocorreu naquela situação, cabendo ao pesquisador aprofundar as informações sobre a percepção infantil dos diferentes aspectos, presentes ou não na imagem.

Foram identificadas algumas limitações no uso da fotografia ao realizar durante a pesquisa (Gosciewski, 1975). Primeiro, ao se trabalhar com populações de baixa renda, é provável que este seja um fator que interfira na quantidade de fotografias tiradas ao longo de determinado tempo, e, por conseqüência, no número de fotos disponíveis para se realizar o trabalho. Em virtude da menor disponibilidade de recursos financeiros, pressupõe-se que estas populações tirem menos fotos ao longo da vida. Segundo, como as fotografias são tiradas em caráter esporádico, normalmente em situações específicas, as fotos disponíveis nos álbuns de família tendem a não ser representativas do modo de vida daquela família, pois não engloba todas as condições vivenciadas por aquele conjunto de pessoas. A terceira limitação refere-se ao fato de que, apesar do pesquisador solicitar que o participante selecione randomicamente algumas fotos, existe a tendência de que estas sejam escolhidas, priorizando aquelas que apresentem uma melhor auto-imagem da pessoa ou da família. Dificilmente alguém escolheria uma foto ruim ou aquela tirada após algum evento negativo no contexto familiar. Segundo o autor, esta característica pode até ser útil para identificar o *self* ideal de uma pessoa, mas não corresponderá à realidade vivida por ela.

Além das limitações apontadas pelo próprio Gosciewski (1975), foram levantadas quatro críticas principais ao método utilizado por ele (Amerikaner, Schauble & Ziller, 1980). Primeiro, os dados são limitados pelas fotografias que estão disponíveis à pessoa. Seria necessária uma ampla variabilidade de fotografias com conteúdo significativo, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Segundo, as fotografias são, na maioria dos casos, tiradas por outras pessoas, sejam elas amigos, parentes ou fotógrafos profissionais. Isto implica a impossibilidade de se ter acesso à percepção da própria pessoa, que no caso seria o foco central a ser alcançado. A terceira crítica refere-se à perspectiva de tempo. No trabalho de Gosciewski, as fotografias eram coletadas e trazidas para as sessões, sem haver uma preocupação em relação ao tempo em que elas foram tiradas. Independentemente se eram fotos da infância do paciente ou tiradas no último ano, dizem respeito ao passado. Os autores que sustentam esta crítica afirmam que este material só é válido, caso o

pesquisador esteja interessado em fazer um levantamento de dados históricos ou em reconstituir o contexto social de desenvolvimento do participante. O problema está no fato de que estas fotos do passado são limitadas no que diz respeito às informações sobre o presente, ou seja, como a pessoa percebe e funciona no momento em que ocorre a terapia. A quarta crítica baseia-se no quão difícil é para o paciente organizar os dados de uma maneira que seja significativa e relevante, uma vez que as fotos são tiradas em caráter esporádico, na maior parte das vezes por outras pessoas, em diferentes momentos, e recordadas por motivos distintos.

O trabalho de Gosciwski (1975), apesar de ter sido fortemente criticado, introduziu o uso da fotografia na prática de muitos psicólogos que trabalhavam com psicoterapia na época, gerando grande número de pesquisas e, provavelmente, influenciou a criação e o desenvolvimento do método autofotográfico. Este foi, inicialmente, descrito por Robert Ziller no final da década de 70 (Ziller & Smith, 1977). Neste artigo, os autores apresentam três estudos nos quais o indivíduo é solicitado a apresentar uma série de fotografias tiradas por ele, descrevendo visão de um ambiente particular ou de si mesmo. É proposto que o participante, aquele que percebe o mundo de uma determinada forma, seja agora percebido através da sua fotografia. No primeiro estudo, Ziller e Smith tiveram por objetivo explorar a percepção do ambiente por pessoas que se diferenciam em termos de familiaridade com o local onde vivem ou freqüentam. Os participantes foram reunidos em dois grupos, um de pessoas novatas, que habitavam a cerca de um mês em determinado lugar e um outro grupo de pessoas que já viviam em torno de sete meses no lugar. Os autores basearam-se no pressuposto que pessoas com diferentes níveis de familiaridade com o mesmo ambiente prestam atenção a características ambientais distintas. Cada participante recebeu uma câmera automática, com um filme de 12 poses e foi pedido que descrevesse o seu ambiente como o via através das fotografias. As imagens do grupo de novatos foram comparadas com as do outro grupo e foram classificadas em três categorias: pessoas, paisagens naturais e paisagens artificiais, nas quais se incluíam edifícios e outras construções. A análise de confiabilidade entre juízes foi de 90%. Os dados mostraram que os mais antigos tiraram mais fotos de pessoas do que os novatos, que se ativeram mais às paisagens. Os resultados sugerem que ocorre uma mudança na percepção do ambiente ao longo do tempo e confirmam a hipótese inicial de que há diferenças nas características observadas. As pessoas novatas tendem a se orientar mais pelos edifícios e paisagens e aquelas mais antigas tendem a prestar mais atenção a outras pessoas. Um aspecto observado foi que apenas estudantes negros tiraram fotos de pessoas negras, o que,

segundo os autores, faz menção à possível discriminação racial presente. Este fato pode ter ocorrido também devido ao tipo de interações existentes entre os indivíduos naquele ambiente.

Neste primeiro estudo (Ziller & Smith, 1977) foi explicado que a atividade faria parte de um projeto de classe da Universidade, não fazendo menção que os participantes estariam envolvidos em uma pesquisa. Apesar dos autores não justificarem esta omissão aos participantes, este procedimento é hoje bastante questionável em termos éticos. Tem-se adotado como norma, que o participante deva sempre ter conhecimento de sua participação em uma pesquisa, salvo os casos em que este fato venha a interferir de forma significativa sobre os resultados, inviabilizando o estudo (Barker, Pistrang & Elliot, 1994; Conselho Federal de Psicologia, 2000).

No segundo estudo do artigo de Ziller e Smith (1977), foi investigada a percepção de pessoas portadoras de deficiência locomotora que utilizam cadeira-de-rodas comparada com a visão de pessoas que não apresentam esta limitação. Os procedimentos foram os mesmos utilizados no primeiro estudo. Dentre os resultados, destaca-se o fato de que apenas uma única foto tirada pelos usuários de cadeira-de-rodas mostrava contato visual entre a pessoa que tirava a foto e a que era fotografada. Em todas as outras, as pessoas não olhavam para quem estava na cadeira-de-rodas. Por outro lado, quase metade dos conjuntos de fotos tiradas pelas pessoas não-portadoras de deficiência apresentava contato visual. Esta tendência é especialmente exemplificada por duas fotos. Na primeira, existe uma aglomeração de pessoas a poucos metros de distância e nenhuma delas estabelece contato visual. Na segunda, o portador de deficiência registra o fato de que, em meio a uma multidão na qual nenhuma pessoa estabelece contato direto com os olhos do participante, apenas um cachorro está parado e olha para os seus olhos. Segundo os autores, existe uma certa evitação por parte das pessoas que não possuem problemas locomotores em relação aos portadores de deficiência. As pessoas em cadeira-de-rodas “vêm corpos sem olhos. O resultado não é uma coletânea de pessoas em uma multidão, mas uma parede de pessoas” (Ziller & Smith, p.178). Os pesquisadores sugerem a extensão deste método para melhor compreender pessoas que apresentam dificuldade na comunicação de suas percepções do mundo, assim como crianças, idosos ou pessoas com depressão.

No terceiro estudo (em Ziller & Smith, 1977), diferenças de gênero na auto-representação de estudantes universitários são analisadas. Homens e mulheres, com idades variando entre 19 e 21 anos, foram solicitados a tirar 12 fotos em resposta à pergunta “Quem é você?”. Após ser realizada a análise de conteúdo das imagens, foram criadas

categorias como estudo, plantas, animais, pessoas do sexo oposto e fotos de si mesmo. As fotografias foram classificadas segundo estas categorias. Os dados mostraram que as fotos femininas estavam mais associadas a plantas, animais, fotos de si mesmas e atividades como cozinhar. As fotos masculinas estavam mais associadas a imagens de esporte, como por exemplo, motocicletas.

O primeiro trabalho que usou a questão “Quem é você?” (Kuhn & McPartland, 1954, citado em Ziller & Smith, 1977) não fazia referência ao uso da fotografia. Neste estudo, era solicitado que os participantes escrevessem 20 diferentes respostas para a pergunta citada. Ziller e Smith afirmam que o método autofotográfico apresenta a característica de não depender da habilidade verbal ou escrita, o que implica uma maior possibilidade da expressão do *self* sem as usuais limitações impostas pela linguagem verbal. Os autores apontam a vantagem da fotografia documentar a percepção do participante, com um mínimo de treino, evitando as desvantagens usuais das técnicas de relato verbal. É ressaltada, ainda, a vantagem de não ser o pesquisador quem direciona ou induz o olhar do participante para determinada categoria de resposta. É o próprio participante quem seleciona os estímulos. Existe uma mínima interferência do pesquisador na forma do participante perceber o mundo, evitando assim o viés das expectativas sociais, bastante comuns em entrevistas. Este trabalho de Ziller e Smith (1977) é de grande importância, pois se torna referência para trabalhos subsequentes que vêm, tanto usar o método autofotográfico, como também trabalhar com a questão de identidade através da pergunta “Quem é você?”.

Uma outra pesquisa publicada que utiliza o método autofotográfico na área clínica aborda o autoconceito de pessoas que faziam terapia (Combs & Ziller, 1977). Os pacientes eram solicitados a tirar 12 fotos em resposta à questão “Quem é você?”. Cada participante recebia uma câmera e era orientado para que não se preocupasse com as suas habilidades fotográficas, mas que centralizasse a sua atenção em representar, da melhor forma possível, as respostas para a questão colocada. Uma vez revelado o filme, era solicitado às pessoas que numerassem as fotos em ordem crescente de importância, começando por aquela que fosse mais representativa e que melhor ilustrasse a resposta à questão colocada. As fotos eram, então, categorizadas através de análise de conteúdo, tomando por base o tema central de cada uma delas. Os dados foram comparados com as fotos de um grupo que não estava em terapia. Os resultados mostraram que as pessoas em terapia tiraram um número de fotos significativamente maior sobre o passado e sobre suas famílias. Por outro lado, foi significativamente menor o número de fotos sobre si mesmos. Estes dados foram

usados no próprio processo terapêutico, pelo qual foram identificados, através de entrevista, alguns pacientes com baixo índice de auto-estima e ampla não-aceitação da aparência física.

Segundo Combs e Ziller (1977), as diferenças entre o grupo de pacientes e o grupo controle foram de tal modo significativas que atestaram a validade do método e a sua ampla utilização como uma técnica de pesquisa. Foi apontada como vantagem da utilização do método autofotográfico o fato deste ter facilitado a comunicação entre os pacientes e o terapeuta na expressão de conteúdos difíceis de serem verbalizados, como por exemplo, a não-aceitação da auto-imagem. Considerou-se também positivo o fato da técnica ser simples e facilmente aceita pelos pacientes, pela qual é possível a representação de si mesmos de uma maneira gratificante e prazerosa. Foi ressaltada a qualidade de superar as barreiras e limitações usuais encontradas na linguagem verbal. Utilizando o método autofotográfico, Amerikaner e colaboradores (1980) desenvolveram uma pesquisa também com pessoas submetidas a psicoterapia. Foram adotados os mesmos procedimentos no processo de manipulação das fotos durante as sessões terapêuticas e as mesmas instruções dadas aos participantes por Combs e Ziller (1977). Contudo, após as fotos serem reveladas e enumeradas segundo o critério de representatividade, os participantes foram solicitados a montar um pôster. Esta montagem deveria seguir a seqüência de numeração das fotos e cada pessoa deveria escrever um breve comentário abaixo de cada foto, como uma legenda. De acordo com Amerikaner e colaboradores, a vantagem de se montar o pôster é permitir a visualização de todo o conjunto de fotos de uma única vez, o que é vantajoso tanto para o paciente quanto para o terapeuta, além de facilitar o armazenamento das fotos de todos os participantes sem que corra o risco destas se misturarem. A legenda, assim como a subsequente entrevista sobre o seu conteúdo e o da foto, permite tornar claras a extensão e a natureza das inter-relações das categorias, assim como suas características periféricas ou centrais.

Com freqüência, os participantes da pesquisa buscarão maiores informações sobre as instruções fornecidas, principalmente no que diz respeito a quem deve tirar as fotos, se ele próprio ou outra pessoa (Amerikaner & cols., 1980). Os autores afirmam que as instruções são dadas de uma forma intencionalmente vaga, justamente permitindo à pessoa a decisão de quem será o autor da fotografia. Cabe ao participante decidir se ele próprio irá tirar a foto ou se ele fará parte da foto. Neste último caso, estando presente na imagem a ser captada, é necessário que o participante peça a alguém para tirar a foto. Faz-se necessário enfatizar que a fotografia deve ser sobre qualquer coisa que ajude a descrever

como a pessoa vê a si mesma e que os conhecimentos, habilidades e experiência em fotografia não são importantes para o resultado do estudo. Com base nestas informações, é possível que seja registrada uma imagem na qual o próprio participante esteja presente.

A partir do desenvolvimento destes estudos, Amerikaner e colaboradores (1980) sugerem a existência de dois grandes fatores que devem ser considerados, prioritariamente, no uso da fotografia na pesquisa psicológica: o conteúdo e o processo. O conteúdo refere-se às fotografias em si, às imagens tomadas individualmente, sejam de pessoas, lugares, atividades ou qualquer objeto ou evento que a pessoa julgar importante na percepção de si mesmo. Este conteúdo pode se referir, por exemplo, a um aspecto afetivo que vai além da cena concreta que está sendo visualizada. Isto se torna mais nítido quando as fotografias são vistas como um conjunto. Este aspecto auxilia o terapeuta a ter acesso aos sentimentos do paciente, como também estimula a própria pessoa que está em terapia a falar sobre seus sentimentos e emoções.

Conteúdos extremamente significativos para a pesquisa podem surgir exatamente do que foi omitido nas fotografias (Amerikaner & cols., 1980). Isto ocorre quando categorias inteiras são omitidas em todas as fotos. Determinadas categorias, freqüentemente, estão presentes em grande parte dos integrantes de um mesmo grupo de uma pesquisa, como por exemplo, fotos de si mesmo, ou de familiares. O fato de nenhum destes conteúdos surgir, em determinado conjunto de fotos, pode indicar, principalmente em um contexto clínico, que estes temas podem ser significativos para aquela pessoa, mas que são difíceis de serem verbalizados. Outro exemplo é visto quando o paciente ou o participante da pesquisa relata determinado aspecto como sendo central em sua vida, mas este é omitido do conjunto de fotografias. Esta aparente contradição pode ser explorada na entrevista, auxiliando a pessoa a lidar com estas questões, tornando-as explícitas.

O segundo fator considerado prioritário no uso da fotografia na pesquisa psicológica é o processo (Amerikaner & cols., 1980). Os autores afirmam ser esta a dimensão que caracteriza a forma como a pessoa interage, responde e compreende o mundo ao seu redor. É necessário que o pesquisador modifique a maneira de analisar as fotografias, variando o foco de atenção entre o significado concreto e o abstrato, entre uma única fotografia e o conjunto delas.

Determinadas pessoas podem, por exemplo, falar sobre cada foto individualmente, esquecendo-se de analisar o que representa o todo, ou seja, o conjunto formado pelo agrupamento das fotos, sendo que o contrário também pode ocorrer. De forma semelhante, haverá pessoas que, tanto no momento de escrever a legenda, como no ato de falar sobre as

imagens, ater-se-ão apenas ao aspecto concreto, literal das fotos, como por exemplo, uma casa, um carro, os amigos ou o local de trabalho, em detrimento da compreensão do significado destas imagens. O oposto ocorre com pessoas que, hipoteticamente, fotografam nuvens, obras de arte, pássaros voando. Elas enfocam apenas o lado abstrato das imagens ao invés de focar também o aspecto concreto de suas vidas. É necessário, nestes casos, que as pessoas pensem sobre como as imagens podem se vincular ao lado real, tangível de suas vidas. Em suma, de acordo com Amerikaner e colaboradores (1980), durante a análise das fotos é importante que o pesquisador, junto com o participante, perpassasse diferentes aspectos, desde o abstrato até o concreto, partindo da análise individual de cada foto e chegando à compreensão do conjunto delas.

O método autofotográfico permite que outras dimensões da fotografia sejam também exploradas (Amerikaner & cols., 1980), como por exemplo, o aspecto temporal, ou seja, o nível em que as imagens se relacionam com o passado, presente ou futuro da vida da pessoa. Esta perspectiva de tempo pode fornecer importantes subsídios para a psicoterapia, tornando claro como esta dimensão pode estar relacionada a problemas vivenciados pelo paciente. Um exemplo concreto é encontrado nas fotografias de uma das participantes da pesquisa de Amerikaner e colaboradores, recém-divorciada, após 10 anos de casamento. Em relação ao tempo presente, as fotos indicavam um mundo frio, isolado, doloroso e confuso. Os únicos pontos de referência remetiam ao passado. O futuro mostrava-se obscuro e cheio de contradições. Uma das fotos indicava uma placa com os nomes de diversas cidades apontando para diferentes direções. Não havia uma única foto de si mesma. As únicas pessoas presentes nas imagens eram desconhecidas e estavam distantes e sozinhas. Em contrapartida, as fotos de uma outra participante recém-formada e esperando seu primeiro filho apresentaram um conteúdo significativamente diferente, enfocando pessoas, grupo de amigos e atividades. Quase metade das fotos incluía imagens de si mesma, em diferentes papéis. Esta descrição das diferentes características das fotografias de duas participantes mostra apenas algumas das possibilidades de uma entrevista que toma por base o conjunto das fotografias obtidas pelo método autofotográfico.

Amerikaner e colaboradores (1980) concluem o seu trabalho afirmando que o método autofotográfico provê uma rica fonte de dados a serem utilizados nas diferentes fases do processo terapêutico. Os autores levantam um questionamento sobre a adequação do método a todos os tipos de pessoas. Uma vez que cada pessoa processa e comunica as informações de modo diferenciado, seja priorizando o sistema visual, auditivo, cinestésico,

gustativo ou olfativo, espera-se que a abordagem autofotográfica seja mais indicada àquelas pessoas orientadas predominantemente pela visão. Desta forma, o método pode ser especialmente útil para aqueles que possuem um processamento visual subdesenvolvido, uma vez que este poderia estimulá-lo.

Além da clínica psicológica, o método autofotográfico foi também utilizado no estudo da delinquência juvenil (Ziller & Lewis, 1981). A idéia de “delinquência” foi relacionada a adolescentes que apresentavam comportamento anti-social ou que estavam envolvidos com a justiça criminal. Os autores utilizaram o construto “orientação”, se referindo a “comportamentos envolvidos em processos de autodefinição, no qual o ambiente é examinado em busca de pontos de referência pessoais e fontes disponíveis de auto-reforçamento” (Ziller & Lewis, p. 338). Estes pontos de referência pessoais incluem pessoas, objetos e símbolos ligados aos valores da própria pessoa. Um grupo de 35 garotos “delinqüentes”, que viviam em liberdade, moravam com a família e estavam matriculados em uma escola especial, foi comparado a um grupo de 44 estudantes de uma escola pública regular, com o objetivo de analisar suas diferentes “orientações”. Todos eram do sexo masculino e tinham idades entre 11 e 17 anos. Foram utilizados os procedimentos básicos do método autofotográfico (Combs & Ziller, 1977; Ziller & Smith, 1977). Os resultados mostraram que o grupo de “delinqüentes”, ao contrário do grupo controle, apresentou um número bem menor de fotografias ligadas à escola ou aos livros, mostrando haver uma redução dos recursos de aceitação social e de auto-reforçamento, normalmente ligados à valorização da educação. O grupo de “delinqüentes” apresentou também um número significativamente maior de fotos que mencionavam pessoas, especificamente aquelas integrantes do seu grupo. Isto indica uma grande valorização do significado de pertencimento ao grupo e reconhecimento advindo de seus pares, que tende a suprir a ausência do prestígio normalmente oriundo da inserção na escola. Ziller e Lewis afirmam que os comportamentos delinqüentes aparecem menos influenciados pelos controles institucionais, como o lar e a escola, e mais influenciados pelos controles sociais, como por exemplo, o de seus pares.

Outras pesquisas também foram desenvolvidas com o uso da fotografia enfocando a delinquência entre adolescentes (Fryrear, Nuell & Ridley, 1974; Fryrear, Nuel & White, 1977). Contudo, observam-se significativas diferenças com relação ao método. Nestes trabalhos, a fotografia teve uma função diferenciada, sendo utilizada como instrumento de *feedback*. Um dos estudos teve como objetivo avaliar a melhoria do auto-conceito de adolescentes delinqüentes através da fotografia (Fryrear, Nuell & Ridley). Partiu-se do

pressuposto de que se estes jovens, possuidores de autoconceito negativo, são auxiliados a se verem de uma forma diferenciada, seus autoconceitos seriam melhorados e, conseqüentemente, seus comportamentos se tornariam socialmente mais aceitos. Selecionou-se 30 participantes do sexo masculino, com idades entre 13 e 16 anos, que estavam cumprindo medida restritiva de liberdade em uma instituição norte-americana. Estes foram divididos em dois grupos, e todos foram submetidos a uma avaliação de autoconceito através do *Tennessee Self-Concept Scale - TSCS* (citado em Fryrear, Nuell & Ridley). Foram feitas fotografias individuais de cada um dos participantes de apenas um dos grupos, em cinco sessões diferentes. Após cada sessão, as fotografias eram entregues aos participantes que eram solicitados a montar um álbum. Paralelamente, foi entregue ao grupo-controle um conjunto de revistas de automóveis e motocicletas, e solicitado para que estes montassem um álbum com figuras recortadas. Depois da montagem de todos os álbuns, os grupos foram submetidos novamente ao TSCS. Os dados mostraram que, em comparação com o grupo controle, o que recebeu *feedback* através das fotografias aumentou significativamente o autoconceito, a autosatisfação e o uso de defesas psicológicas necessárias à manutenção da auto-estima. Segundo os autores, a fotografia tem a vantagem de ser um registro visual permanente que permite ao indivíduo ver a si mesmo de uma forma objetiva, algo importante para o desenvolvimento do autoconceito. Através deste estudo (Fryrear, Nuell & Ridley), verificam-se diferenças importantes entre o método autofotográfico e o uso da fotografia como instrumento de *feedback*. Neste, não era o adolescente quem tirava a sua própria foto, mas outras pessoas o faziam. Observa-se que não há uma preocupação com o autor da foto, mas apenas com o resultado que esta gera sobre o participante da pesquisa. Já na função autofotográfica, importa tanto o autor da foto quanto a sua percepção a respeito das imagens registradas pela própria pessoa. Nestes casos, o conteúdo das fotografias pode incluir qualquer ação, pessoa, objeto, símbolo ou lugar escolhidos pelo participante para representar uma idéia ou conceito.

Trabalhando também com adolescentes, Ziller e colaboradores (1988) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de analisar a diferença entre níveis sócio-econômicos através do método autofotográfico. A amostra foi composta por 29 estudantes de ambos os sexos, com idades variando entre 12 e 13 anos, e que moravam com suas famílias. O primeiro grupo, denominado “pobre”, era formado de 14 participantes, moradores de regiões de nível sócio-econômico baixo, em que a grande maioria das residências não possuía água encanada. O segundo grupo, denominado “abastado”, era formado de 15 adolescentes oriundos de regiões habitacionais de nível médio-alto. Foram

utilizados os procedimentos básicos do método autofotográfico (Combs & Ziller, 1977; Ziller & Smith, 1977), enfatizando que o principal objetivo era que as fotografias descrevessem como os adolescentes viam a si mesmos. Foi realizada análise de conteúdo quantitativa das fotos, e estas, classificadas em 18 categorias.

Os resultados de Ziller e colaboradores (1988) mostraram diferenças significativas entre o grupo “pobre” e o “abastado”. As diferenças mais extremas se deram entre o sexo masculino do grupo “abastado” e o sexo feminino do grupo “pobre”. A percepção das meninas “pobres”, como observado pela análise das fotografias, mostra um mundo estreito, limitado e não envolvendo o *self*. Estas meninas não apresentaram nenhuma foto que mostrava a si mesmas, tampouco de atividades cotidianas, jogos ou brinquedos. Apesar de apresentarem o mínimo de bens materiais, elas mostraram o maior número de fotos fazendo referência a outras pessoas, grupos e multidões.

Segundo Combs e Ziller (1977), a inclusão de si mesmo na fotografia é um sinal de auto-estima. Por outro lado, a ausência total de imagens de si mesmo, como observado no conjunto de fotos apresentadas pelas meninas “pobres”, tende a ser compreendida como um sinal de baixa auto-estima. Este dado faz sentido quando inserido no contexto da sociedade contemporânea, no qual a beleza estética é estereotipada e, principalmente no período da adolescência, supervalorizada. Como os recursos financeiros destas garotas não lhes dão condições de manter a aparência de acordo com o desejado, é compreensível que as mesmas não queiram ver ou mostrar suas próprias imagens através das fotografias.

Outro dado passível de ser compreendido, quando considerado o contexto onde vivem as garotas “pobres”, diz respeito à quantidade de fotografias destas meninas envolvendo grupos de pessoas. De acordo com Ziller e colaboradores (1988), elas vivem em uma conjuntura na qual é necessária a valorização de um sistema de apoio social. O isolamento confere maior vulnerabilidade ao indivíduo que vive em condição de pobreza. As chances de que estas adolescentes tenham êxito em seu ambiente de origem dependem do quanto elas podem contar com a ajuda daqueles que as cercam.

Através das imagens apresentadas pelos adolescentes, compreende-se o mundo dos garotos “abastados” como sendo sem limitações e com uma certa auto-exaltação (Ziller & cols., 1988). Todos os garotos “abastados” apresentaram fotos deles próprios, assim como a maioria de suas fotografias indicava músicas, atividades artísticas, aulas na escola, bens materiais, jogos e brinquedos. Contudo pouquíssimas fotos faziam referência a outras pessoas e a grupos. Esta percepção de mundo dos garotos “abastados” é compreendida pelos autores como sendo funcional, uma vez que eles estão inseridos em uma sociedade

competitiva, que valoriza o *status* e a afirmação de si mesmo. A ausência da menção a outras pessoas ou grupos, juntamente com a excessiva referência a bens pessoais, reflete o contexto onde são criadas estas crianças. Isto pode ser observado através da fala de uma delas: “Eu não sou como muitas outras crianças. Eu sei disso. Nós vivemos distantes de outras pessoas e nós não vemos muitas pessoas. Meus pais gostam de sua privacidade” (Coles, 1964, p. 527, citado em Ziller & cols., 1988, p. 38). Estas crianças são educadas a brincar dentro de suas residências com seus brinquedos, mas relativamente distantes dos grupos de seus pares. Como indicado pelas fotografias, a única menção a outras crianças ocorre em relação à escola, local destinado de forma propícia para o contato seguro com seus amigos. Segundo Ziller e colaboradores, a lacuna deixada pela falta de contato com os pares acaba sendo preenchida pela disponibilidade de atividades e bens pessoais como livros e brinquedos.

Ao considerar a utilização do método autofotográfico nesta pesquisa, algumas limitações foram encontradas (Ziller & cols., 1988). Foram utilizadas câmeras fotográficas sem o dispositivo de iluminação do *flash*. Isto fez com que algumas fotografias tiradas em ambientes interiores, com pouca luz, fossem perdidas. Outro problema refere-se ao número reduzido de participantes, assim como o pequeno número de fotografias tiradas por cada um deles, que acabou gerando uma certa dificuldade na análise estatística dos dados. De acordo com os autores, os maiores problemas estão vinculados ao processo de paráfrase, a partir das categorias das fotos para a interpretação das mesmas. Compreende-se que o principal motivo desta limitação é a não realização de entrevistas com os participantes, nas quais cada um deles poderia falar sobre o significado de suas próprias fotos. Ao realizar este procedimento, seria minimizado o problema de uma interpretação das imagens apenas com bases inferenciais.

O método autofotográfico é comparado a outros métodos de pesquisa que buscam a compreensão da linguagem não verbal, como por exemplo, o desenho (Ziller & cols., 1988). Este último, bastante usado com crianças, tem a grande vantagem de ser algo divertido e prazeroso para ser realizado com os participantes. Contudo, o desenho exige um nível de habilidade motora e gráfica significativamente grande. Já a comunicação através da fotografia ocorre de uma forma extremamente simples, sem a exigência de grandes habilidades, e mantém a vantagem do grande interesse das crianças pelo fruto do seu próprio trabalho, as fotos.

A pesquisa de Ziller e colaboradores (1988) é de grande importância, não só pelo conteúdo de seus resultados, mas principalmente pela contribuição metodológica na

pesquisa psicológica com crianças. Uma das maiores dificuldades encontradas em pesquisas com esta população é a limitação da linguagem verbal. Dependendo da idade da criança com a qual se trabalha e do tema a ser investigado, se torna bastante complexo, às vezes impossível, entrevistar uma criança para verificar a sua compreensão acerca de determinado tema. A criança, muitas vezes, necessita do ambiente ao seu redor para se expressar, se não pelas palavras, através das imagens. “Somente pessoas, objetos, cenas e símbolos podem ser fotografados, e estes são encontrados no ambiente das pessoas” (Ziller & cols., p. 39). Neste sentido, o método autofotográfico se mostra bastante adequado tanto pela simplicidade de seu processo, pela riqueza de conteúdo trazida pelas fotografias, como pela superação de barreiras sociais e culturais normalmente trazidas pela linguagem verbal.

A superação de barreiras sociais também ocorreu ao pesquisar, através da fotografia, a percepção de adolescentes que viviam em uma favela na cidade de Fortaleza, Brasil, sobre a realidade da vida de rua (Monteiro & Dollinger, 1996, 1998). Os participantes deste estudo, dez meninos e dez meninas com idades variando entre dez e 15 anos, foram entrevistados e posteriormente solicitados a tirar dez fotos em resposta à pergunta “Quem é você?”. Análise de conteúdo classificou as fotos em 49 categorias, cujo índice de fidedignidade entre juízes foi de 0,90. Os resultados foram reunidos em três temas centrais. O primeiro, descrito como ambiente físico, envolve a percepção do que vem a ser a pobreza, a vida na rua e a noção de limites. Encontraram-se registros de crianças usando drogas, assim como as condições precárias das habitações de origem. O segundo tema central refere-se às relações sociais, principalmente entre amigos e parentes. Assim como Ziller e colaboradores (1988), Monteiro e Dollinger (1996) encontraram alta frequência de imagens fazendo referência a grupos de pessoas, principalmente a outras crianças em situação de pobreza. De acordo com a fala de um dos garotos, “o grupo é muito importante para mim” (Monteiro & Dollinger, p. 54). O terceiro tema central aborda a noção de identidade e identificações, referindo-se a projetos futuros, identificações sexuais e valores filosóficos. Fotos de adolescentes masculinos e femininos faziam forte referência à sexualidade, assunto bastante presente em virtude da fase de desenvolvimento em que os participantes se encontravam e dos seus contextos de vida.

Segundo Monteiro e Dollinger (1996), os participantes mostraram grande entusiasmo e interesse em relação ao uso da fotografia, dificilmente encontrados na utilização de instrumentos como questionários e entrevistas. O método autofotográfico mostrou-se fortemente recomendável às pesquisas cuja população alvo são crianças em situação de risco. O trabalho de Monteiro e Dollinger é destacado pelo fato de ser um dos

poucos trabalhos publicados que faz referência ao uso da fotografia na pesquisa psicológica desenvolvida no Brasil.

Barreiras culturais foram encontradas ao se investigar a compreensão de crianças alemãs e norte-americanas sobre o significado de guerra e paz (Dinklage & Ziller, 1989). Nesta pesquisa, observou-se que Estados Unidos e Alemanha estão distantes tanto geográfica como culturalmente, pois observou-se diferenças significativas na forma de compreender os referidos significados. De acordo com os autores, “o significado do conceito pode ser comunicado através de imagens fotográficas, que localizam os conceitos no contexto” (p. 309). Participaram do estudo 40 estudantes do sexo feminino e 40 do sexo masculino, com idades entre oito e dez anos. Metade do grupo era da cidade de Orlando, na Florida e a outra parte, de Bremerhaven, antiga Alemanha Ocidental. Foi entregue a cada criança uma câmera com *flash*, e solicitado que cada uma delas tirasse uma foto representando o conceito “paz” e uma foto representando “guerra”. Posteriormente, foi conduzida uma entrevista estruturada onde se perguntava qual das fotos se relacionava ao conceito de “paz” e qual estava ligada ao conceito de “guerra”. Perguntou-se, também, o que a foto indicada como “paz” representava para a criança. O mesmo procedimento foi repetido para a foto indicada como “guerra”. Os resultados entre os grupos foram significativamente diferentes. Para as crianças alemãs, o significado de guerra é mais freqüentemente associado a imagens de destruição de propriedades, danos, prejuízos e morte. Já o conceito de paz é mais freqüentemente associado a imagens de pessoas. Para as crianças norte-americanas, paz foi mais freqüentemente relacionada com natureza. Os dados levam à compreensão de que para as crianças alemãs, a guerra é muito mais ameaçadora, pois além de toda a destruição de suas próprias cidades, existe a possibilidade de morte tanto para elas quanto para seus familiares. Já para as crianças norte-americanas, pelo menos na época em que foi realizada a pesquisa, a guerra não era vista como tão ameaçadora, pois pelo fato de estar sempre distante, parecia irreal e não afetaria diretamente as suas vidas e nem a de seus familiares.

Hoje, depois dos atentados ocorridos nos Estados Unidos, talvez fosse elucidativa a replicação deste estudo, para verificar o quanto a ocorrência de tais eventos interferem na percepção das crianças sobre seu mundo. As diferenças no significado do conceito “guerra” podem trazer implicações para diferentes abordagens dos conflitos internacionais (Dinklage & Ziller, 1989). Segundo os autores, a compreensão das diferenças de significado dos conceitos de guerra e paz pode, inclusive, influenciar o processo de entendimento entre os países envolvidos.

O método autofotográfico apresenta algumas limitações, como por exemplo, a disponibilidade de pessoas, cenas ou objetos apropriados para representar os diferentes conceitos e o número reduzido de participantes (Dinklage & Ziller, 1989). Contudo, de acordo com os autores, a grande contribuição deste método para as pesquisas transculturais é a universalidade da linguagem fotográfica, que supera os problemas de comunicação da linguagem verbal existentes, principalmente entre culturas com idiomas diferentes.

A fotografia foi também usada em outro estudo transcultural (Okura & cols., 1985-1986). Tal pesquisa investigou o processo de envelhecimento nas culturas japonesa e norte-americana. A amostra foi composta de 30 japoneses e 30 norte-americanos de ambos os sexos, com idade média de 73 anos. Foi utilizado o método autofotográfico (Combs & Ziller, 1977; Ziller & Smith, 1977), e solicitado aos participantes a responderem à questão “Quem é você?”. Foi realizada análise de conteúdo das fotografias e estas foram classificadas em 24 categorias. Em 75% destas, o índice de fidedignidade de juizes variou entre 0,72 e 0,98. Os resultados mostraram que os idosos japoneses, em contraste com o outro grupo, mostraram-se mais internamente orientados, fazendo referência ao *self* e a seus próprios lares e jardins. Por outro lado, os idosos norte-americanos apresentaram-se mais externamente orientados, valorizando sempre outras pessoas, tanto do sexo masculino quanto feminino, assim como outros idosos.

Após uma longa discussão sobre diferentes concepções de pessoas, lugares e objetos nas culturas japonesa e norte-americana, Okura e colaboradores (1985-1986) concluem que a diferença encontrada nos resultados se refere à divergência de significados em relação ao conceito de “paz”. Segundo os autores, o conceito de paz é visto na cultura japonesa como sendo fruto de uma busca interior, da sabedoria adquirida com o tempo e conquistada pelo envelhecimento da pessoa. Em contraste com a concepção oriental, o conceito de paz no ocidente, como observado através das fotos, tende a ser interpretado como sendo externo ao sujeito, resultado da interação de forças sociais em oposição.

Novamente destaca-se a flexibilidade do método autofotográfico, na medida em que permite a comunicação de duas culturas tão diferentes como a japonesa e a norte-americana. Ressalta-se ainda a amplitude de idades dos participantes abarcada pelo método citado. Indivíduos com idades variando de seis a 104 anos seguiram os procedimentos e completaram as tarefas solicitadas com êxito (Okura & cols., 1985-1986; Ziller & Rorer, 1985).

Diferenças culturais também foram encontradas ao se investigar os valores individuais de 36 estudantes poloneses e 40 estudantes norte-americanos através da fotografia (Rorer & Ziller, 1982). Para se analisar esta possível diferença de valores culturais, os participantes, todos com 18 anos de idade, foram solicitados a tirar três fotos que melhor representassem a noção de uma “vida boa”. Segundo os autores, foram escolhidas a cultura polonesa e a norte-americana em virtude das diferenças existentes entre elas, em termos de ideologias políticas, condições econômicas e história de ambos os países. Foi feita análise de conteúdo quantitativa das fotos, e estas foram classificadas em 15 categorias. Os dados mostraram que os norte-americanos incluíram um número significativamente maior de fotografias ligadas a recreação, música, pessoas do sexo oposto, casais e nus. Os poloneses apresentaram mais imagens ligadas a crianças, escolas, lares e religião. Como se observa, a adolescência norte-americana, naquela época, era nitidamente marcada por uma reação aos padrões normativos tradicionais, enquanto que a adolescência polonesa tende a seguir os valores das instituições sociais, como família, igreja e educação.

O método autofotográfico coloca o respondente em um contexto não-familiar de comunicação, nos quais os valores de cada pessoa emergem identificados com as pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente (Rorer & Ziller, 1982). Os pesquisadores afirmam que o método gera um grande enriquecimento do estudo, em virtude do grande interesse e nível de envolvimento despertados nos participantes. Isto é observado, por exemplo, no alto índice de retorno dos respondentes ao local da pesquisa para ver as suas fotografias.

Em virtude do número cada vez maior de estudos envolvendo o método autofotográfico, Henry e Solano (1983) realizaram uma pesquisa com o objetivo de desenvolver um sistema de codificação para as variáveis fotográficas e de analisar as relações entre estas variáveis e características de personalidade. Vinte e três estudantes, de ambos os sexos, foram instruídos a tirar quantas fotos quisessem em qualquer lugar escolhido por eles. Foram ainda submetidos a uma bateria de testes de personalidade. As fotos foram classificadas, e a análise de confiabilidade entre juízes variou entre 60% e 95%, em relação às diferentes categorias. Segundo os autores, “o sistema de codificação pode ser usado com grande sucesso pelos juízes, com um mínimo de treinamento, para extrair uma série de informações úteis a partir do conjunto das fotografias” (p. 85). Além disso, os resultados indicaram que os escores destas variáveis fotográficas estão relacionados com escores em uma variedade de medidas de personalidade. Os

pesquisadores concluem que, apesar do limitado número de participantes e do contexto específico para se registrar as imagens, a fotografia é um método potencialmente útil para a pesquisa em psicologia.

O método autofotográfico foi também utilizado em uma pesquisa sobre timidez (Ziller & Rorer, 1985). Foi proposto que a timidez induz, e ao mesmo tempo, é induzida pela percepção que a pessoa tem do seu meio-ambiente. Em um dos estudos descritos, 29 estudantes de ambos os sexos foram submetidos a dois instrumentos de avaliação da timidez, *Eysenck Introversion-Extroversion Scale – IE* e *Stanford Shyness Survey* (Zimbardo, 1977, citado em Ziller & Rorer), e posteriormente, solicitados a tirar 12 fotos em resposta à questão “Quem é você?”. Os dados mostraram que as pessoas avaliadas como tímidas mostravam um número significativamente menor de fotos contendo outras pessoas. De acordo com os autores, o método é bastante aconselhável, na medida em que amplia a compreensão sobre a pessoa, ao considerá-la inserida no contexto específico do seu meio-ambiente.

Em uma pesquisa sobre timidez, dificilmente se conseguiria o amplo desenvolvimento de uma entrevista com pessoas com altos níveis de introspecção e/ou timidez sobre o assunto investigado. Na pesquisa de Ziller e Rorer (1985), informações bastante significativas foram alcançadas através da comunicação não-verbal. A fotografia, neste caso, exerce o papel de uma metáfora. Ortony e Reynolds (1978) afirmam que a metáfora descreve uma coisa fazendo referência a outra. Segundo eles, esta figura de linguagem é bastante útil, principalmente na comunicação de coisas que não podem ser expressas literalmente ou cujo significado precisa ser construído. A fotografia transforma-se, então, em um outro canal cujos códigos passam a ser as imagens; uma forma de comunicar o que, em princípio, seria dificilmente comunicável.

A literatura aponta que o desenvolvimento do método autofotográfico na pesquisa psicológica se deu principalmente pelos trabalhos de dois pesquisadores. O primeiro deles, Robert C. Ziller, criou o método e, a partir dele, inúmeras pesquisas foram realizadas (Amerikaner & cols., 1980; Combs & Ziller, 1977; Dinklage & Ziller, 1989; Okura & cols., 1985-1986; Rorer & Ziller, 1982; Ziller & Lewis, 1981; Ziller & Rorer, 1985; Ziller & Smith, 1977; Ziller & cols., 1988). Em 1990, publicou um livro intitulado *Photographing the self*, que passa a ser referência em praticamente todos os trabalhos nos quais a fotografia ocupa a função autofotográfica. Em seu trabalho mais recente, (Ziller, 2001), o autor usou a fotografia na função de modelo, e, utilizando recursos

computacionais, elaborou um inventário para investigar a percepção das pessoas sobre o significado da vida.

O segundo autor que mais contribuiu para o desenvolvimento do método autofotográfico foi Stephen J. Dollinger. Dentre outros temas, este pesquisador investigou, a formação e as relações entre *self*, identidade e personalidade (Dollinger & Clancy, 1993; Dollinger & cols., 1996), a identidade de pessoas usuárias do álcool (Dollinger & cols., 1993), as diferenças nas relações sociais em relação a gênero e idade (Clancy & Dollinger, 1993), a identidade de jovens em referência ao álcool, realizações, religião e trabalho (Dollinger, 1996), as relações entre individualidade e estilos de identidade (Dollinger & Dollinger, 1997), a criatividade e as perspectivas de vida (Dollinger, Robinson & Ross (1999), a experiência terapêutica e a solidão (Dollinger Cook & Robinson, 1999), a identidade religiosa (Dollinger, 2001), intelecto e individualidade (Dollinger & cols., 2002) e atratividade física, relações sociais e individualidade (Dollinger, 2002).

A fotografia, utilizada na função autofotográfica, permite, ao pesquisador, o acesso a um rico conteúdo. Estas informações são obtidas basicamente de duas maneiras, a partir da análise dos dados (Dollinger & Clancy, 1993). A primeira refere-se a uma análise mais qualitativa, na qual se considera um conjunto de informações presentes, não só nas imagens, como também na fala dos participantes ao expressarem suas idéias sobre as fotografias. A segunda forma remete-se a uma análise estatística, puramente quantitativa, das categorias extraídas a partir dos diferentes temas surgidos nas fotos. Segundo os autores, caso o método autofotográfico, constituído na grande maioria dos estudos por 12 fotos, fosse um teste com apenas 12 itens, haveria uma grande desvantagem psicométrica. Levando-se em consideração o reduzido número de participantes, assim como a diminuta quantidade de itens, em muitos casos pode-se não encontrar resultados estatisticamente significativos. Neste sentido, com o objetivo de aumentar o nível de confiabilidade e a validade estatística do método, Dollinger e Clancy sugerem que sejam tiradas de 20 a 24 fotos. Este objetivo pode ser também alcançado com a ampliação do número de participantes.

Quando uma pessoa direciona a câmera fotográfica para determinado objeto, símbolo, evento, pessoa ou lugar, em resposta a uma pergunta, e capta esta imagem através da fotografia, naquele instante ela passa a mostrar algo de si. O ato de fotografar constitui-se um importante evento social que pode afetar, inclusive, aqueles que estão diante da câmera (Burgess, Enzle & Morry, 2000). Dollinger e Clancy (1993) afirmam que o pesquisador passa a ver o *self* dos participantes através dos olhos deles, melhor do que

veria pelos seus próprios olhos. Neste sentido, segundo os autores, uma vantagem do método autofotográfico é que as categorias estão implícitas nas próprias fotos, ao invés de estarem nos itens dos questionários propostos por pesquisadores. Além disso, o método propicia, às pessoas, uma oportunidade de se mostrarem, em diferentes aspectos, através de um instrumento extremamente acessível, a fotografia.

Através deste levantamento histórico-metodológico do uso da fotografia na pesquisa psicológica, foi possível descrever os diferentes métodos adotados, bem como identificar as funções gerais ocupadas pela fotografia nestes trabalhos. Em cada uma das funções, encontrou-se vantagens e desvantagens interligadas às especificidades dos diversos procedimentos. Contudo, observou-se um grande destaque sobre a prevalência das inúmeras vantagens da utilização do recurso fotográfico, especialmente na aplicação do método autofotográfico, em comparação às possíveis desvantagens apontadas pelos pesquisadores. Face ao exposto, sugere-se a ampliação dos estudos utilizando a fotografia, assim como o conseqüente desenvolvimento do método. A partir dos estudos aqui descritos, justifica-se fortemente a grande contribuição que o uso da fotografia pode fornecer à pesquisa em psicologia, nas suas diferentes áreas, e especificamente nesta pesquisa, abordando as expectativas futuras de adolescentes em situação de rua.

## CAPÍTULO II

### MÉTODO

#### 2.1 Participantes

A amostra foi composta por 14 adolescentes do sexo masculino, com idades variando entre 12 e 16 anos. Estes foram selecionados por conveniência, dentre a população de crianças e adolescentes em situação de rua de Porto Alegre. Foram adotados, como critérios de identificação dos participantes, os aspectos adotados por Neiva-Silva e Koller (2002a, 2002b) e descritos na introdução deste trabalho. Na composição da amostra, foram priorizados os adolescentes identificados como mais frequentes nos mesmos locais da rua.

#### 2.2 Instrumentos

##### 2.2.1 Entrevista Semi-Estruturada

A entrevista semi-estruturada (Anexo A) foi dividida em duas fases. A primeira fase tem por objetivo investigar as informações referentes ao contexto de vida passado e presente dos adolescentes, assim como suas perspectivas em relação ao futuro. Esta etapa foi dividida em sete partes. A primeira identifica o adolescente e registra dados sócio-demográficos primários, como sexo e idade. A parte dois introduziu o tema dos projetos futuros com uma questão ampla, sem qualquer direcionamento específico. As partes três, quatro, cinco e seis enfocaram, respectivamente, os temas Educação, Atividade, Moradia e Família, com relação às expectativas futuras. Além da investigação dos próprios temas, foi feita uma interligação dos diferentes assuntos, a fim de verificar os fatores que interferem no processo de construção e desconstrução dos projetos de vida dos adolescentes em situação de rua. As partes três, quatro, cinco e seis têm uma estrutura básica, abordam cada um dos temas no presente, coletando as informações e buscando compreender, junto com o adolescente, aspectos valorativos, justificativas e possíveis relações entre os diferentes temas. A partir do conhecimento da situação presente, foram enfocadas as perspectivas e crenças futuras dos participantes.

A segunda fase da entrevista foi realizada no momento posterior à manipulação das fotografias pelo participante, tendo como eixo norteador o próprio conteúdo advindo das imagens. O adolescente foi, inicialmente, solicitado a falar sobre as suas fotos de uma maneira livre, sem um direcionamento específico. Em seguida, foi solicitado ao

participante para explicitar a relação entre a fotografia e o seu futuro, caso este aspecto não tivesse sido mencionado. O objetivo principal desta fase foi alcançar uma compreensão ou confirmação do sentido atribuído a cada uma das fotografias e ao conjunto delas. Esta segunda fase privilegiou o tema abordado pelo próprio participante no momento que este falou espontaneamente sobre as fotos.

Foi escolhida uma entrevista semi-estruturada por sua característica flexível. Ao trabalhar basicamente com itens, que nesta pesquisa foram transformados em perguntas-chave, a entrevista semi-estruturada permite que a seqüência de temas ou de itens seja alterada ao longo do processo. De forma semelhante, dependendo das respostas do adolescente, permite também que sejam incluídas perguntas novas durante a entrevista. Considerando a população abordada, este instrumento foi considerado o mais adequado para o aprofundamento dos temas.

### **2.2.2 Equipamento Fotográfico**

Foram utilizadas câmeras fotográficas mecânicas compactas, modelo 35 mm, com abertura, velocidade e foco fixos, sem dispositivo de iluminação do tipo *flash*. Cada câmera conteve um filme negativo colorido de 12 poses, com sensibilidade à luz ISO 400.

### **2.3 Procedimentos**

Com o objetivo de identificar as expectativas futuras de adolescentes em situação de rua, os adolescentes foram contatados previamente pela equipe, com o objetivo de haver a formação de vínculo entre os pesquisadores e os participantes. Apesar de ser eventualmente desconsiderada em algumas pesquisas, a fase de vinculação com as crianças e adolescentes em situação de rua é de grande importância na obtenção de dados mais confiáveis (Günther, 1992; Hutz & Koller, 1999). Ao realizar-se uma pesquisa com esta população, sem considerar o período da formação de vínculo, especialmente na avaliação de assuntos que possam gerar alguma desconfiança ou constrangimento à criança, existe um risco maior de surgir um discurso estereotipado baseado em informações socialmente desejáveis (Almeida, Ribeiro, Pacheco & Neiva-Silva, 1998). Estes autores afirmam que, contudo, a qualidade do vínculo não é necessariamente dependente do fator tempo, mas principalmente do tipo de relação estabelecida entre o pesquisador e o participante. Os contatos foram então estabelecidos através de visitas periódicas aos locais cuja presença dos adolescentes são mais freqüentes.

Na fase de fortalecimento do vínculo foram estabelecidas as regras de convivência entre o pesquisador e o participante. Isto é especialmente importante quando se trabalha com adolescentes em situação de rua. Neste período, foram estabelecidos “contratos verbais” nos quais, por exemplo, o adolescente comprometeu-se a não usar droga na presença da equipe de pesquisa.

Após a fase de vinculação, o contato com os participantes ocorreu em quatro momentos distintos. O primeiro foi caracterizado pela explicação de toda a pesquisa, a solicitação do consentimento informado e a realização da entrevista. No segundo momento, foi efetuada a entrega do equipamento fotográfico e repassada as instruções em relação ao seu uso. No terceiro foi recolhido o material fotográfico para posterior revelação das fotos. O quarto momento foi marcado pela entrega das fotos aos adolescentes e pelo registro dos comentários dos participantes sobre as mesmas. Estas quatro fases são explicadas detalhadamente a seguir.

A primeira etapa da pesquisa foi caracterizada pela realização primeira fase da entrevista semi-estruturada, considerando suas diferentes partes, nas quais foram analisadas as condições atuais e perspectivas futuras, direcionadas a quatro áreas principais: Educação, Trabalho, Moradia e Família (Anexo A). Inicialmente, foram realizadas três entrevistas-piloto, a partir das quais foram realizadas pequenas alterações nos tópicos da estrutura original.

Na segunda etapa da pesquisa, foi desenvolvido o método autofotográfico (Amerikaner & cols., 1980; Combs & Ziller, 1977; Dinklage & Ziller, 1989; Okura & cols., 1985-86; Rorer & Ziller, 1982; Ziller, 1990; Ziller & Lewis, 1981; Ziller & Rorer, 1985; Ziller & Smith, 1977; Ziller & cols., 1988). No presente estudo, este método consistiu na solicitação de que o adolescente registrasse um determinado número de fotos como representação de suas perspectivas e projetos de futuro. Em um primeiro momento, cada participante recebeu uma câmera fotográfica, assim como a devida instrução sobre a forma de operá-la. Após esta explicação, o adolescente foi solicitado a tirar uma foto na presença do pesquisador e realizar todos os procedimentos de preparação da câmera para a próxima foto, como forma de verificação do correto manuseio do equipamento. Foram repassadas aos participantes as seguintes instruções, com relação ao estudo:

“Nós gostaríamos que você pensasse no seu futuro e na forma como você gostaria que a sua vida fosse nesta época. Nós estamos te entregando esta câmera fotográfica e gostaríamos que você tirasse 12 fotos que representassem tudo do jeito que você gostaria que acontecesse na sua vida no futuro. Estas fotos podem

ser de qualquer coisa que você quiser, desde que ligado a este tema. Ao final, nós vamos juntar todas as fotos e montar um “livro”. Depois de pronto, nós vamos conversar sobre o seu “Livro do Futuro” e este livro será seu. Você poderá levá-lo para você. É importante dizer que você não tem que saber tirar fotos, porque para nós, não existem fotos boas ou ruins, feias nem bonitas. O importante para nós é que elas mostrem como você gostaria que fosse a sua vida no futuro.”

Foi solicitado aos adolescentes que pensassem um pouco e dissessem alguns exemplos de fotos que eles provavelmente fariam. Esta solicitação de planejar previamente as fotos foi usada em outros estudos (Monteiro & Dollinger, 1998; Rorer & Ziller, 1982; Ziller & cols., 1988) com o intuito de que os participantes direcionassem as fotos realmente para possíveis respostas à solicitação feita. É uma tentativa de minimizar as possibilidades de dispersão no momento do registro fotográfico. Segundo os autores, mesmo crianças ou adolescentes tendem a assumir a tarefa com grande seriedade.

Foi explicado aos participantes que, uma vez tendo terminado de tirar todas as fotos, eles deveriam devolver a câmera, para que o filme pudesse ser revelado. Enfatizou-se o compromisso do pesquisador em retornar as fotografias para o participante. O tempo em que o adolescente permaneceu com a câmera variou de um a quatro dias.

O segundo momento foi marcado pelo reencontro do pesquisador com o participante para o recebimento do equipamento fotográfico. Nesta ocasião, foram confirmados data e local para a entrega das fotos. Após a revelação dos filmes, foram feitas duas cópias de cada foto, para que o pesquisador tivesse o mesmo conjunto de imagens entregue aos adolescentes.

No terceiro momento, as fotos foram devolvidas aos participantes, para que o álbum fosse montado por eles mesmos, na presença do entrevistador. Foi desenvolvida a segunda fase da entrevista sobre a compreensão do significado tanto do conjunto das fotos, quanto das mesmas tomadas individualmente. Neste momento, adotou-se como eixo norteador o próprio conteúdo advindo das imagens. Nesta segunda fase da entrevista semi-estruturada, foi feito apenas o registro cursivo das percepções dos adolescentes.

Um dos procedimentos adotados assevera que, em qualquer momento da coleta de dados, caso o adolescente fosse encontrado sob efeito de droga, a pesquisa seria interrompida, devendo ser retomada apenas quando ele estivesse em condições de participar da mesma. Referindo-se a esta questão, observa-se novamente a importância do

estabelecimento de vínculo com a amostra da população a ser estudada, em que são sempre reiteradas as normas de convivência entre o pesquisador e os participantes.

## **2.4 Considerações Éticas e Legais**

A equipe de pesquisadores esteve atenta a possíveis implicações éticas ou legais presentes neste estudo. Com o intuito de nortear esta ação, foram traçadas algumas considerações a respeito do tema.

### **2.4.1 Risco da Pesquisa**

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) editou, em 20 de dezembro de 2000, uma resolução que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos (CFP, Resolução 016/2000). De acordo com o seu artigo terceiro, “é obrigação do responsável pela pesquisa avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger os participantes e os grupos ou comunidades às quais eles pertencem”.

Ao analisar os procedimentos adotados por esta pesquisa, assim como a população-alvo deste estudo, em princípio, compreende-se que esta pesquisa apresenta risco mínimo para os seus participantes. Segundo o parágrafo primeiro, do artigo terceiro da citada resolução (CFP, 2000), “Pesquisas de Risco mínimo são aquelas cujos procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas”. Dando continuidade, o parágrafo segundo afirma que “a avaliação do risco na pesquisa com grupos vulneráveis ou em situação de risco (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de rua, moradores de rua, habitantes de favelas e regiões periféricas das cidades, entre outros), deverá ser feita somente por pesquisadores e profissionais que conheçam bem a realidade dos participantes e tenham experiência de pesquisa e trabalho com esses grupos”. Com base nestes princípios, e considerando que a amostra foi composta de adolescentes que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, este trabalho nada apresentou como um possível fator de aumento do risco a que os participantes estejam submetidos regularmente em sua vida diária.

### **2.4.2 Consentimento Informado**

Segundo a Resolução CFP 016 (CFP, 2000), artigo segundo, inciso IV, alínea “a”, o “consentimento informado refere-se à garantia de que a participação do(s) indivíduo(s) é voluntária, que foi (foram) informado(s) e entende(m) com clareza os procedimentos a que

será(ão) submetido(s) e suas conseqüências; que foi (foram) informado(s) sobre os objetivos da pesquisa e do uso que será feito das informações coletadas”. Este consentimento, em geral, é obtido diretamente com o participante da pesquisa, em estando de acordo com os procedimentos adotados na pesquisa. Ao lidar com crianças, partindo do princípio de que estas não compreenderiam toda a extensão das possíveis implicações do estudo, o consentimento informado é fornecido por seus pais ou responsáveis legais (Resolução CFP 016/2000, art. 5º, inciso II).

Uma das principais questões éticas da pesquisa com crianças que vivem em situação de rua é a dificuldade da obtenção do consentimento informado fornecido pelos seus pais (Hutz & Koller, 1999). Segundo os autores, freqüentemente não é possível a obtenção deste consentimento, porque é extremamente difícil encontrar estes pais ou responsáveis. Isto é agravado pelo fato de que, em alguns casos, a criança ou o adolescente não mais possui nenhuma vinculação ou contato com qualquer membro familiar. Existem ainda os casos de crianças órfãs, em que tanto o pai quanto a mãe já faleceram, passando então, a criança, a viver nas ruas, sem nenhum responsável legal.

Faz-se necessário analisar mais profundamente esta questão, tomando-se por referência apenas o primeiro caso em que crianças e adolescentes possuem família, mas que esta, por algum motivo, não está cumprindo plenamente seus deveres. De acordo com a Constituição Brasileira (1988), em seu artigo 227, verifica-se que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Tomando-se apenas a função familiar, observa-se no caso das crianças em situação de risco que vivem na rua, que a família não está cumprindo, de forma plena, com seus deveres perante a criança. Em relação à pesquisa, questiona-se o fato de que, caso o pesquisador não venha a encontrar os responsáveis legais pelos adolescentes presentes na amostra, a pesquisa deva ser interrompida em virtude da não-obtenção do consentimento informado.

Face ao exposto, não foi adotada a obtenção do consentimento informado fornecido pelos pais ou guardiões dos adolescentes em situação de rua. Tal procedimento justifica-se com base em dois pontos principais. Primeiro, de acordo com o artigo sétimo, inciso segundo (Resolução CFP 016/2000), o psicólogo pesquisador não aceitará o consentimento

informado de pais que não tenham contato como os filhos, ou de guardiões legais que, efetivamente, não interajam sistematicamente e nem conheçam bem a criança ou adolescente. Segundo, com base no artigo sexto, inciso quarto, da referida resolução, o psicólogo pesquisador poderá estar desobrigado do consentimento informado, nas situações em que não haja risco de violar a privacidade dos indivíduos envolvidos, nem de causar a eles, ou aos grupos e comunidades aos quais pertencem, quaisquer tipos de constrangimento.

Ressalta-se, contudo, que a determinação de que não há necessidade de consentimento informado, somente pode ser feita pelo Comitê de Ética em Pesquisa, constituída conforme a legislação em vigor (artigo sexto, parágrafo único, resolução CFP 016/2000). Apesar de, *a priori*, desconsiderar-se a concordância dos pais ou guardiões sobre a realização da pesquisa, foi obtido o consentimento informado dos próprios participantes. Segundo o artigo quinto, inciso terceiro da mesma resolução, o consentimento informado de crianças e adolescentes deve ser obtido em linguagem apropriada, sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, sendo que os participantes devem concordar em participar voluntariamente.

### **2.4.3 O Uso da Imagem**

Nesta pesquisa, utilizou-se a fotografia como uma das principais formas de coleta de dados. Com base neste procedimento, é pertinente o desenvolvimento de algumas considerações éticas e legais a respeito do uso da imagem na pesquisa.

Uma primeira preocupação deve se referir ao uso da imagem de crianças e adolescentes. A adoção do método autofotográfico implica que são as próprias crianças que fotografam o que quiserem, em resposta à pergunta apresentada. Neste sentido, estiveram presentes, nas fotos, imagens de lugares, ações, símbolos e pessoas. Dentre estas pessoas, em muitos momentos foram tomadas como referência seus pares, seu grupo de pertencimento, enfim, outras crianças e adolescentes. De acordo com a Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude do Estado do Rio Grande do Sul, não há nada que desabone este tipo de registro ou de imagem em relação à criança ou ao adolescente.

Com relação aos aspectos legais, o único documento que faz referência ao uso de fotografias de crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei 8.069/1990). Segundo seu artigo 143, “é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua

autoria de ato infracional”. Este artigo é complementado pelo seu parágrafo único, no qual encontra-se que “qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência”. Para efeito de esclarecimento, “ato infracional” é definido como sendo a “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Art. 103, ECA). A compreensão desta lei ocorre no sentido de proteger a identidade da criança, quando esta comete algum ato infracional, especificamente na situação de divulgação desta informação, seja por algum órgão de imprensa, rádio, televisão ou qualquer outro meio (Art. 247, parágrafos 1 e 2, ECA). Por este motivo, é que se costumava usar uma tarja de cor preta nos olhos de crianças e adolescentes fotografados ou filmados cometendo atos infracionais, na tentativa de preservar suas identidades. Em se tratando de pesquisa, em princípio, as fotografias não serão divulgadas na imprensa comum, principalmente alguma imagem de ato infracional que por ventura venha a ser registrada.

Mesmo não tendo acontecido nesta pesquisa, mas caso, em alguma fotografia, ocorra o registro de ato infracional de maior gravidade que tenha ameaçado ou venha a ameaçar a vida ou o bem-estar de outrem, os pesquisadores se comprometem a comunicar imediatamente ao Comitê de Ética em Pesquisa, para que este avalie a possibilidade de quebra de sigilo sobre o dado obtido de um participante do estudo. Este procedimento tem por base a Resolução 016 (CFP, 2000), que em seu artigo nono, parágrafo sexto, afirma que “o psicólogo pesquisador, em decorrência da pesquisa e pela confiança que os participantes depositam nele, deverá manter sigilo ao tomar conhecimento de transgressões de qualquer natureza, mesmo que não envolvam risco eminente e grave, especialmente se dizem respeito a acontecimentos pretéritos, levando o assunto ao Comitê de Ética em Pesquisa”.

Nas situações em que, por outro lado, em alguma fotografia existisse forte indício de que a criança ou adolescente foi vítima de abuso físico, sexual ou negligência, os pesquisadores acionariam os órgãos competentes como, por exemplo, o Conselho Tutelar, para que fossem tomadas as medidas legais cabíveis. Entende-se por abuso, “toda a ação ou omissão de parte do adulto cuidador, que resulte em dano ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança” (Farinati, Biazus & Leite, 1993, p. 13). Durante as entrevistas, caso se estabelecesse alguma suspeita de abuso emocional, além dos demais já citados, adotar-se-iam as mesmas providências. De acordo com o artigo nono, parágrafo terceiro, da referida Resolução, “no caso de pesquisa com crianças e adolescentes e outros indivíduos vulneráveis, o pesquisador é responsável pela proteção dos participantes,

devendo tomar providências sempre que constatar que estes se encontrem em situação de risco sério e eminente à sua integridade física ou emocional”.

Em termos éticos, o importante é que, de acordo com o proposto, toda imagem se restrinja unicamente à produção de conhecimento científico, como um dado de pesquisa. Tomando-se as fotografias desta forma, devem recair sobre elas todas as prerrogativas referentes à coleta de dados de qualquer outra pesquisa, como a confidencialidade, a não identificação dos participantes e o uso específico na ciência. Neste trabalho, sempre que a fotografia vier a ser utilizada além do contexto da pesquisa, deverá ser solicitada autorização específica aos participantes. Caso, por algum motivo, esta autorização não tenha sido ou não possa ser feita aos mesmos, o uso de dados ou de informações para quaisquer outras finalidades somente poderá ser realizado após consulta ao Comitê de Ética em Pesquisa (Resolução CFP 016/2000, art. 9º, parágrafo 1º).

#### **2.4.4 Devolução dos resultados aos participantes**

Um dos principais compromissos éticos presentes implicitamente em toda pesquisa é a devolução dos resultados aos seus respectivos participantes, de forma direta ou indireta. Uma das vantagens do método autofotográfico é a possibilidade de retorno aos seus participantes, de forma direta e quase imediata. Como descrito nos procedimentos, após o registro das imagens pelas crianças e adolescentes e a posterior revelação do filme, foi entregue a cada participante um conjunto de todas as suas fotos. Considerando-se a população de crianças em situação de rua, dentre as quais a grande maioria talvez nunca tenha feito uma única fotografia, acredita-se que estas tenham um grande valor e sejam reconhecidas como um importante retorno de todo o processo.

### CAPÍTULO III

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados e a respectiva discussão sobre os projetos futuros dos adolescentes em situação de rua. Os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa, referente às entrevistas iniciais desenvolvidas com os participantes, por uma questão didática, foram divididos por temas. Serão apresentados, respectivamente, os aspectos profissionais, familiares, educacionais e habitacionais dos adolescentes em situação de rua. Posteriormente, serão expostos os resultados e a discussão do método autofotográfico, interligando os dados encontrados a partir das fotografias com aqueles originados das entrevistas iniciais.

Em relação aos dados da entrevista semi-estruturada, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa e quantitativa, segundo o método de Bardin (1977/1979). Em resumo, tal método consiste na categorização temática do conteúdo das entrevistas. Em termos qualitativos, buscou-se na fala dos participantes exemplos que descrevessem o teor de determinada categoria, de maneira a explicitá-la ao leitor. Já no método quantitativo, realizou-se um levantamento de frequência e percentagens da ocorrência de cada uma das categorias ou subcategorias.

Os dados foram categorizados e serão discutidos segundo os princípios teórico-metodológicos da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999), levando em consideração as dimensões Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Esta última dimensão foi analisada contemplando o passado, o presente e o futuro, de cada um dos quatro temas investigados através das entrevistas iniciais. Na dimensão Contexto, foram focalizados os diferentes micro e mesossistemas nos quais os adolescentes estão inseridos com maior frequência. Integrando estes aspectos do Tempo e do Contexto com a dimensão Processo, foram identificadas as relações entre os adolescentes e as pessoas potencialmente mais influentes sobre o desenvolvimento das expectativas futuras dos participantes. Ao se adotar estes pressupostos, o objetivo foi considerar a análise das expectativas futuras em toda a sua complexidade, evitando-se uma discussão linear sobre causalidade e consequência. Exemplificando esta questão, ao investigar o tema Família, por exemplo, não foi suficiente apenas perguntar quais os planos que os adolescentes possuíam para o futuro, e a partir desta resposta singular elaborar um conjunto de

conclusões. Considerando toda a complexidade da população e do constructo pesquisados, investigou-se diferentes aspectos, identificando o passado e o presente familiar de cada um dos adolescentes, a composição da família nuclear e extensa, número de irmãos, mortes ocorridas, tipo de vínculo existente entre o adolescente e a família, separações, recasamentos, violência doméstica e adoção, dentre outros. A partir de uma postura ecológica, foi necessário compreender o conjunto de fatores que influenciam o processo de elaboração dos projetos futuros e que se integram para a constituição da dimensão Pessoa.

A idade média dos 14 adolescentes do sexo masculino que participaram da primeira etapa da pesquisa, referente às entrevistas, foi de 13 anos e 4 meses ( $m = 13,36$   $dp = 1,34$ ), variando entre 12 e 16 anos. O restante destas informações será apresentado ao longo do capítulo, na medida em que temas correlatos forem sendo analisados.

### 3.1 Atividades Profissionais

Em relação ao momento presente dos adolescentes em situação de rua, observou-se que 100% dos participantes trabalham em diferentes atividades. De maneira semelhante à descrita pela literatura (Neiva-Silva & Koller, 2002b), os dados mostraram que dentre as principais atividades lícitas realizadas estão a realização de malabarismos junto aos semáforos – 100% dos participantes realizavam esta atividade –, a guarda de automóveis nos estacionamentos e vias públicas (64,3%) e a venda de alimentos, frutas e artigos de vestuário (21,4%). Um adolescente relatou trabalhar também em residências, limpando jardins ou auxiliando em serviços gerais e outro informou auxiliar familiares na área comercial, dentro de um bar. Estes dados confirmam os resultados anteriores apontados pela literatura sobre o trabalho de adolescentes em situação de rua (Martins, 1996a), considerando que, apesar de pequenas variações, as atividades continuam basicamente as mesmas.

A partir da fala dos adolescentes, é possível compreender que existe uma certa preferência por algumas atividades, em detrimento de outras. Quanto mais próximas à mendicância, menos valorizadas são as atividades. Por outro lado, quanto mais semelhante à realização de um trabalho, mais tende a ser valorizada a atividade, não só pelos adolescentes, mas também pela sociedade em geral. Exemplificando esta percepção, observa-se a fala de Ev (12 anos) a respeito de suas atividades:

Eu prefiro rodar calota [*fazer malabarismo nos semáforos*], ...porque cuidar carro não tem muita graça. Tu fica sentado, e calota não. ...os caras dos carros falam que está valendo a pena a gente ganhar dinheiro [*fazendo malabarismo*],

porque nós estamos fazendo alguma coisa, estamos nos esforçando. E cuidar carro nós não estamos nos esforçando. ...Isto aqui [*malabarismo*] para mim é um trabalho.<sup>1</sup>

Esta aprovação ou reconhecimento social é de extrema importância para os adolescentes em situação de rua, uma vez que a maioria de suas atividades é reprovada socialmente. Durante uma das incursões ao campo, em resposta ao preconceito social existente, um dos adolescentes explicou que naquele local, um estacionamento próximo à saída de um restaurante, não era permitido pelo próprio grupo de adolescentes o uso de drogas em público, para que as pessoas não achassem que eles eram vagabundos e nem sentissem medo deles.

É importante analisar a forma como os adolescentes percebem a realização de suas atividades nas ruas. Muitos iniciam a prática das mesmas como uma grande brincadeira que passa a ser lucrativa ou geradora de benefícios, como por exemplo, o recebimento de dinheiro ou alimentos em troca. Outros passam a interpretá-la como sendo um trabalho efetivo, com todo o conjunto de atribuições e valores dignos de uma atividade com o título de trabalho. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, observou-se que 50% dos adolescentes afirmaram, já na primeira resposta, que suas atividades realizadas configuravam-se como um trabalho. Constatou-se que 42,9% disseram que não, em um primeiro momento, mas ao longo da entrevista refletiram sobre o assunto e mudaram de opinião, reconhecendo que sim, suas atividades recebiam o *status* de trabalho. Apenas 7,1% afirmou categoricamente que suas atividades não eram um tipo de trabalho. O mais importante deste reconhecimento das atividades como trabalho é que, segundo Jacques (1993), o trabalho é gerador de identidade para o sujeito. No excerto anteriormente citado, o adolescente Ev, quando faz malabarismo, deixa de ser um pedinte e passa a ser um trabalhador da área artística. Ele faz uma apresentação e, de acordo com a apreciação do público, ele recebe ou não um pagamento. Conforme apresentado por Bonamigo (1996), ainda que em muitos momentos a realização do trabalho possa ser prejudicial ao desenvolvimento destes adolescentes, em contrapartida ele oferece não apenas um ganho financeiro, permitindo em alguns casos a sobrevivência da família, mas também o reconhecimento social como cidadãos produtivos. Como será discutido posteriormente, esta busca pelo reconhecimento social esteve bastante presente na análise da questão profissional.

---

<sup>1</sup> Na transcrição das falas dos adolescentes, foram realizadas algumas correções gramaticais, no sentido de facilitar a leitura das mesmas.

Em relação ao passado, a atividade mais freqüentemente desenvolvida era cuidar carros. Dentre aquelas anteriormente realizadas, estão o trabalho entregando panfletos nas ruas, ajudante de pedreiro, catador de papel, vendas e limpeza de casas e jardins. Apenas 21,4% dos adolescentes relataram ter permanecido nas ruas para pedir dinheiro. Sobre esses dados refere-se uma das mais fortes discussões éticas e legais em relação ao desenvolvimento da criança: o trabalho infantil. No Brasil, a legislação vigente (ECA, 1990) determina que é terminantemente proibido o trabalho às crianças; e aos adolescentes passa a ser permitido para indivíduos com idades acima de 14 anos, na condição de aprendizes. À época da coleta de dados, 78,6% dos adolescentes da amostra tinham idade igual ou inferior a 14 anos. E destes, 100% estavam trabalhando. Isto significa que todos estes adolescentes, juntamente com a sociedade que os empregavam, estavam descumprindo as normas, assim como suas famílias estavam sendo negligentes em permitir tal ação. Em alguns estados brasileiros, estão sendo realizados grandes esforços no sentido de extinguir o trabalho infantil, através de amplos investimentos em fiscalização, principalmente em áreas insalubres como, por exemplo, os aterros sanitários onde é comum o trabalho como catador de papel ou reciclagem de lixo. Contudo, é preciso implementar no campo das políticas públicas a idéia de que não basta a fiscalização e a proibição de determinadas atividades, mas é fundamental abrir possibilidades de realização de outras atividades mais protetivas.

A análise das atividades realizadas no passado e no presente é de grande importância para compreender o processo de desenvolvimento destes adolescentes, principalmente em relação à sua vinculação com a rua. A trajetória dos adolescentes em situação de rua é fortemente marcada pela possibilidade de aquisição de algum benefício financeiro a partir da atividade laboral, o que se configura como um grande atrativo para estes jovens economicamente menos favorecidos. Entretanto, como será apresentado posteriormente, esta não é necessariamente a única nem a principal causa da permanência na rua destes adolescentes. Junto ao motivo financeiro/trabalho estão principalmente fatores ligados à socialização – constituição de vínculos de amizade com outros adolescentes – e à utilização da rua como um espaço lúdico.

A partir da descrição das atividades realizadas pelos adolescentes ao longo de suas vidas, buscou-se investigar a existência/desenvolvimento de perspectivas futuras em relação ao trabalho. A análise das entrevistas mostrou que 78,6% dos adolescentes apresentaram prontamente a resposta afirmativa sobre a existência de expectativas

---

profissionais quanto ao futuro. Os outros adolescentes, que em um primeiro momento não apresentaram a resposta de forma imediata, foram solicitados a pensar a respeito e todos eles – 21,4% do total – forneceram seus planos com relação ao futuro. Inicialmente, destaca-se o fato de que nenhum adolescente deixou de apresentar alguma perspectiva futura sobre a área profissional. A significância deste dado é acentuada levando-se em conta o alto índice de adolescentes que apresentaram, de maneira pronta e imediata, as suas respostas, ou seja, já haviam elaborado estas expectativas em tempo anterior à pesquisa. Os resultados aqui encontrados se contrapõem fortemente ao apresentado por algumas pesquisas, que afirmavam de maneira categórica que crianças em situação de rua não teriam qualquer visão sobre o futuro (Craidy, 1996) ou que seria ilógico extrapolar os projetos de vida dos adolescentes para o futuro (Ferreira, 1979). Ao contrário, confirma os achados de Reppold e colaboradores (1998), ao afirmar que a categoria Trabalho foi a mais freqüentemente citada quando investigado sobre o que os adolescentes gostariam para o futuro. Os dados do presente estudo também confirmam os resultados da pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – (2002) com 5280 adolescentes brasileiros entre 12 e 17 anos. Segundo este trabalho, dentre os participantes que responderam que tinham um sonho (78,5% do total), o tipo de aspiração mais citada foi Ter uma Profissão (19%). Como se observa, independente do nível socioeconômico, a maioria dos adolescentes apresentam expectativas futuras, sendo que a elaboração de projetos sobre a temática profissional é predominante.

Além do percentual de adolescentes que apresentaram expectativas em relação ao futuro profissional, buscou-se também qualificar estes dados, investigando as áreas de atuação profissional. Observou-se que foram relatadas 35 atividades diferentes com as quais os adolescentes gostariam de trabalhar no futuro. Estas foram agrupadas em 12 categorias profissionais segundo a descrição abaixo:

- Atividades esportivas: jogador e técnico de futebol;
- Atividades comerciais: comércio de alimentos, automóveis, combustíveis (frentista) e lojas em geral;
- Atividades rurais e agropecuárias: fazendeiro, carroceiro, veterinário e ferrador de cavalos;
- Atividades de saúde: médico;
- Atividades artísticas: cantor, ator e desenhista;
- Atividades relacionadas a transporte: motorista de ônibus e de táxi;

- Atividades administrativas: gerentes comerciais, gerentes de banco e empresários;
- Atividades militares: militar das Forças Armadas e policial militar;
- Atividades de limpeza urbana: gari e lixeiro;
- Atividades de construção civil: engenheiro e pedreiro;
- Atividades relacionadas à informática: operação e manutenção de computadores;
- Outras: professor de idiomas e advogado.

A Figura 2 apresenta as expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua, de acordo com as áreas de atuação profissional.

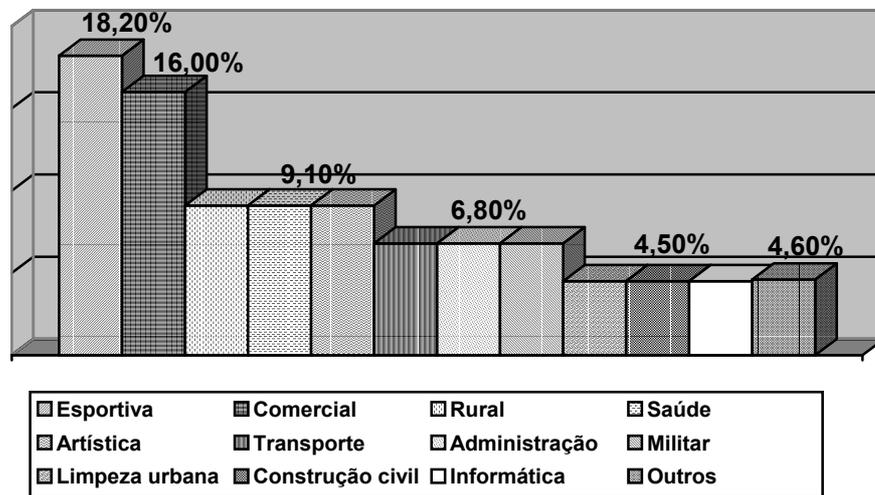


Figura 2: Expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua, de acordo com as áreas de atuação profissional (% do total de respostas múltiplas.  $n = 44$ )

A partir do número total de respostas fornecidas (44), é possível estabelecer uma proporção aproximada de 3,1 escolhas profissionais para cada participante. Destaca-se, inicialmente, o escore de 18,2% obtido pela área Esportiva como a mais citada pelos adolescentes. Este dado é acentuado ao se considerar que 50% dos adolescentes citaram esta categoria como uma de suas escolhas profissionais para o futuro. Em princípio, pode-se imaginar que tal resultado é justificado apenas pela fase de desenvolvimento dos participantes da pesquisa, sendo, portanto, esperado que os esportes sejam mais desejados pelos adolescentes. Sem dúvida, de uma forma geral, a adolescência é bastante identificada com a área esportiva, uma vez que permite conciliar o trabalho com o aspecto lúdico.

Entretanto, como será mais bem discutido posteriormente, acredita-se que tal escolha esteja envolvida em uma série de outros fatores.

Os resultados encontrados neste trabalho sobre as profissões almeçadas pelos adolescentes em situação de rua se assemelham aos achados de DiCarlo, Gibbons, Kaminsky, Wright e Stiles (2000). Este estudo analisou desenhos de crianças em situação de rua sobre suas aspirações em relação ao futuro. Observou-se que os desenhos focalizaram profissões como médico, enfermeiro, advogado e arquiteto. Entretanto, as imagens também fizeram referência a trabalhos “alternativos”, como vendedor de frutas, motorista de ônibus e trabalhos domésticos. É possível observar tanto a escolha de profissões que possuem um maior reconhecimento social como também de atividades mais próximas ao cotidiano das crianças e dos adolescentes.

Em relação à identidade ocupacional, observa-se que, em geral, houve um número significativo de respostas pontuais sobre as profissões que os adolescentes em situação de rua gostariam de ter. Entretanto, essas respostas são apenas opções de trabalho que almejam realizar, mas não se configuram em um projeto definido do que o adolescente virá a ser. Estes dados confirmam os resultados da pesquisa realizada por Sarriera e colaboradores (2001) com adolescentes de baixa renda. Apesar dos os adolescentes citarem nomes de profissões, implicitamente são reveladas dúvidas e incertezas em suas escolhas laborais. Segundo estes autores, os adolescentes “querem ser uma coisa e/ou também outra, faltando maior clareza em relação a onde, quando e como farão para chegar a ser tais profissionais” (p. 30). Poder-se-ia afirmar que os participantes da pesquisa encontram-se na fase Difusa da identidade ocupacional (Sarriera & cols., 2001), marcado por um momento em que o adolescente não está muito concentrado em decidir-se a respeito de uma ocupação. Ele pode até referir algumas preferências por determinadas ocupações, mas pode, também, mudar de opinião com relativa facilidade, uma vez que tanto uma escolha quanto outra parecem adequadas.

Buscando aprofundar o tema, foram investigados os motivos atribuídos pelos adolescentes para cada uma de suas escolhas profissionais. Estes motivos foram classificados em dez categorias principais, de acordo com a descrição a seguir:

- Ascensão financeira: Mudança progressiva na quantidade de ganhos/rendimentos financeiros. Esta categoria foi atribuída especificamente à referência textual de se ganhar mais dinheiro, sendo portanto diferenciado da busca por uma melhoria de nível social;

- Status/reconhecimento social: Ser respeitado, valorizado, prestigiado ou reconhecido pelo valor atribuído socialmente à atividade desempenhada. Esta categoria foi diferenciada de Ascensão social pois existiram muitas respostas em que a pessoa queria apenas sentir-se valorizada ou reconhecida pela sua atividade, não importando se ficaria rica ou não através de sua realização;
- Diversão/Satisfação: Atividades que proporcionam prazer e diversão em sua execução;
- Ascensão social: Melhoria no nível social. Atribuída às respostas que explicitavam, por exemplo, o desejo de deixar de ser pobre para ser rico, morar em um bairro luxuoso, com grandes casas e conviver com pessoas de outro nível social. Em geral, não se separa o aspecto social do econômico. Entretanto, como explicitado no item Ascensão financeira, é possível desejar apenas uma melhoria financeira (ganhar mais dinheiro), sem necessariamente desejar deixar de ser pobre, e continuar morando na vila, convivendo com as pessoas mais simples, etc;
- Atividade potencialmente realizável: Atividade que possui maior possibilidade/probabilidade de ser realizada/alcançada na prática pelos adolescentes;
- Atividade comum ao contexto de origem: Atividades mais freqüentemente encontradas/exercidas entre as pessoas do meio no qual vivem. Existem atividades que foram escolhidas pelo fato de serem familiares aos adolescentes, de ser comum ver pessoas realizando-as, ainda que dificilmente seriam realizadas concretamente no futuro;
- Aplicação/aprimoramento das potencialidades pessoais: Possibilidade de aplicar/aprimorar suas habilidades/potencialidades pessoais em atividades que o permitam utilizá-las. Como exemplo desta categoria, cita-se o adolescente que lida bem com animais e que por isso deseja ser veterinário ou ainda aquele que desenha bem e, aproveitando suas habilidades, deseja ser engenheiro;
- Altruísmo/prestatividade: Desejo de auxiliar pessoas independente da possibilidade de recompensa. Busca pelo bem-estar de terceiros; Realizar atividade que seja produtiva/proveitosa/útil à sociedade;
- Autoridade: Poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, ou de fazer respeitar as leis;

- Ampliação de vínculos sociais: Busca pelo aumento do número de integrantes da rede social.

O maior desafio durante a análise dos dados sobre os motivos das escolhas profissionais foi conceber um conjunto de categorias que fosse representativo dos conteúdos encontrados nas entrevistas. Ao mesmo tempo em que essas categorias necessitam ser amplas o suficiente para refletir a complexidade do tema, de acordo com os pressupostos do método de análise de conteúdo de Bardin (1977/1979), essas categorias precisam também ser excludentes entre si, ou seja, que o conteúdo de uma não contenha o conteúdo da outra. Por estas razões, na delimitação das categorias, foram feitas separações eminentemente didáticas como, por exemplo, a separação do sentido de melhoria de nível socioeconômico, diferenciando-o em *Ascensão Financeira* e *Ascensão Social*. O mesmo ocorreu com as categorias *Atividade Comum ao Contexto de Origem* e *Atividade Potencialmente Realizável*. Apesar de possuírem acepções próximas, foi necessário separá-las pois, em muitos casos, é possível haver a classificação apenas em uma delas, sem haver na outra. Por exemplo, um adolescente que more junto às emissoras de rádio e televisão pode ver todos os dias repórteres entrando e saindo dos edifícios. Para ele, é extremamente comum ver estas pessoas, ou seja, esta seria uma atividade comum ao seu contexto. Entretanto, em princípio, a probabilidade que este adolescente se torne um repórter é pequena, e neste sentido não se considera como uma atividade facilmente realizável. Reconhece-se que o próprio termo *potencialmente* não expressa plenamente a concepção atribuída à categoria, uma vez que em princípio, todas as atividades são potencialmente realizáveis. Contudo, nem todas elas possuem a mesma probabilidade de serem postas em prática. É buscando expressar o sentido de maior possibilidade que se estabeleceu a categoria *Atividade Potencialmente Realizável*.

A Figura 3 representa as razões atribuídas pelos adolescentes em situação de rua à escolha das respectivas atividades profissionais (Percentual do total de respostas múltiplas:  $n = 156$ ):

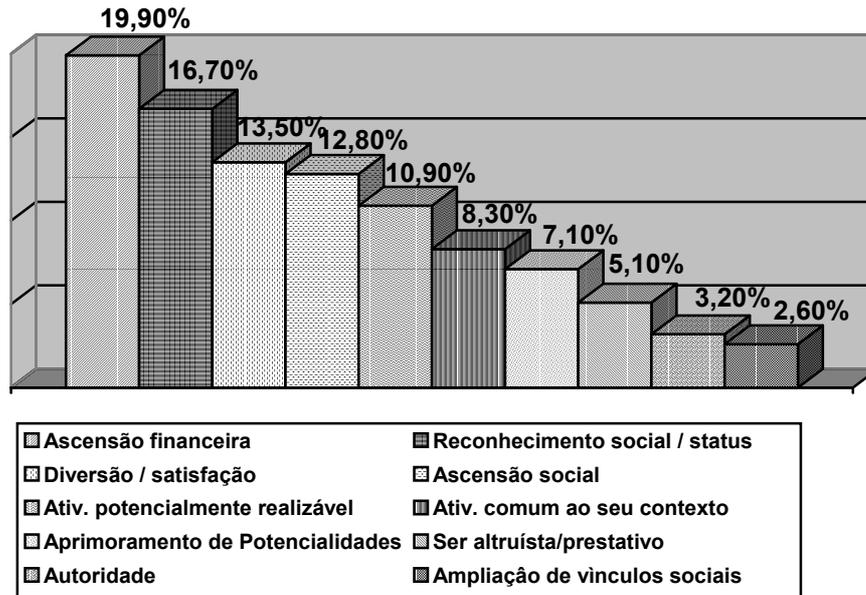


Figura 3: Razões atribuídas pelos adolescentes em situação de rua à escolha das respectivas atividades profissionais (% do total de respostas múltiplas;  $n = 156$ )

Em virtude do alto número de respostas obtidas para a elaboração da Figura 3 ( $n = 156$ ) e do grande número de temas, muitas categorias obtiveram um escore muito baixo, podendo ser interpretadas quantitativamente como pouco representativas. Com o intuito de minimizar esta distorção, optou-se por apresentar também o percentual do total de adolescentes ( $N = 14$ ) que citou cada uma das categorias, expressas aqui através da Figura 4. A partir da análise conjugada das Figuras 3 e 4, será possível uma melhor compreensão do aspecto investigado.

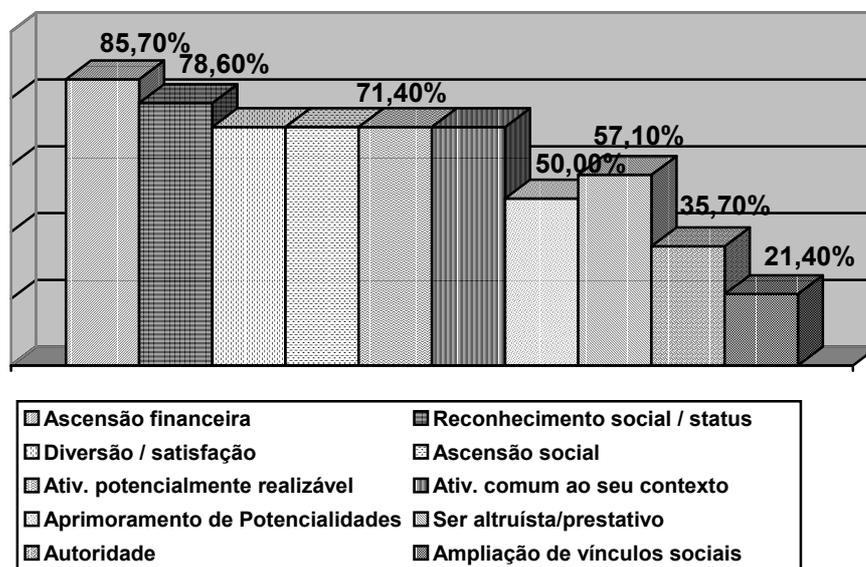


Figura 4: Percentual do total de adolescentes que citou cada uma razões atribuídas à escolha das atividades profissionais ( $N = 14$ )

Como era esperado de uma faixa da população que vive, em sua maioria, em condições de extrema pobreza, os adolescentes em situação de rua nortearam suas escolhas profissionais a partir da ascensão financeira por elas permitida. Representando 19,9% do total das respostas fornecidas, esta categoria foi citada por 85,7% dos adolescentes. É possível observar o quanto a melhoria econômica está fortemente associada à idéia de um futuro melhor, o que, em princípio, parece estar de acordo com as representações sociais difundidas pela coletividade. Isto é observado, por exemplo, na fala de Jr, (15 anos): “*Ah, [eu vou] pegar um emprego honesto para trabalhar e ganhar bastante. Claro, senão o cara se acaba de trabalhar e ganha pouquinho. Ai não dá*”. E relatando um pouco das condições em que vive, acrescenta: “*Ah, quando a gente mora em vila, qualquer coisa que vier [trabalho], vem bem*”.

A partir da associação entre as Figuras 3 e 4, destaca-se o fator reconhecimento social como a segunda categoria mais citada, correspondendo a 16,7% do total das respostas e sendo citado por 78,6% dos adolescentes. A constatação deste resultado é de grande importância para a compreensão do próprio contexto no qual vivem os adolescentes. Assim como discutido anteriormente, o reconhecimento social é um dos aspectos que os adolescentes mais sentem falta. Neste caso específico, esta ausência de reconhecimento só não se mostrou mais forte que a falta de recursos financeiros. Se o presente destes adolescentes é tão marcado pelo olhar amedrontado da sociedade que os cerca, nada mais pertinente do que ansiar por este reconhecimento no futuro, sendo conquistado através de uma profissão digna de um cidadão no exercício de seus plenos direitos. “*Ah, eu queria ser cantor. É legal. A gente canta, e tem um monte de gente aplaudindo. A gente fica gostando*.” (Lp, 14 anos). Relacionando esta categoria com a Figura 2, é possível identificar a busca de reconhecimento social nas mais diversas áreas de atuação, como na esportiva (jogador de futebol), comercial (vendedor de automóveis), rural (dono de fazenda), saúde (médico), artística (cantor), administração (gerente de banco), militar (capitão, tenente), construção civil (engenheiro) e informática (operador de computadores).

A busca de uma atividade que permita conciliar a diversão com a satisfação pessoal surgiu como a terceira categoria mais frequentemente citada. Alcançou 13,5% do total das

respostas e foi citada por 71,4% dos adolescentes. Dentre as áreas de atuação, destaca-se a esportiva, com a associação do futebol, como atividade lúdica e, também, a área artística.

Sobre a ascensão social, observou-se que, em geral, esta veio acompanhada da ascensão financeira, sendo que o recíproco não é necessariamente verdadeiro. A busca por uma melhoria de nível social era evidenciada principalmente na realização de atividades que permitissem a convivência com pessoas pertencentes a contextos de melhor qualidade de vida. Isto será mais bem desenvolvido na discussão/análise sobre moradia, em que os adolescentes apresentam dois pólos dicotômicos entre as pessoas que moram no *bairro* e aquelas que moram na *vila*.

Na categorização das atividades potencialmente realizáveis e daquelas comuns ao contexto de origem dos garotos, o adolescente Ed (14 anos) fala sobre uma de suas expectativas que se enquadra em ambas as classificações: “...quando eu fosse grande, eu queria ser motorista. ...motorista de caminhão, de carro, ...de táxi, qualquer coisa. Queria vender carro, também. Acho legal quem aprende a dirigir e já pode ir em qualquer lugar”. O adolescente Ed explica que tal atividade é familiar dentre as pessoas com as quais ele convive: “Eu conheço um monte de motoristas, aqui, no Alameda, no São José e em outros lugares”. Quando perguntado sobre a possibilidade de conseguir realizar o seu sonho, e também o que era preciso para que isto acontecesse, respondeu: “Só estudando. Claro que precisa [estudar], depois eles pedem para tu fazer isso, aquilo, escrever ali qualquer coisa, tu já sabe tudo porque tu estuda. Depende de mim.” O adolescente Ed gostaria ainda de trabalhar como vendedor de automóveis ou frentista em postos de combustível. No caso, ambas são atividades passíveis de serem realizadas, não havendo, entretanto, nenhuma pessoa conhecida em seu contexto habitual que as realize.

A categoria aplicação/aprimoramento das potencialidades pessoais foi citada com uma frequência mediana (50% do total), alcançando 7,1% do total de respostas. Isto reflete um pouco das contradições existentes na relação entre os adolescentes em situação de rua e as instituições educacionais. Como será discutido posteriormente, a Escola não é vista como um instrumento de melhoria ou desenvolvimento das habilidades do aluno, mas apenas como um pré-requisito a ser cumprido para a entrada no mercado de trabalho.

A tendência a ser altruísta, bem como o desejo de sentir-se prestativo ou útil à sociedade, foi um aspecto citado por 57,1% dos adolescentes. Este desejo de auxiliar as pessoas independente da possibilidade de recompensa, a busca pelo bem-estar de terceiros e a realização de atividades que sejam úteis à sociedade são fatores que, de alguma maneira, estão relacionados com o autoconceito e a auto-imagem dos adolescentes. Em

teoria, esta categoria diferencia-se da busca por *status* e reconhecimento social na medida em que estes últimos englobam as atividades que são realizadas para se ter em troca o reconhecimento. Já no caso do altruísmo, busca-se ajudar o outro pelo bem que isto gerará a um terceiro e pelo bem-estar gerado a quem fez. Entretanto, reconhece-se que esta, talvez, seja uma diferenciação eminentemente didática, uma vez que, na prática, as pessoas tendem a agir buscando o bem-estar do outro, mas também o reconhecimento social fruto da sua ação. É o caso, por exemplo, da área da saúde, correspondente a 9,1% do total de respostas (Figura 2), quando os adolescentes optam pela profissão de médico como atividade futura idealizada. “*É pretendo fazer um curso para ser médico. ...Porque eu gosto, ...para ajudar as pessoas!*” (Je, 15 anos). Este adolescente não faz qualquer referência explícita, durante a entrevista, a ser reconhecido socialmente ou recompensado financeiramente pela profissão escolhida, subentendendo-se que o principal norteador de suas expectativas é o desejo de auxílio às outras pessoas. Entretanto, o adolescente Je faz referência a um tio que trabalha na área médica, recebe um grande reconhecimento social e está financeiramente bem. Na análise das representações sociais a respeito do ser médico, observa-se que esta profissão se encontra associada a ter *status* social e boa condição financeira. Por esta razão, em muitos momentos, tornou-se difícil a desvinculação entre o altruísmo e a busca por *status*.

A busca pela obtenção de autoridade, apesar de quantitativamente pouco expressiva (correspondeu a 3,2% do total de respostas), é um dado que qualitativamente necessita ser considerado. A violência impetrada por policiais configura-se como um dos principais aspectos negativos das ruas, segundo o relato dos adolescentes em situação de rua (Mattos, Wagner, Aquino, Gozalvo, Neiva-Silva & Koller, 2002). Inúmeras são as situações nas quais é possível identificar o abuso de autoridade e a violência física sobre os adolescentes. Tal ocorrência é exemplificada pelo adolescente Lp (14 anos):

*Os brigadianos enchem a gente. Eles mandam nós desbloquear. Desbloquear, é tipo sair fora. Aí, nós saímos. ...Eles pegam muito no pé da gente. ... Eu já vi um monte de vezes [os policiais batendo em alguém]. Uma vez eles deram [bateram] no Je. Eles falaram que tinha gente que estava bagunçando aqui atrás, mas não era nenhum de nós. E como o Je é o mais velho, que ficou mais tempo aqui, aí eles vão direto no Je. Bateram nele só. Bateram com o pau, aquele cassetete. Ele ficou chorando. ...Eles já me pegaram também. Eles levaram nós lá pro abrigo, ...porque nós estávamos fumando cigarro [de tabaco]. Aí do abrigo, eles quiseram levar nós para o DECA [Delegacia da Criança e do Adolescente]. Aí, nós fugimos.*

Apesar desta situação apresentada, 35,7% dos adolescentes relacionaram a escolha de suas profissões com a possibilidade de se obter maior autoridade. Dentre as ocupações que propiciam um certo poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, ou de fazer respeitar as leis, foram referidas, principalmente, atividades como policial militar – no caso específico de Porto Alegre, a Brigada Militar – e a ocupação de cargos dentro das Forças Armadas, com destaque para o Exército Brasileiro. Isto é observado, por exemplo, na fala de We (12 anos) ao fazer referência ao seu desejo de ser policial militar:

*Eu queria ser brigadiano ...para prender os bandidos, para não deixar ninguém roubar nem assaltar. Tem uns [policiais] que são legais e uns que são arriados. Às vezes, o cara está passando e eles chamam o cara e dão uma colada [tapa] no cara. Eu queria ser brigadiano, mas não arriado. Eu iria ficar assim na rua, ...na esquina, cuidando assim para ver quem iria assaltar ou não. [Se alguém fosse assaltar] eu iria prender ele. Eu iria correr atrás dele e iria tentar pegar ele.*

Em uma primeira análise, parece ser incongruente a experiência de ter sofrido abuso por parte de autoridades militares, como descrito pelo adolescente Lp, e o desejo de ser uma autoridade militar, exemplificado, nesta análise, na fala de We. Dentre os adolescentes que desejam ocupar cargos militares, observou-se o freqüente relato de situações de abuso por parte de policiais militares. Segundo o educador Paulo Freire (1996), tais contra-sensos aconteceriam na medida em que o oprimido – no caso, o adolescente em situação de rua – introjeta a figura do opressor – os policiais –, tornando-se um novo opressor no futuro. Talvez esta seja uma hipótese plausível para justificar o alto nível de violência existente entre os próprios adolescentes nos dias atuais e, principalmente, a forma violenta com a qual eles reagem frente às autoridades. Apesar dos abusos sofridos, alguns adolescentes tendem a se identificar com a autoridade depositada na imagem destes policiais, que passam a ser referência para uma profissão futura. Na visão freiriana, o oprimido de hoje tende a ser o opressor de amanhã. Segundo esta tendência, muito há que se fazer para que, em um futuro próximo, estes não sejam os adolescentes ou os adultos em conflito com a lei por motivos de agressões ou assassinatos.

Com apenas 2,6% do total de respostas, a categoria Ampliação de Vínculos Sociais foi citada por apenas 21,4% dos adolescentes da amostra. Apesar de quantitativamente ser pouco representativo, esse dado se relaciona positivamente com os resultados de Mattos e colaboradores (2002), no qual o estabelecimento de vínculos sociais é citado pelos adolescentes como um dos pontos positivos da rua. Esses aspectos positivos são interpretados como fatores que, de alguma maneira, atraem ou sustentam a permanência

dos adolescentes na rua. Subentende-se então que um dos motivos que atraem os garotos para a rua é semelhante àqueles que os atraem na escolha futura de suas profissões.

Uma vez apresentados e analisados todos os motivos referidos pelos adolescentes para suas respectivas escolhas profissionais (Figuras 3 e 4), faz-se necessário cruzar estas informações com aquelas apresentadas na Figura 2, sendo possível o estabelecimento de algumas relações. No que se refere às expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua, de acordo com as áreas de atuação profissional, observa-se que a mais frequentemente citada é relativa à área esportiva, com 18,2% do total de respostas múltiplas (Figura 2). Dentro desta categoria, o futebol foi citado por 50% dos adolescentes como uma de suas intenções de atuação profissional. Enquanto que a maioria das profissões apresentou apenas algumas das justificativas apresentadas na Figura 3, o futebol reúne em si todas as categorias apresentadas na mesma figura. Em primeiro lugar, permite a ascensão financeira em um tempo razoavelmente curto. Mesmo para pessoas com baixos níveis de escolaridade, nesta área é possível obter grande êxito na profissão, com adequado retorno financeiro, fato bastante incomum na maioria das outras profissões. Permite também a obtenção de reconhecimento social. Até mesmo jovens com pouco tempo de atuação profissional podem ser reconhecidos nacional e internacionalmente, passando a ser verdadeiros ídolos de uma geração de torcedores. Independente de suas outras características, de sua origem, nível socioeconômico ou raça, essa é uma profissão que permite a admiração das mais diferentes pessoas, até mesmo daquelas de origem “nobre” e nível financeiro alto. O futebol é, também, uma profissão em que, pelo menos na percepção desses adolescentes, é possível trabalhar com grande satisfação, unindo o trabalho à diversão. Acompanhando a ascensão financeira e o reconhecimento social, permite ainda a ascensão social. Observa-se que muitos dos grandes jogadores do país vieram de regiões bem pobres, muitos não tinham uma casa bonita, nem como se vestir na infância. Os adolescentes em situação de rua identificam-se com a imagem destes jogadores, na qual um menino pobre, descalço, com roupas sujas, vindo da periferia das cidades pode se tornar o maior jogador de todos os tempos. É ainda uma atividade bastante comum ao contexto de origem dos adolescentes. Desde o período infantil, a prática do futebol é frequentemente encontrada nas mais diferentes regiões do país. Para estes adolescentes, o contato com jogadores profissionais também é possível, na medida em que os adolescentes assistem ao vivo aos jogos nos estádios. Muitos relatam a possibilidade de entrar nas escolinhas de futebol, possibilidade de estar vivendo de maneira mais próxima o sonho de tornar-se profissional. Por estas razões, o futebol configura-se como uma

atividade potencialmente realizável, ou seja, esta expectativa não é um mero sonho, sendo possível a sua realização efetiva. Nesta análise, por exemplo, a probabilidade de que um adolescente em situação de rua venha a se tornar um jogador profissional é significativamente maior do que a probabilidade de que ele venha a se tornar um médico. Esta prática permite também o aprimoramento de suas potencialidades pessoais. Muitos adolescentes relatam o fato de que alguns jogam extremamente bem e que, por este motivo, mereceriam a chance de entrar em uma escola de profissionalização esportiva. Com o reconhecimento profissional e o conseqüente retorno financeiro, o futebol permitiria também que a pessoa se tornasse prestativa perante a sociedade, podendo ajudar aos outros, criando escolas de promoção social, fato bastante comum no meio esportivo. Quanto mais conhecimento na área esportiva, mais autoridade teria o jogador para instruir os outros colegas, dar orientações, enfim, impor a sua autoridade como um *expert* dentro e fora do campo. Alguns desejaram também ser técnicos de futebol, reconhecendo que não seriam grandes atacantes ou goleadores. Segundo o relato desses, eles possuíam conhecimento suficiente para poder treinar outros menos experientes. Por fim, o futebol permitiria a ampliação dos vínculos sociais, sendo possível conhecer outras pessoas nos mais diferentes contextos. Em resumo, a área esportiva consegue reunir todas as categorias apresentadas pelos diferentes garotos para justificar a escolha de uma profissão no futuro. Este, talvez, seja um dado importante para os profissionais que venham a desenvolver algum projeto de intervenção junto a estes adolescentes, na medida em que teriam mais subsídios para propor atividades que viriam ao encontro das expectativas da população de rua. Não se espera que todos estes adolescentes venham a se tornar jogadores profissionais, mas tem-se a esperança de que muitos deles, ao serem motivados a permanecer vinculados a outras instituições – escolas, projetos sociais, organizações não-governamentais –, terminem se interessando por outras atividades profissionais hoje desconhecidas. Ao longo desse processo, acredita-se que os adolescentes possam participar de projetos de capacitação profissional, abrindo portas para o mercado de trabalho em profissões socialmente reconhecidas e não apenas em atividades marginais.

Buscando uma melhor compreensão do processo de construção de perspectivas profissionais, analisou-se também o *locus* de controle percebido pelos adolescentes em situação de rua com relação à possibilidade de efetivação de seus projetos profissionais. Para cada uma das escolhas profissionais relatadas, perguntou-se aos adolescentes de quem e também do quê dependeria a conquista daquele sonho. Em relação à primeira questão, observou-se que 71,4% do total de adolescentes ( $N = 14$ ) afirmaram que a obtenção do que

almejavam dependia exclusivamente de si mesmo. Os outros 28,6% relataram que tal conquista dependia deles mesmos e das outras pessoas. Nenhum adolescente relatou que dependia apenas dos outros ou de algo externo a si próprio. Considerando a soma das duas primeiras categorias, observa-se que todos os adolescentes se incluíram no processo de concretização de suas expectativas futuras. Estes dados indicam a predominância do *locus* de controle interno. Este resultado confirma os achados de Carpena (1999), que observou que 100% das crianças e adolescentes em situação de rua referiram depender deles próprios a conquista dos seus sonhos. De forma semelhante, na pesquisa desenvolvida por Oliveira e colaboradores (1992), nenhum dos participantes disse que deixaria de alcançar seus objetivos. Segundo Carpena, isto sugere que os meninos entrevistados entendem o futuro como podendo ser direcionado por eles próprios.

Os resultados sobre do quê depende a realização das expectativas futuras indicam que 61,1% do total de respostas múltiplas ( $n = 18$ ) se referem à categoria Estudo. Outra parcela dos adolescentes indicou que a efetivação de seus planos depende de Trabalho (22,2%). Apenas 11,1% das respostas se referiram à categoria Dinheiro e 5,6% à categoria Ter Força e Acreditar. Estes dados se aproximam daqueles encontrados na pesquisa realizada pelo UNICEF (2002), em que o estudo também é apontado, em primeiro lugar, por 21,1% dos adolescentes entrevistados como a principal ferramenta para atingir os seus sonhos. Nesta pesquisa, abaixo dos estudos aparecem Recursos Financeiros (13,1%), Tempo (5,8%), Emprego (3,3%), Atitudes Próprias (3,1%) e Oportunidades (3%). Ao analisar o conteúdo destas categorias, é possível observar o quanto os participantes são ativos na conquista de seus sonhos. Tanto no estudo, como no trabalho e no ato de ter força e acreditar – correspondendo a 88,9% do total das respostas –, os próprios participantes são os sujeitos destas ações. Apenas a categoria Dinheiro deixa dúvida a possibilidade deste ser conquistado pelos próprios adolescentes ou vir de outras pessoas. Em geral, estes dados estão de acordo com a literatura científica. Nos trabalhos de Brito, Macedo e Camino (1995, citado em Maciel & cols., 1997), 82% dos adolescentes fizeram menção ao estudo e/ou ao trabalho como meio de obter ascensão social. Outro aspecto que precisa ser destacado é o quão freqüente a categoria Estudo é citada. Estes dados tendem a confirmar os resultados encontrados especificamente na análise das expectativas futuras sobre a Educação. Maciel e colaboradores (1997) verificaram que 77% dos adolescentes em situação de rua apresentaram um desejo de deixar a rua no futuro, justificando tal possibilidade através da conquista de um emprego fixo e de um maior empenho nos estudos. Exemplificando a importância dos estudos para esses adolescentes, o participante

Ev (12 anos) fala sobre o que é possível fazer no seu futuro: “*De bom, eu não consigo fazer nada sem os estudos*”. A partir da fala dos participantes, é possível observar o quanto está introjetado o discurso sobre a importância da educação para o futuro das crianças e dos adolescentes. Contudo, na prática, observou-se uma postura diferenciada. Ao longo do período que os pesquisadores mantiveram contato com os adolescentes, na rua observou-se que é inconstante a frequência dos adolescentes à escola.

Enfim, a partir de todos os resultados apresentados nesta subseção, é possível concluir que os adolescentes em situação de rua desenvolvem expectativas futuras com relação à área profissional. Neste sentido, tais resultados se contrapõem à parcela da literatura que afirma que essa população não desenvolve projetos futuros. Como citado anteriormente, de acordo com Craidy (1996), “... na vida dos meninos de rua, o passado é diluído e o futuro não existe. Viver na rua é fundir-se ao presente” (p. 130). Os resultados sobre os projetos profissionais confirmam aqueles encontrados em outros estudos. Carpena (1999) afirma que 90% dos adolescentes forneceram respostas ligadas à área profissional quando perguntados sobre expectativas gerais em relação ao futuro. Campos e colaboradores (2000) e Macedo e Brito (1998) constataram expectativas futuras em todos as crianças em situação de rua entrevistadas. Segundo estas pesquisas, foram referidos o trabalho e os estudos como as categorias mais frequentes. Oliveira e colaboradores (1992) ao investigar os projetos profissionais de adolescentes em situação de rua, dentre as profissões citadas, foram incluídos médicos, engenheiros, advogados e outros como limpadores e trabalhadores da construção civil. Os dados do presente trabalho confirmam os relatados por Oliveira e colaboradores, indicando que não são apenas profissões com grande *status* social as escolhidas pelos adolescentes.

Como foi analisado nesta seção, as experiências presentes dos adolescentes em situação de rua são fortemente marcantes em suas vidas, deixando cicatrizes perenes ao longo de todo o desenvolvimento desses adolescentes. Entretanto, as dificuldades atuais não impossibilitam que esses adolescentes desenvolvam expectativas em relação ao futuro. Para muitos, talvez o passado só esteja diluído porque não houve alguém para auxiliar no seu resgate. Mas este passado existe e é significativamente importante para a construção do presente dos adolescentes. Pode até haver alguns para os quais o futuro não exista. Para estes, bastaria que alguém os suscitasse, os motivasse a olhar para frente com outros olhos.

Dentre as pesquisas cujo foco são as expectativas futuras, o tema mais investigado é, certamente, a atividade profissional. Esta constatação talvez seja um indicativo da

relevância deste assunto para o desenvolvimento e transformação de crianças e adolescentes em cidadãos plenos em seus direitos e deveres.

Ainda que os resultados até aqui apresentados já possam ser confrontados com a literatura, faz-se necessário considerar a análise dos resultados sobre os outros temas. A seguir, será apresentada a análise/discussão sobre a situação presente e as expectativas futuras em relação ao aspecto familiar.

### **3.2 Família**

Ao investigar o tema Família entre crianças e adolescentes em situação de rua, como discutido no capítulo introdutório, é preciso abrir mão de uma série de paradigmas, de modelos pré-concebidos e buscar compreender o fenômeno considerando toda a sua complexidade. Não basta apenas analisar a questão a partir de respostas dicotomizadas entre o ter ou não família. A partir de uma visão ecológica, faz-se necessário considerar todos os processos envolvidos no desenvolvimento da pessoa, no caso o adolescente em situação de rua, em um tempo específico, transitando entre os diferentes níveis sistêmicos da dimensão contextual.

Na prática, propõe-se uma visão *contínua* e *dinâmica* da vinculação destes adolescentes com suas respectivas famílias. É contínua porque não há como conceber o desenvolvimento humano dentro de uma perspectiva cartesiana, ou seja, de uma maneira polarizada ou fragmentada. Na abordagem adotada, reconhece-se que existem dois extremos, em que em um deles estariam os adolescentes plenamente vinculados com sua família e, no outro, aqueles sem qualquer vinculação com a mesma. O diferencial reside no reconhecimento de que *entre* estes dois extremos se encontra a grande maioria dos adolescentes, alguns mais, outros menos vinculados às suas respectivas famílias. Esta vinculação é também dinâmica porque, considerando a dimensão Tempo, a qualquer momento estas pessoas podem se mover em direção a algum dos pólos.

Nesta pesquisa, estas considerações saíram do campo teórico e foram observadas nitidamente no dia-a-dia dos adolescentes em situação de rua. Alguns dos participantes, por exemplo, na fase inicial da coleta de dados, estavam relativamente bem vinculados com suas famílias, dormindo fora de casa apenas em situações eventuais. Já na fase de análise dos dados, período em que apesar do término da coleta, os pesquisadores permaneceram mantendo algum contato com os adolescentes, observou-se que alguns deles encontravam suas famílias apenas esporadicamente. Este trânsito ao longo do contínuo da vinculação familiar também foi observado em sentido contrário. Um dos

adolescentes, no início da pesquisa, havia abandonado o seu lar relatando ter sofrido ameaça de morte por parte do pai. Já ao final da pesquisa, havia saído do contexto da rua, tendo sido presenciado o momento no qual sua mãe foi buscá-lo para ir embora. Como se observa, a vivência familiar destes adolescentes se mostra razoavelmente diferenciada do cotidiano familiar tradicional. Não que nestas não haja alteração no nível de vinculação familiar, mas que, nas famílias dos adolescentes em situação de rua, talvez estas mudanças sejam mais rápidas e ocorram com uma frequência maior.

A partir dos dados obtidos através das entrevistas, observou-se que 100% dos adolescentes relataram ter uma família. Aqui o termo *relatar* tem uma importância crucial, pois não basta apenas que o adolescente saiba da existência de familiares, mas é preciso que ele os reconheça como tal. Nesta pesquisa, em um primeiro momento da análise dos dados, optou-se por privilegiar a percepção dos adolescentes, sem que os pesquisadores apresentassem uma definição *a priori* de família. Assim, não importa se o membro da família é pai, mãe, irmão, tio, avó, cunhado ou padrasto do adolescente, se possui laços consangüíneos ou não, mas se o participante da pesquisa o reconhece como sendo um familiar. Tem-se o entendimento de que o relato espontâneo dos participantes em relação a este aspecto traz implícita a noção de pertencimento, o que subjetivamente tem grande importância no desenvolvimento social dos adolescentes.

Tentando qualificar as relações existentes entre os adolescentes e suas famílias, observou-se que 85,7% dos participantes têm contato diário com seus familiares. Dentre os que mantêm este contato ( $n = 12$ ), 58,4% encontram suas famílias apenas em casa, enquanto que 41,6% encontram-nas em casa e nas ruas. Este encontro dos familiares nas ruas é constituído basicamente de relações entre irmãos, o que permite a compreensão de um fato bastante comum na história de rua destes garotos. É freqüente o relato de um irmão mais velho ir para a rua primeiro, onde observa, avalia os riscos, os custos e benefícios desta permanência, e posteriormente, traz os irmãos mais novos. Isto é observado, por exemplo, na fala do adolescente Ed (14 anos): “*Primeiro veio o meu irmão que conheceu tudo, depois ele me trouxe. ...eu tinha seis anos, daí ele me trazia escondido da minha mãe. Eu gostava de vir escondido.*” Analisando a trajetória da família neste novo contexto, observa-se que os irmãos mais novos, pelo fato de estarem acompanhados e teoricamente protegidos pelo irmão mais velho, terminam por chegar na rua bem mais jovens, com idades variando entre seis e oito anos. Na sistematização proposta por Santana (2003), estas crianças estariam incluídas na primeira etapa da Trajetória de Vinculação Institucional. Nesta fase, a rua é utilizada principalmente como um local para brincadeiras

e passeios. Segundo esta autora, “a criança não sai de casa para ir à rua sem que haja uma percepção de que este novo espaço é melhor ou ‘menos pior’ do que a casa” (p. 88). É nesse processo que a criança vai se familiarizando com o ambiente da rua, aumentando seus vínculos sociais e, dependendo da fragilidade dos vínculos familiares, vai gradualmente se afastando do contendo doméstico.

A constituição da família dos adolescentes em situação de rua é, em geral, bastante complexa, devido ao grande número de integrantes e, principalmente, à grande frequência de recasamentos dos seus pais e mães. A partir desta característica, buscou-se investigar com quem os adolescentes moram, informações estas representadas na Figura 5:

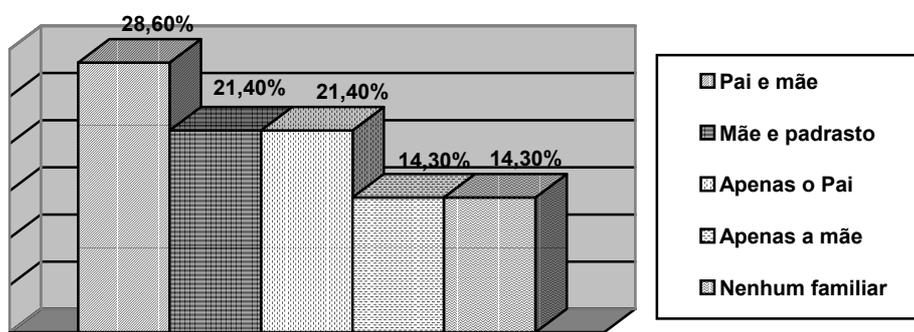


Figura 5: Com quem mora o adolescente em situação de rua? (% do total de adolescentes)

É possível observar através da Figura 5 que apenas 14,3% dos entrevistados relataram não morar com nenhum dos pais ou familiares. Estes adolescentes saíram de casa, viveram algum tempo na rua e no momento da coleta dos dados encontravam-se acolhidos na casa de um dos adolescentes que estava mais bem vinculado à sua família. Um dado que chama a atenção é o fato de que 85,7% dos adolescentes moram com o pai ou a mãe ou ambos. Como discutido anteriormente, até o início da década de 1980, as crianças e adolescentes em situação de rua eram vistas como aquelas que abandonaram os seus lares ou foram abandonadas por suas famílias. Esta percepção, à época, foi base para a estruturação de projetos voltados para a atenção aos “menores abandonados”. Vinte anos depois, identifica-se uma configuração familiar bastante diferente daquela apresentada pelos trabalhos da época. O que se discute é se, neste tempo pregresso, os adolescentes estavam, de fato, tão fortemente desvinculados de suas famílias ou se, de alguma maneira, os teóricos reproduziam uma percepção social de que os adolescentes estavam nas ruas porque não tinham família. Independente da “realidade” percebida sobre o passado, os dados desta pesquisa apontam para o quão dinâmica precisa ser a visão sobre estas famílias e suas diferentes relações com os adolescentes em situação de rua.

Identificou-se que a mãe tem grande importância dentro da estrutura familiar desta população. A partir da Figura 5, somando-se os adolescentes que moram apenas com a mãe, com a mãe e o pai, e com a mãe e o padrasto, observa-se que 64,3% dos entrevistados têm contato dentro de casa com a figura materna. Apesar de numericamente prevalecer maior o contato com a mãe, ainda pode ser considerada alta a porcentagem de adolescentes que vivem com o pai dentro de casa. Somando-se aqueles que moram com o pai e a mãe, e apenas com o pai, encontra-se que 50% dos adolescentes mantêm vínculo com o pai dentro do lar, o que supera as expectativas dos próprios pesquisadores em relação a este dado. Somando a esses os adolescentes que vivem com o padrasto, o número eleva-se para 71,4% dos adolescentes mantendo contato dentro de casa com uma figura masculina com função paterna. Ainda que não identificada na literatura científica, existe uma representação entre os pesquisadores da área de que os adolescentes em situação de rua, quando possuem família, esta é eminentemente monoparental e, na maioria das vezes, com a mãe sendo o elemento principal dentro do lar. Os resultados desta pesquisa indicam que a mãe ainda permanece sendo o principal elemento dentro do lar, mas não o único. Ressalta-se, entretanto, que estes dados possam ser não-representativos da população de crianças e adolescentes em situação de rua, uma vez considerado o tamanho reduzido da amostra. Fazem-se necessárias pesquisas com maior número de participantes para estabelecer afirmações mais robustas e bem embasadas sobre a estrutura familiar de crianças e adolescentes em situação de rua.

Em populações de nível socioeconômico mais baixo, a identificação da família nuclear, em muitos momentos, confunde-se com a da família extensa, pois existe um grande número de pessoas habitando a mesma residência, havendo também ampla troca de papéis, como por exemplo, tios ocupando o lugar de pais ou avós no lugar das mães. Observou-se que, em média, 6,7 pessoas ( $dp = 2,3$ ) moram na mesma casa, sendo que do total de pessoas, 96,8% possuem laços consangüíneos e apenas 3,2% não os possuem. Esta parcela não-consangüínea refere-se a amigos abrigados nas residências dos adolescentes em situação de rua. Observou-se a existência de famílias significativamente grandes, chegando a morar 11 pessoas na mesma casa, sem considerar os familiares de primeiro grau, como irmãos, que habitavam outras residências.

Mais significativo que o número de pessoas morando em uma casa é o número de filhos da família. Os dados mostraram que, em média, existem 7,4 filhos por família ( $dp = 3,6$ ). Projetando estas informações sobre a distribuição normal, é possível converter escore-padrão em percentil, compreendendo-se que 68% das famílias possuem, aproximadamente,

entre quatro e onze filhos. Alguns adolescentes apresentaram até mesmo dificuldade em descrever com exatidão quantos irmãos possuíam: “*Agora tem um, dois... deixa eu ver, ...tem, tem um, dois, três, quatro, cinco, ...cinco, ...cinco, seis, ...seis, sete. São sete. Mas entre todos [os irmãos] acho que são dez.*” (Lg, 14 anos). Quando as informações sobre a família são relacionadas com as de moradia, surgem dados que indicam a difícil situação econômica da mesma. Tem-se como exemplo, um dos adolescentes que possui uma família composta de 17 pessoas – pai, mãe e quinze filhos –, sendo que deste total, atualmente estão morando seis em uma casa com dois cômodos. A fala do adolescente We (12 anos) descreve melhor a estrutura de sua família:

*É, eu tenho catorze irmãos. Um mora na Safira, uma lá no lado da casa do meu pai e uma ali na Carla. ...[tem] o meu irmão que está na cadeia, ...uma é a Baixinha, ...uma o meu pai deu. Uma mulher pediu pra criar ela. Aí, meu pai deu. ... [os filhos] são todos da mesma mãe e do mesmo pai.*

Apesar da família de We não ser representativa de todos os participantes da pesquisa, é um caso extremo que ilustra os resultados a que pode levar a ausência de planejamento familiar. Uma possível consequência desta falta de planejamento é o grande número de filhos. Observou-se que os adolescentes relatam com grande naturalidade a possibilidade de *doar* os filhos para que outros cuidem. Da forma como foi referida, esta doação não trazia um conteúdo tão pejorativo, semelhante a um abandono. Ao contrário, em muitos casos os pais biológicos mantiveram-se em contato com os filhos entregues a outros. Um indício de que tal vinculação familiar continua a existir é que o próprio adolescente We chega a contar a irmã entre a outra família como sendo membro da sua família.

Analisando o aspecto do recasamento, a família do adolescente We também se configura como minoria. Observou-se que em apenas duas famílias (14,3%) não havia filhos de pais diferentes. O índice de recasamentos dentro das famílias dos adolescentes estudados é significativamente alto, sendo que, em alguns casos, foi necessário traçar um diagrama genealógico para se alcançar um entendimento mínimo da mesma. Buscando exemplificar o constructo aqui analisado, observa-se a fala de Em (16 anos):

*Ah, meu pai eu não conheço, quando eu nasci ele já tinha brigado com a minha mãe e tinha ido embora. O Ed, o Jc e o Ad têm um pai, que é o último [terceiro] casamento da mãe. Do primeiro casamento tem a El, que é a minha irmã mais velha e o Jo. Eu sou do segundo [casamento], aí vem só eu. Hoje ela [a mãe] está solteira.*

*Ele [o último marido] está vivo, só não mora mais com ela, porque ela não gosta mais dele.*

Sobre este tema, existem adolescentes que possuem ainda outros irmãos sem qualquer vinculação consangüínea com os irmãos com quem mora. Apesar do distanciamento em relação ao pai, por exemplo, este, ao separar-se da mãe, termina por contrair um novo casamento, gerando outros filhos que não vieram a estabelecer qualquer laço com a família com quem o adolescente mora. O mesmo acontece com os pais de seus outros irmãos. Estes diversos recasamentos têm, como uma das conseqüências, a geração de um grande número de irmãos nos mais diferentes graus. Exemplificando tal situação, é possível observar a fala do adolescente Br (13 anos): *“Lá na minha casa são quatro: eu, meu pai e minhas duas irmãs. Tem uma com 11 e a outra tem 10. E com a minha mãe e as minhas irmãs moram mais três: dois guris e uma guria.”* Falando sobre o número de irmãos, filhos do mesmo pai e mesma mãe afirma: *“Deve ter uns sete, por aí!”* Ao ser perguntado sobre o número total de irmãos, independente de ser dos mesmos pais, o adolescente Br complementa: *“Uma cambada, já. Uns treze. Eu tenho até uma irmã gêmea que mora no Rio de Janeiro, mas que foi adotada”*. Destaca-se ainda a grande naturalidade com que os adolescentes falam a respeito do assunto, não sendo demonstrado que tal situação configura-se como um problema a ser solucionado. Ao contrário, pelas suas reações durante as entrevistas e pela freqüência de ocorrências dentro da amostra estudada, estes eventos parecem ser interpretados com bastante naturalidade por parte dos adolescentes.

Essa familiaridade com a idéia de separação entre cônjuges é tão presente entre os adolescentes em situação de rua que, quando solicitado a falar sobre suas expectativas futuras em relação à família, um deles afirmou: *“Não, casar eu não quero. Não, até quero, mas daí eu vou ter que ter duas casas. Porque quando eu me separar da minha mulher ela vai ter que ter o canto dela, e eu não vou jogar ela no ar.”* (Br, 13 anos). Nesta fala, a separação familiar não é uma possibilidade expressa por algum termo condicional; é quase uma convicção, dependendo apenas do fator tempo para a sua ocorrência. Outro adolescente fala sobre a separação de cônjuges relacionando-a com a questão dos filhos:

*Quero só dois filhos. Um menino e uma menina. Primeiro tem que ser um guri. Claro, para quando a gente brigar, ela vai fazer meus filhos, eu fico com o guri e ela com a guria, para não dar mais briga. Um só é ruim, se ela quiser ir embora e levar meu filho. Aí tendo dois... aí tanto faz, o importante é que fique um para cada um.*  
(Em, 16 anos)

A fala deste adolescente traduz um pouco da falta de atenção destinada a eles na situação familiar presente. Em geral, as separações e recasamentos ocorrem sem haver uma preocupação excessiva com as condições dos filhos que assistem a todo este processo. Em sua fala, o adolescente toca na questão filial, não como um fator de preocupação com o bem-estar dos filhos, mas como uma possibilidade de que um número maior de filhos possa minimizar os conflitos entre os cônjuges no momento da separação.

Os conflitos familiares, bastante frequentes na situação familiar presente, em muitos momentos, chegam a alcançar os filhos, que passam a desempenhar o papel de objeto alvo da violência doméstica impetrada pelos pais. É o caso, por exemplo, do adolescente Ev (12 anos) que deixou o seu lar fugindo da violência exercida pela mãe:

É que se eu rodasse [*fosse reprovado na escola*], minha mãe... me batia... [*O adolescente fica emocionado, e com dificuldade de falar, começa a lacrimejar*] ...muitas vezes. Ela não tinha dinheiro para beber e eu não tinha dinheiro para dar para ela. E ela incomodava. Pedir ela pedia [*para o adolescente levar dinheiro*], mas ela não comprava nada para dentro de casa, era só cachaça. Eu apanhava sempre quando ela estava bêbada. Sempre! ...Não tem dia que a minha mãe não esteja bêbada. ...Ela começou a bater no meu irmão, daí eu levei o meu irmão para dormir na casa de um amigo meu. Daí ela ficou braba, daí eu fugi de casa. Ela não me ameaçou. Eu que cansei de ficar apanhando, vendo o meu irmão apanhando, ...e fugi de casa.

Estes breves recortes da fala do adolescente descrevem apenas uma parcela da situação vivenciada dentro do lar. Observou-se que os adolescentes que chegaram a romper completamente os vínculos familiares justificaram este afastamento principalmente pela violência doméstica. Este dado é confirmado por Ribeiro (2001), no qual se afirma que as principais causas da fuga das crianças de suas casas são a ausência da mãe, as agressões dos genitores, a miséria e a desagregação familiar. Apesar dos casos apresentados não serem representativos de toda a amostra estudada, são significativamente fortes e marcantes na vida daqueles adolescentes que sofrem a violência direta e, também, na dos outros que convivem com situações semelhantes de maneira indireta.

Para os adolescentes em situação de rua, vítimas ou não vítimas de violência, os amigos desempenham o papel de uma segunda família. Para muitos, o conceito de família está claramente expandido além dos laços consangüíneos, estendendo-o principalmente para os amigos. “Claro que eu quero ter a minha família. A minha mãe, meus irmãos, os meus amigos pra mim é uma família. Eles tudo são meus irmãos, aí oh [apontando para os

amigos ao redor]. *Eles são meus irmãos*” (Ed, 14 anos). E complementa descrevendo como ocorrem as relações entre os amigos dentro de sua casa: *“Eles [os amigos] vão, [depois] eles voltam para a minha casa, depois vai. Eles ficam até o dia que eles quiserem, daí tem um tempo que eles querem ir embora, daí eles vão!”* Considera-se fundamental compreender a dimensão do quão importante é para os adolescentes em situação de rua a rede de amizades estabelecidas entre eles. Ao ser questionado sobre os aspectos positivos e negativos da rua, esse mesmo adolescente fala sobre a importância dos amigos em sua vida: *“Ih, ficar aqui na rua, fazer bagunça, tudo é legal. A única coisa que não é legal é ficar sem os amigos.”* Quando questionado se ele sairia da rua, o adolescente Ed (14 anos) complementa: *“É, eu não saía da rua, não vou ficar longe dos meus amigos.”* Ao falar dos motivos que mais o atraem para a rua, explica: *“Se não fosse ficar longe dos meus amigos, eu não saía para a rua, não! Aliás, eu não ia [para a rua].”* Esta forte vinculação existente entre os adolescentes é importante para o fortalecimento da rede de relações da rua. A compreensão desta forma de perceber os amigos passa a ser imprescindível para qualquer profissional – pesquisador ou educador – que venha a planejar ou executar alguma intervenção voltada para estes adolescentes. Sem haver a devida consideração deste aspecto, essas intervenções têm grande possibilidade de não obterem êxito.

Descrevendo algumas percepções sobre o futuro, os adolescentes demonstraram grande interesse em ajudar, de alguma maneira, a sua família de origem, mesmo tendo a possibilidade de constituir nova família:

*Antes de ter minha família, se meu pai e minha mãe forem velhos e meus irmãos são todos pequenos, primeiro eu vou pensar neles para depois ter uma família. Porque meu pai e minha mãe sempre me ajudaram e depois quando eles morrerem não vou ter eles mais, daí tem os meus irmãos que já são grandes, e os pequenos nós vamos ter que cuidar deles e ajudar eles. Por isso, também tem que pensar nisso, nessa família. Mas eu quero ter minha família também.* (Br, 13 anos).

Este sentimento de compromisso com a família ou de necessidade de retribuição de todo esforço e atenção dedicados aos filhos foi identificado na fala dos adolescentes em situação de rua. *“Ah, eu queria poder... eu ter a minha casa, poder ser... cuidar da minha mãe, poder ajudar a minha família.”* (Af, 12 anos). Para alguns adolescentes, este aspecto influenciou inclusive suas escolhas de novas residências no futuro, optando pela possibilidade de permanecer junto à família: *“Eu já falei pro meu pai. Quando eu for grande, eu não quero casar. Eu quero continuar ajudando ele.”* (We, 12 anos). Por mais

que as decisões deste adolescente sobre a possibilidade de casar e constituir família venham a mudar com o tempo, ela marca a presença familiar na vida destes adolescentes.

Esta influência da família sobre o desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua é refletida nas mais diversas áreas de suas vidas e, principalmente, em suas perspectivas com relação ao futuro familiar. A partir das difíceis experiências familiares vivenciadas dentro e fora do lar, da violência doméstica relatada, da convivência com as separações conjugais e com os diversos recasamentos, poder-se-ia inferir que os adolescentes em situação de rua não desejariam, no futuro, formar uma família. Entretanto, contrariando este pressuposto construído na interlocução do senso comum, observou-se que 92,9% dos adolescentes gostariam de constituir uma família no futuro. “*Eu pretendo [ter uma família], já tenho uma, mas só que é minha, dos meus irmãos e da minha mãe, tudo, são tudo reunido, mas eu quero ter uma só minha.*” (Br, 13 anos). E complementa afirmando “[eu queria ter] ...*uma família, deixa eu ver, ...que eles gostassem de nós todos e nós gostássemos deles, quando faltasse comida nós ajudaríamos eles e eles nos ajudariam. Simples.*” Outro adolescente associa o fato de ter família à noção de bem-estar: “*Eu quero o bem pra mim. Eu quero ter a minha saúde, minha família.*” (Lg, 14 anos).

Em geral, para os adolescentes, o desejo de ter uma família encontra-se bem mais elaborado, englobando planos em relação ao cônjuge e aos filhos. Considerando que a amostra é composta unicamente por adolescentes do sexo masculino, ao fazer referência a aspectos da conjugalidade, a figura da esposa esteve fortemente presente. As Figuras 6 e 7 apresentam as expectativas de configuração familiar idealizadas pelos adolescentes em situação de rua que querem constituir família ( $n = 13$ ).

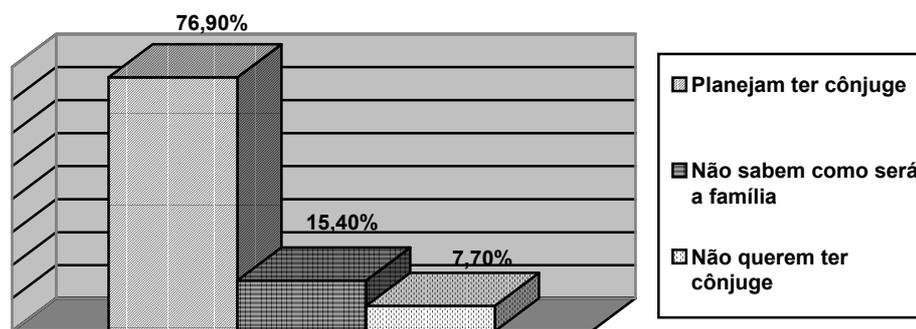


Figura 6: Planejamento familiar em relação à conjugalidade (%)

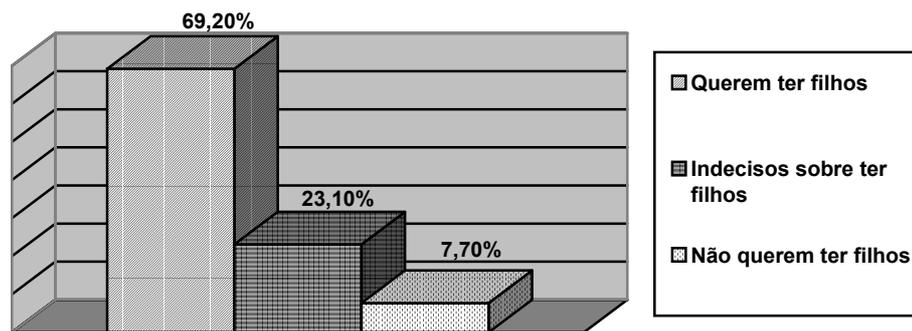


Figura 7: Planejamento familiar em relação aos filhos (%)

Cruzando as informações sobre conjugalidade e filiação (Figuras 6 e 7), observou-se que 90% dos adolescentes que desejam ter uma esposa também esperam ter filhos. A esposa, em geral, foi associada à noção de companheirismo e de maternidade. “Claro, [eu quero] *ter uma mulher bonita, uns filhos bonitos também*” (Af, 12 anos); “...*eu quero ter uma mulher, aí vou ter um tempo para ficar com ela, aí eu pego e faço uns filhos*” (Em, 16 anos). Para a grande maioria dos adolescentes (76,9%, Figura 6), é explícito o desejo de constituir uma família dentro dos modelos convencionais, com esposa e filhos. Isto mostra que, independente de suas histórias familiares, o desejo de se ter uma família nuclear permanece presente, indicando a importância desta instituição para os adolescentes. Entretanto, é interessante analisar a possibilidade observada de se ter filhos sem ter esposa/companheira. Um dos adolescentes aponta seu desejo com relação aos filhos, sem desejar efetivamente a companhia conjugal: “*Ah, para ter família? Nem sei. ...ter filho o cara vai ter, mas não sei se o cara vai casar. Eu não sei se eu vou casar.*” (Jr, 15 anos). Quando perguntado explicitamente sobre o seu desejo de morar junto com outra pessoa, o adolescente Jr responde: “*Não, é que a gente é acostumado a morar com um monte de gente e ter várias parcerias. Daí o cara tem costume, daí quando é o futuro do cara é o futuro, né?! O cara nem sabe o que vai acontecer. Mas por enquanto assim, [quero] só curtir com a gurizada.*” É possível observar o quão incerta é a presença de uma companheira fixa em suas expectativas sobre o futuro familiar. Entretanto, quando perguntado sobre a possibilidade de ter filhos, a segurança sobre a resposta é explícita: “*Ah, eu penso [em ter filhos], ...uns três. Eu quero tudo guri, ...tudo homem, [risos] ...para montar um time de futebol. Vou botar os três no time. Igual os meus irmãos*” (Jr, 15 anos). A interpretação de tal caso é bastante complexa, não sendo possível estabelecer afirmações conclusivas, em virtude dos poucos dados obtidos sobre o adolescente.

Na análise dos resultados sobre a filiação, um dado que chama atenção é obtida através da comparação entre os dados do presente e aqueles estimados para o futuro. Como citado anteriormente, os dados sobre a situação no presente mostraram que, em média, existem 7,4 filhos por família ( $dp = 3,6$ ). Já em relação ao futuro, os adolescentes desejaram ter, em média, apenas 2,3 filhos por família ( $dp = 0,67$ ). Observa-se uma redução de mais de três vezes no número médio de filhos, havendo também uma redução de mais de cinco vezes nos respectivos desvios-padrão. Isto indica que o conjunto de adversidades vivenciadas pelos adolescentes em suas famílias, de alguma maneira, aponta para a necessidade de se refletir mais profundamente sobre o planejamento familiar e as relações entre irmãos. Segundo Bolsoni (2001), a presença de irmãos, apesar de oferecer alguns riscos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, pode favorecer a competência social, aumentando a resiliência e diminuindo os fatores de vulnerabilidade. Outra hipótese possível para justificar tal mudança nos planos futuros sobre a família é entendê-la como sendo resultado das campanhas de conscientização sobre o planejamento familiar. Entende-se que as mensagens destas campanhas estão alcançando e, de alguma maneira, sendo absorvidas pelos adolescentes. Esta percepção está frequentemente presente na fala dos adolescentes, como se observa a seguir: “[Quero ter] *só um casal. Uma guria e um guri, só. ...porque muitos [filhos] fica ruim. Ah, também por causa de briga... essas coisas assim. Porque entre muitos irmãos dá muita briga.*” (Je, 15 anos); “[Eu quero] *dois filhos só. Não sei se depois eu vou conseguir sustentar. Primeiro eu vou conseguir um, se eu conseguir trabalhar eu vou conseguir outro filho.* (Mx, 12 anos). A diferença numérica expressa entre as médias de filhos no presente e no futuro, bem como o conteúdo expresso nessas falas, representa uma importante mudança na concepção de modelo familiar dos adolescentes em situação de rua. A simples intenção de constituir uma família numericamente menor, de ter, como pré-requisito, condições socioeconômicas mínimas de oferecer maior conforto e segurança aos seus filhos, implica uma mudança extremamente importante para o futuro desses adolescentes.

Ainda sobre o aspecto da filiação, faz-se necessário destacar o desejo expresso por um dos adolescentes de adotar um filho. O que mais chama a atenção é o fato de que o filho escolhido para ser adotado é um dos adolescentes que está na rua, dentro do mesmo grupo.

*Eu vou adotar um da rua. Eu ia adotar o Ev se eu fosse grande. ...porque o Ev apanha da mãe dele. Ele diz que ela bate. O Ev ia me ajudar como filho. Ia trabalhar eu e ele junto, mas eu vou dar dinheiro para ele também.* (Mx, 12 anos).

O adolescente Mx sente-se consternado pela situação difícil que o amigo vivia dentro de casa, ao ser vítima de violência doméstica praticada pela mãe. Mesmo com a intenção anteriormente demonstrada de não ter muitos filhos para poder dar boas condições a todos eles, Mx apresenta o intuito de ajudá-lo, no caso, através da adoção. É possível compreender uma transferência de papéis da família para os amigos da rua, uma vez que são estes que passam a se sentir responsáveis pelo bem-estar dos colegas. Em geral, a preocupação com o bem-estar dos amigos é compartilhada entre todos os membros do grupo, sendo explicitada das mais diversas formas. Analisando este caso específico, no final do período de coleta de dados, o adolescente Ev juntamente com outro que havia também saído de casa, foram aceitos pela mãe de um terceiro adolescente do grupo e agregados à nova família. Apesar da difícil situação financeira vivenciada por esta família, foi possível acolher dois novos membros que estavam, literalmente, morando nas ruas. Como se vê, não falta teto aos adolescentes em situação de rua, mas o afeto das relações familiares.

O caso da adoção de Ev remete para um assunto de grande importância no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua, que é a formação da *rede de apoio social*. Este constructo pode ser compreendido como sendo o conjunto interligado de recursos pessoais, profissionais e institucionais que venham a oferecer algum tipo de apoio aos adolescentes em situação de risco (Neiva-Silva & Koller, 2002a). A partir do conteúdo integral das entrevistas, buscou-se reconhecer os principais integrantes da rede de apoio social dos adolescentes participantes da pesquisa, tendo como foco central a identificação dos recursos buscados pelos adolescentes nos momentos relatados como de maior dificuldade ou necessidade. A Figura 8 apresenta os principais integrantes efetivos da rede de apoio social relatados pelos adolescentes em situação de rua. O termo *integrante efetivo* foi denominado *a priori* como sendo o recurso realmente utilizado na prática do dia-a-dia pelo adolescente na situação de necessidade. A partir deste entendimento, dentro da análise realizada, não basta determinado recurso estar disponível dentro da rede de apoio social e não ser utilizado pelo adolescente no devido momento.

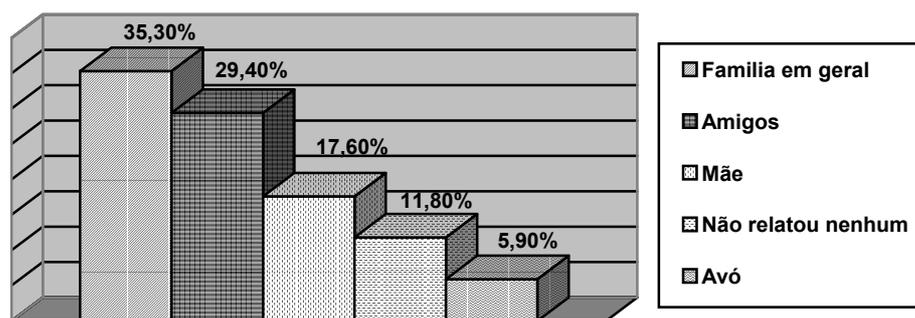


Figura 8: Principais integrantes efetivos da rede de apoio social relatados pelos adolescentes em situação de rua (% do total de respostas,  $n = 17$ )

O primeiro dado que se destaca é a categoria Família em Geral tendo alcançado o primeiro lugar (35,3%, Figura 8) como o recurso mais freqüentemente utilizado dentro da rede de apoio social dos adolescentes. Esta informação torna-se mais expressiva se forem computadas todas as categorias envolvendo a família – Mãe, Avó e Família em geral –, alcançando 58,8% das respostas. Estes resultados corroboram aqueles discutidos anteriormente sobre o quão importante vem sendo a dimensão familiar no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. O mesmo pode-se afirmar sobre a categoria Amigos, apresentando uma freqüência de 29,4% das respostas fornecidas. Este dado vem ao encontro do relato anteriormente apresentado sobre a importância de se considerar a rede de amizades estabelecidas no contexto da rua para a realização de qualquer intervenção envolvendo a referida população.

Analisando a efetiva utilização dos recursos disponíveis dentro da rede de apoio social, um dos fatores que mais surpreende é ausência de citação de qualquer outra instituição que não a familiar. As demais instituições – escolas, hospitais, casas de abrigo, albergues noturnos e Conselhos Tutelares, dentre outras – não foram referidas, como recursos, pelos adolescentes em seus momentos de maior necessidade. Isto pode ser observado, por exemplo, na fala de Ev (12 anos), ao descrever a sua trajetória quando abandonou o lar:

*Acho que eu fiquei um mês dormindo na rua. Nós íamos para o laguinho do shopping, ...aí nós dormíamos em cima de uma parada [de ônibus] lá. Nós subíamos de noite. A gente olhava para os lados para ver se não tinha ninguém e daí nós pulávamos. Tinha até cobertor. A Df [amiga] levou cobertor para lá. Ela não dormia [na rua] mas ela levou para nós. ...Quando estava chovendo, nós íamos para outro lugar. Nós íamos lá para o depósito do shopping. Os guardinhas deixavam nós ficarmos lá. Só não dava para ficar de bagunça.*

Observa-se que em um dos momentos de maior fragilidade em sua vida, o adolescente não buscou apoio nas instituições que, em princípio, poderiam oferecer-lhe o auxílio necessário. Neste caso específico, foram os amigos, os principais e efetivos integrantes da sua rede de apoio social, que levaram roupas e cobertores para Ev (12 anos) e o outro amigo que também havia saído de casa. Até nas situações extremas em que chovia, impossibilitando a permanência sobre a parada de ônibus, não houve a procura por um albergue noturno ou outra instituição do gênero. Os garotos foram encontrar acolhimento no depósito do *shopping*, perto de onde eles estavam.

Outro exemplo, que pode ser usado para exemplificar a ausência da busca das instituições como efetivos integrantes da rede de apoio social, ocorreu com o adolescente Je (15 anos). Ele estava junto com o restante do grupo, na vila onde mora, usando drogas. Este adolescente, em específico, fazia uso de produtos inalantes colocados na própria roupa e também fumava cigarros de maconha. Em determinado momento, o fósforo usado para reacender o cigarro caiu sobre a sua roupa, ateando-lhe fogo na região do tórax e abdômen. Após o fogo ter sido apagado, os próprios garotos e familiares preferiram cuidar das queimaduras do adolescente, evitando o hospital e afirmando que tal instituição criaria muitos problemas ao atender um adolescente sob efeito de drogas. Em outra ocasião, em uma das incursões dos pesquisadores no campo, um dos adolescentes foi atropelado junto ao local onde ocorria a coleta de dados. Apesar das escoriações e das dores pelo corpo, o adolescente demonstrava não possuir nenhuma lesão que colocasse em risco sua vida. Diante da imposição do motorista do veículo e da autoridade policial que se fez presente para que o adolescente fosse levado ao hospital, este preferiu evadir-se do local, evitando a ida à instituição de saúde. Segundo explicou aos pesquisadores, em um momento posterior, mesmo com todas as dores, o adolescente preferiu a fuga pois, ao chegar no hospital, seria também acionado o Conselho Tutelar, e este só traria problemas, fazendo perguntas e depois obrigando a presença dos familiares para a sua liberação. Como é possível observar, tais instituições, em vez de serem percebidas como fatores de proteção, em muitos momentos são descritas como fontes de obstáculos na resolução dos problemas.

Faz-se necessário ressaltar que momentos de necessidade, como relatado sobre o atropelamento, surgiram várias vezes, em todas as entrevistas, durante a investigação dos demais temas-alvo da pesquisa. Por um lado, poder-se-ia afirmar que nesta análise da efetividade da rede de apoio social dos adolescentes existe uma certa deficiência metodológica, na medida em que não houve na entrevista semi-estruturada (Anexo A) uma pergunta específica que buscava investigar estas situações de maior dificuldade. Por outro

lado, tal análise pode ser interpretada como sendo extremamente fidedigna pois privilegiou a fala espontânea dos adolescentes, tomando as situações-problema que os próprios jovens trouxeram, sem haver o freqüente viés metodológico da indução por parte do pesquisador.

A análise da efetividade da rede de apoio social dos adolescentes em situação de rua apresenta-se como de grande importância para o entendimento do contexto psicossocial no qual está inserida esta população. Neste sentido, é fundamental identificar o quão intenso e freqüente tem sido o uso dos recursos familiares no presente destes adolescentes. A partir desta constatação, pode-se inferir, com certa margem de segurança, que existe uma grande tendência do fator familiar continuar a ser importante para estes adolescentes, segundo descrito explicitamente através de suas expectativas futuras.

Enfim, de uma maneira geral, pode-se dizer que os adolescentes em situação de rua desenvolvem expectativas futuras bastante complexas sobre a família. Em alguns casos, tal nível de detalhamento e elaboração destes planejamentos chegou a surpreender os pesquisadores, levando-se em conta a fase de desenvolvimento em que se encontra a maioria dos participantes da pesquisa.

A partir destes resultados e considerando a pessoa em toda a sua complexidade, é necessário analisar outros aspectos do desenvolvimento humano. A adequada vinculação dos adolescentes com a família implica uma boa vinculação destes com a Escola? Existe alguma relação entre a elaboração de expectativas futuras no campo profissional e o campo educacional? Tais questões serão analisadas no tópico a seguir.

### **3.3 Educação**

A identificação e análise do aspecto educacional de adolescentes em situação de rua, tomando-se a dimensão Tempo, no passado, presente e futuro, apresenta-se como um dos mais controversos temas a serem compreendidos. Os dados mostraram que todos os participantes estiveram vinculados, por algum tempo, a instituições públicas de ensino regular. Como citado anteriormente, os adolescentes apresentaram idade média de 13 anos e 4 meses ( $m = 13,36$   $dp = 1,34$ ), sendo que em relação à faixa escolar, cursaram ou estão cursando, em média, a terceira série do Ensino Fundamental ( $m = 3,5$   $dp = 1,61$ ). O impacto deste dado é acentuado ao se destacar o pequeno desvio padrão encontrado, a partir do qual se identifica o elevado número de adolescentes que cursou no máximo até a quinta série do Ensino Fundamental. Dentre todos os participantes, apenas um adolescente havia iniciado a sexta série. Ressalta-se ainda que estas informações podem estar superestimadas, na medida em que parte dos adolescentes estava cursando séries

conjugadas, ou seja, duas séries em um mesmo ano, na tentativa de diminuir o atraso escolar. Nesta pesquisa, para efeitos de classificação foram consideradas as séries mais altas que os adolescentes haviam atingido. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Escolares (INEPE, 2002), considerando a população brasileira, no ensino fundamental, 39% dos alunos têm idade superior à adequada para a série que cursam. No ensino médio, esse índice é de 53%. A região Sul apresenta a menor distorção do país, correspondendo a 21,6% dos estudantes do ensino fundamental estando em séries diferentes das suas respectivas idades. Segundo esta pesquisa, a distorção idade-série é apontada como um dos principais problemas da educação brasileira, como conseqüência das elevadas taxas de repetência. As avaliações mostram que o estudante em atraso escolar – freqüentando série não correspondente a sua idade – tem desempenho inferior aos alunos que estão em séries próprias à idade.

No que se refere aos adolescentes em situação de rua, outro aspecto destacado na presente pesquisa é a repetência escolar. Constatou-se que 71,4% dos adolescentes haviam reprovado pelo menos uma vez em sua história escolar. Os motivos apresentados são bastante diversos, variando desde mudança da família durante o ano letivo, grande distância da escola, até doenças ou acidentes que impediram a consecução da série. No entanto, para compreender estes dados, é preciso considerá-los de maneira integrada à situação escolar do restante da população brasileira. Segundo o INEPE (2002), de cada grupo de 100 alunos que ingressam na primeira série do Ensino Fundamental, apenas 59 conseguem terminar a oitava série desse nível de escolarização. Os outros 41 param de estudar antes mesmo da conclusão do Ensino Fundamental. Nesta pesquisa, observou-se que do total de alunos que entram no nível educacional obrigatório, apenas 40% concluem o ensino médio, levando, em média, 13,9 anos. Estes dados levam a crer que, antes de afirmar que os adolescentes em situação de rua possuem um sério problema educacional, é preciso compreender que a Educação Brasileira possui, atualmente, sérios problemas.

Ao contrário do que freqüentemente se encontra no discurso do senso-comum, o grupo de adolescentes em situação de rua se mostrou bastante heterogêneo em relação ao índice de reprovação escolar. Para exemplificar esta questão, tomar-se-ão três participantes, todos com 12 anos de idade. O primeiro, aqui identificado como Mx, está na primeira série do Ensino Fundamental, tendo repetido a mesma série várias vezes – o próprio adolescente não soube identificar quantas. Não sabe ler e escreve bem apenas o próprio nome. De acordo com o seu relato, possui vínculo com a escola – está matriculado –, ainda que sua freqüência seja baixa. Quando questionado sobre gostar ou não da escola,

respondeu: “*Gosto, mas eles não ensinam a ler. Eles só escrevem no quadro ali e tem que repetir tudo de novo. Que estudo é esse? Eles têm que pegar e botar para ler, eles não botam para ler*”. E completa: “*No meu colégio o cara passa sem saber ler. Ai eu não sei ler, eu falo que eu estou na primeira [série]. Não sei ler mesmo*”. O segundo adolescente, identificado como We, também está na primeira série, sendo que jamais repetiu uma única série. Apenas aos doze anos de idade ele foi matriculado pela primeira vez em uma escola. Apesar de não saber explicitar bem os motivos, relacionou-os de alguma forma com problemas familiares. Ele possui 14 irmãos, sendo que um deles está preso por furto. O terceiro, Ev, é o único adolescente com 12 anos que estudou até a quinta série. Sabe ler, escrever e não reprovou nenhuma série. Dentre os três, Ev é o único que não possui qualquer vinculação com a escola, pois ao sair de casa, por motivos de violência doméstica, teve que interromper os seus estudos: “*Eu parei [de estudar], porque eu saí da minha casa*”. Esta breve comparação mostra como é diverso e complexo o universo da rua. Todos estes adolescentes possuem a mesma idade e viveram experiências completamente diferentes com a instituição Escola. Para o primeiro, a repetência escolar é, sem dúvida, um marco em sua vida e um ícone do seu analfabetismo. Sua fala apresenta justificativas para que outros, mesmo sem saber ler – como ele próprio – houvessem obtido êxito. Para o segundo, a repetência inexistente, porque ele acabou de entrar no mundo da educação. Para o terceiro, em virtude do seu exemplar desempenho, o fracasso escolar é desconhecido. Como um símbolo das contradições existentes na rua, os dois primeiros adolescentes possuem vínculo com a Escola. O terceiro adolescente é o único dentre os três que a abandonou completamente. Em relação ao problema educacional vivenciado pelo primeiro adolescente (Mx), segundo dados do INEPE (2002), no ano de 2000, o analfabetismo atingiu 13,6% da população brasileira, representando um expressivo contingente de 16 milhões de pessoas. Apesar da taxa de analfabetismo ter caído 11,8 pontos percentuais na população com mais de 15 anos entre o período de 1980 e 2000, de acordo com o INEPE, “é preciso concentrar esforços em programas sociais que promovam a inclusão social de seguimentos que se encontram impedidos de participar autonomamente da vida democrática e do mercado de trabalho” (p. 19). Sem dúvida, uma parcela significativa do grupo ao qual se referiu a pesquisa citada está relacionada às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Outra característica importante a ser discutida em relação aos adolescentes aqui citados refere-se ao perfil da repetência escolar. Na pesquisa realizada pelo INEPE, observou-se que o primeiro ano de cada etapa escolar é o maior obstáculo para os alunos. Na primeira e quinta séries do Ensino Fundamental encontram-se as

maiores taxas de repetência, com 36,2% e 24,8%, respectivamente. Na presente pesquisa, isto foi observado explicitamente com o adolescente Mx (12 anos), que repetiu várias vezes a primeira série.

A partir das entrevistas, e tomando-se o conjunto de todos os participantes, observou-se que 28,57% não possui qualquer vínculo com a Escola. Desses, 75% se encontram em idade escolar obrigatória. A análise da vinculação do adolescente em situação de rua com a Escola é, também, bastante complexa. Isto ocorre, primeiramente, em virtude da difícil definição do próprio constructo “Vínculo Escolar” ou da substituição deste por outro termo mais adequado. Nesta pesquisa, adotou-se como critério mínimo para o estabelecimento de algum vínculo com a instituição educacional o fato de o adolescente estar matriculado junto à mesma. Entretanto, a partir da incursão dos pesquisadores no campo e do acompanhamento dos participantes durante vários meses, foi possível observar que muitos daqueles adolescentes formalmente matriculados não comparecem às escolas com a frequência mínima exigida pela rede regular de ensino, que corresponde a 75% de presença. Constatou-se a existência de grande variação na frequência à escola, ocorrendo alterações dependendo do período escolar e da existência ou não de comemorações, jogos ou campeonatos internos. Considerando as especificidades das diferentes regiões do país, até mesmo o clima pode favorecer ou não uma melhor adaptação da criança à rua. Na região sul, por exemplo, onde o inverno é percebido com mais rigor, tende a diminuir o número de adolescentes nas ruas, aumentando as chances dos adolescentes irem à Escola. Já no verão, sem as intempéries do tempo a impossibilitar a ida às ruas, são maiores as chances dos adolescentes deixarem de ir à Escola.

De forma semelhante ao que foi discutido sobre a Vinculação Familiar, existe um processo gradativo de distanciamento entre o adolescente e a Escola. Neste sentido, não há como classificar a criança ou o adolescente em situação de rua como estando em dois pólos extremos: ou dentro da escola ou fora dela. Esta vinculação com a instituição escolar varia também ao longo de um contínuo no qual, em um dos extremos estariam aqueles jovens plenamente inseridos em um processo educacional sistematizado e regular e no outro extremo estariam aqueles sem qualquer ligação com a Escola. Entre esses dois extremos transitam os adolescentes em dois sentidos distintos: por um lado, movimentando-se para um maior comprometimento e interligação com a estrutura educacional e, por outro, no sentido da evasão escolar. Quando perguntado sobre quantas vezes por semana ia à escola, um dos adolescentes respondeu: “*Às vezes eu não vou cinco dias seguidos! ...Às vezes eu*

*mato aula até o final do mês*” (We, 12 anos). É neste processo dinâmico de aproximação ou distanciamento da Escola que se encontra o adolescente em situação de rua.

Tentar entender a evasão escolar de maneira unicausal é tender a abordar o problema de maneira simplista, o que implica uma compreensão indevida do fenômeno. Vários foram os motivos apontados pelos adolescentes em situação de rua para que houvesse o rompimento completo do vínculo escolar. Dentre eles estão a falta de estímulo e/ou incentivo para permanecer na escola, a mudança de familiares sem a subseqüente transferência do aluno, a distância entre a escola e a residência do adolescente, as brigas ocorridas nas escolas acompanhadas de ameaças de morte, os problemas familiares com freqüentes abusos físicos e, por fim, o rompimento de laços familiares. Com certa freqüência, observam-se frases como “[Eu saí] *...por causa que eu briguei com um guri, uma guria e ...eles me expulsaram. Eu parei e não fui mais para o colégio. É que [o novo colégio] era muito longe*” (Jr, 15 anos). Outro adolescente que havia deixado sua casa fugindo da violência impetrada pela própria mãe em casa afirmou: “*Eu parei de estudar, porque eu saí da minha casa. Eu queria [voltar a estudar]. Mas se eu voltar a estudar, eu vou ter que pegar o boletim lá na minha casa e eu não posso. Se eu for pegar o boletim, minha mãe não vai mais deixar eu voltar [para a rua]*” (Ev, 13 anos). Já os adolescentes que chegaram a sair da escola e depois retornaram citaram como principais razões a influência familiar e a busca de um futuro melhor possivelmente alcançado através do estudo.

Apesar da difícil relação estabelecida no presente entre o adolescente e a Escola, em termos de perspectivas futuras, 100% dos participantes afirmaram a intenção de continuar ou retomar os estudos. Quando perguntados sobre os motivos de continuar os estudos, os adolescentes mostram o quão bem introjetado está o discurso sobre a importância da educação para um futuro melhor e sobre o papel da Escola no desenvolvimento da criança e do adolescente: “[Quero estudar] *para pegar um serviço melhor no futuro. Ela [a mãe] falou que se eu não estudar não vou ter um emprego bom.*” (Ar, 14 anos). “*Eu quero ser alguém na vida. ...Porque é bom estudar, não é bom estar nessas ruas aí.*” (Lg, 14 anos). “[Eu vou estudar] *para eu crescer, ter um serviço bom, porque sem colégio a gente não arruma serviço nenhum.*” (Je, 15 anos). “*É bom o estudo, porque depois a pessoa é alguém na vida.*” (Br, 13 anos). “*Eu tenho que ter muito estudo na minha vida, muito estudo... e tem que pensar muito também.*” [Falando sobre seu sonho de ser advogado] (Af, 12 anos). “*Se eu continuar os estudos, quanto mais eu souber, mais eu vou ganhar.*” (Em, 16 anos). Outro adolescente, falando sobre a importância do estudo

para quem deseja seguir a carreira militar, afirma *“Quanto mais estudo é melhor ainda. Que daí lá no quartel tu vai saber tudo, vai aprender um monte de coisa. Coisa que tu nem sabe eles tão ensinando. Aí, tu pode ser coronel, pode ser um monte de coisa.”* (Lp, 14 anos). Novamente é verificada a idéia de que através do próprio esforço, é possível ser alguém na vida. Como se observa, as representações sociais acerca da Educação são de que esta é de grande importância para o futuro dos adolescentes, principalmente como garantia de uma melhor colocação profissional. Entretanto, estas concepções não são traduzidas em ações focalizadas para um aproveitamento adequado da estrutura educacional disponibilizada a estes adolescentes. Há que se questionar, também, o quão adequada é a estrutura da escola regular para atender às especificidades das crianças e adolescentes em situação de rua. Talvez uma análise mais profunda deste aspecto possa vir a subsidiar uma melhor compreensão do porquê não existe esse aproveitamento adequado por parte dos jovens.

O próprio processo educacional não é compreendido pela maioria dos participantes da pesquisa. Apenas 14,28% dos adolescentes compreendem minimamente que existe o Ensino Fundamental, composto de oito séries; que posteriormente segue-se ao Ensino Médio, composto de três séries; e que por fim, chega-se ao Ensino Superior, através de uma Faculdade ou Universidade, no qual se pode escolher ser médico, advogado, psicólogo, etc. Para a grande maioria, todos estes níveis são completamente abstratos e distantes de suas realidades. O adolescente Br (13 Anos) afirma que pretende continuar estudando *“...até completar o primeiro grau ou segundo, qualquer um dos dois. Daí eu paro”*. Isto porque, na prática de quem faz da rua a sua escola, não há diferença entre primeiro, segundo ou terceiro graus. Poder-se-ia entender que, para ele, não faria diferença alcançar um ou outro nível, mas na totalidade da sua fala, fica explícita a não diferenciação entre os níveis. Outro adolescente também comenta sobre até quando pretende estudar: *“Ah, meu colégio vai até uma série que não estuda mais. Até a sexta, parece que mais. Ah, se eu estou na sexta eu já sei tudo daí”* (Mx, 12 anos). É possível observar o quanto é vaga e abstrata a noção de limite do processo educativo. A partir desta perspectiva, surgem respostas com grande conteúdo simbólico que vêm a representar as perspectivas futuras do adolescente com relação à Educação: *“[Eu vou estudar] ... até a hora que eu cansar, até a hora em que eu falar chega. Até o meu nível, até aonde eu vou poder bancar para estudar. Quando eu vir que já dá para parar, eu paro”* (Em, 16 anos). Em geral, eles não têm um entendimento do quanto será necessário para se alcançar o topo. E nesse ponto permanece

a pergunta. Se não é sabido nem o quanto há que percorrer, se não é possível vislumbrar nem o topo da montanha, por que motivo continuar subindo?

Dentro do grande conjunto de percepções acerca da Educação, uma das que mais se destaca aborda a funcionalidade da Escola. Em geral, entende-se que uma das principais funções da Escola é a transmissão e a construção do conhecimento – com ênfase no primeiro –, ao aluno ou educando dentro de um contexto que potencialize a relação ensino-aprendizagem. Esteve muito presente na fala dos adolescentes um entendimento diferenciado da função da escola, principalmente quando esta tenta se aplicar na prática do dia-a-dia. A partir dos dados da presente pesquisa, é possível compreender que, para os adolescentes em situação de rua, a Escola deixa de ser um meio de obtenção de conhecimento e passa a ser compreendida como um mero pré-requisito para a aquisição de outros benefícios, como por exemplo, poder jogar futebol dentro de um clube, poder participar de um projeto social, de um programa de capacitação em informática e até mesmo conseguir um emprego. Um dos adolescentes aponta a justificativa para voltar a estudar: “[Porque se eu estiver estudando] ...*eu vou entrar em um curso, aprender a mexer com computador, ...e ganhar 80 reais por mês [como bolsa]*” (Jr, 15 anos). É diante desta concepção que a perspectiva da Escola Aberta ganha uma valorização maior na medida em que oferece uma capacitação mais voltada para o mundo em que a criança ou adolescente em situação de rua vive: “*Lá era legal. Porque eu conhecia todos os meus amigos. Lá nós fazemos curso, nós fazemos natação, exercício. ...eu só saí porque eu tive que mudar de casa*” (LP, 14 anos). Na percepção dos adolescentes, a escola regular não tem a função de desenvolver habilidades, mas apenas de certificá-las: “*Eles só vão perguntar se eu tenho estudo, se eu tenho diploma. ... aí eu pego e mostro, tenho, ó!*” (Em, 16 anos). A escolarização passa a ser apenas uma exigência formal, como a entrega de mais um documento. Nesta perspectiva, o conhecimento útil ao desempenho de determinada tarefa será aprendido em outro contexto, na rua, na própria realização do trabalho, mas não dentro da Escola. Isto é acentuado pelo fato de que o adolescente é subestimado dentro da escola regular, gerando a sensação de fracasso do aluno, do professor e da instituição: “*... a gente não aprende nada, ...tem um monte de gente na primeira série e não aprende. É, [os alunos] não aprendem nada. Os professores são tudo burro. Não falam nada para os alunos direito. Só dão coisas fáceis para os alunos fazerem. Não, aquele colégio ali não tem futuro!*” (Jc, 12 anos). A partir de uma percepção do presente tão negativa, é possível compreender a dificuldade de elaboração de expectativas futuras acerca da educação. Por

consequência, quando estas chegam a ser formadas, terminam por refletir a situação presente, ou seja, as expectativas também tendem a ser negativas.

Neste processo de compreensão dos adolescentes em situação de rua e de suas perspectivas na área educacional, investigou-se também os fatores tidos como mais atrativos e mais repulsivos na Escola. As Figuras 9 e 10 apresentam os aspectos positivos – aqueles dos quais mais gostam – e negativos – dos quais menos gostam – atribuídos à Escola pelos adolescentes em situação de rua.

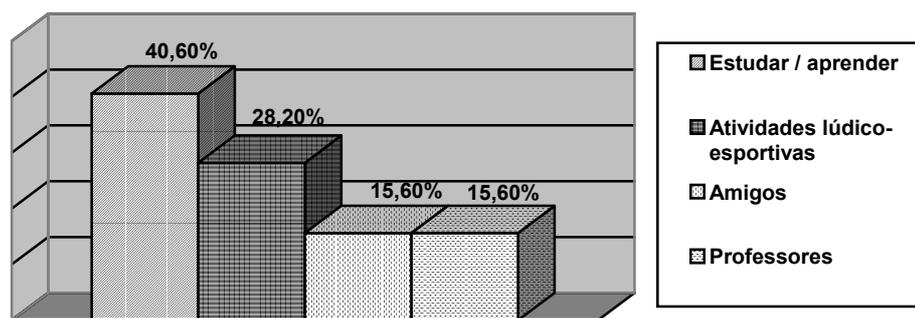


Figura 9: Aspectos positivos da Escola (% do número total de respostas,  $n = 32$ )

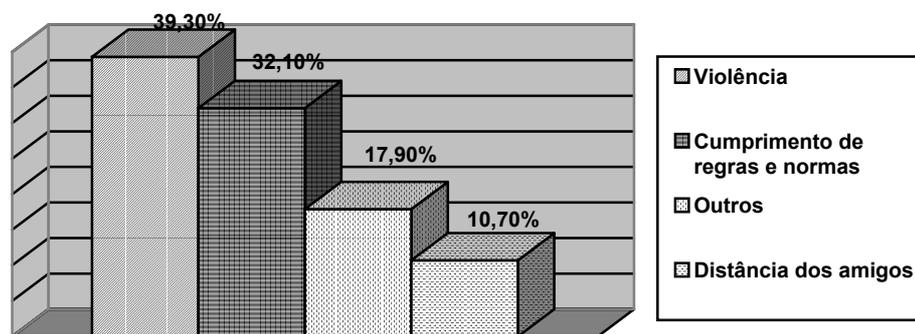


Figura 10: Aspectos negativos da Escola (% do número total de respostas,  $n = 28$ )

Em relação aos aspectos positivos, destaca-se a categoria Estudar/aprender, na qual estão inseridos conteúdos ligados tanto ao aprendizado da leitura e da escrita como também de disciplinas específicas como matemática, português e ciências. Entende-se que este dado tem um forte teor de desejabilidade social, uma vez que ao longo do discurso dos adolescentes, fica explícito que estudar não é a mais prazerosa tarefa realizada dentro da escola. “Muito, eu não gosto muito da aula! Às vezes, quando eu vou, fico louco pra brincar com os meus amigos e não dá.” (We, 12 anos). Novamente, é possível observar o quanto é bem reproduzido o discurso de que a Escola é importante para a vida e que estudar é bom para a criança ou o adolescente. “Eu gosto, eu sempre gostei [de estudar

matemática]. *Pergunta para a minha professora, eu sempre tiro cem. Acaba o recreio, eu vou direto para a sala. Eu nunca tive preguiça para estudar*” (Ed, 14 anos). Entretanto, algo que parece realmente atrair o interesse dos adolescentes é a aquisição da leitura. Talvez pelo fato de serem mais velhos e de que estas habilidades sejam extremamente úteis no dia-a-dia, os adolescentes relatam ser importante o aprendizado das mesmas. O adolescente Ev (12 anos) fala sobre a importância da leitura no processo de ida para as ruas:

*“Primeiro eu comecei só perto da minha casa. Depois que eu aprendi a ler, eu aprendi a ir para os lugares. Eu ia a pé, depois de ônibus. ...daí eu comecei a ir para o shopping, para a faculdade, ...e em muitos lugares que nós íamos caminhando, nós encontrávamos os lugares.”*

Apesar de freqüente o discurso sobre a importância da leitura e da educação, durante a fase de coleta de dados, observou-se que, à medida em que vai se desenvolvendo a entrevista, o discurso socialmente aceito cede espaço às reais percepções do adolescente. Identifica-se assim a categoria Atividades Lúdico-Esportivas como sendo extremamente atrativa. Os dados mostram que 57,1% dos adolescentes citaram essas atividades como estando dentre as que mais gostam na escola (Figura 9). Apesar dessa preferência, os adolescentes relatam a baixa freqüência com que são realizadas atividades dessa natureza dentro da escola regular.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a categoria Amigos (Figura 9) correspondeu apenas a 15,6% do total das respostas fornecidas – a mesma porcentagem da categoria Professor –, ocupando apenas o terceiro lugar como categoria mais citada. Entende-se que, diferentemente dos adolescentes de outros níveis socioeconômicos, para o adolescente em situação de rua o principal círculo de amizades não se encontra dentro da Escola, mas no contexto da rua. Esse dado é corroborado pelo resultado encontrado nos fatores negativos da Escola (Figura 10). Dentre os quatro principais problemas está a distância dos amigos, citado em 10,7% do total de respostas.

No que se refere aos aspectos negativos (Figura 10), os relatos dos adolescentes transmitem a idéia de que é significativamente grande o número de inimizades construídas dentro da Escola. Observou-se que a categoria mais citada dentre os aspectos negativos foi a Violência, com 39,3%. Fazendo uma sub-análise desta categoria, observa-se que 72,7% das respostas referem-se à violência entre pares ocorrida dentro da Escola. Na maior parte das vezes, estas ocorrem em brigas com outros alunos ou entre pequenos grupos rivais nas cercanias da mesma.

*“Eu briguei lá com vários gurus. Uma vez nós ficamos até em guerra com os gurus dali de baixo. A gente não podia descer para o colégio, mas eles também não podiam subir para buscar os irmãos dele na creche, daí se eles subissem a gente pegava eles. E nós pegamos eles uma vez, e eles pegaram um de nós”.* (Jr, 15 anos)

A outra sub-categoria de Violência refere-se àquela praticada por autoridades, em geral funcionários ou autoridades policiais dentro das escolas, alcançando 27,3% de todas as respostas atribuídas à Violência.

*“O que eu não acho muito bom é que os guardinhas ficam dando [batendo] nas pessoas lá. Uma vez o meu amigo foi levar um negócio, daí, sem querer o guri tava dando nele, daí o guardinha foi dando no meu colega. Daí eu não deixei, eu dei no guardinha também. Eu não gosto que dêem nos meus amigos”.* (Ed, 14 anos)

A segunda categoria mais citada dentre os aspectos negativos (Figura 10) refere-se ao Cumprimento de Normas e Regras, com 32,1% do total de respostas. Aqui se insere a figura controversa do professor. Por um lado, este profissional é visto como uma pessoa amiga, companheira, que em muitos momentos oferece ajuda em recursos materiais, recompensa com algum presente ou defende o aluno em algum contexto potencialmente ameaçador, chegando, inclusive, a obter 15,6% das respostas sobre os pontos positivos da Escola. Por outro, o professor precisa investir-se da autoridade que o compete e desempenhar a função de normalizador, impondo limites e fazendo cumprir as regras. O adolescente Jr (15 anos) fala sobre os acontecimentos após uma briga na escola: *“É que eu não sei se eles me expulsaram. ...no meio dessa história, eu não quis mais ir para o colégio. Senão eu ia acabar batendo nas professoras”.* Existem momentos em que o professor é visto como uma pessoa admirada, tomada como referência por alguns, inclusive como perspectiva futura na área profissional. Já em outros momentos, representando a ordem, a norma, o limite, o professor termina por ser o depositário de todas as insatisfações do adolescente no campo da educação.

Analisando ainda os aspectos percebidos como negativos na Escola, a categoria Outros obteve 17,9% das respostas. Dentre uma série de características, esta categoria engloba principalmente a falta de interesse/compromisso de professores para com a Educação e o não-gostar de disciplinas específicas como, por exemplo, matemática ou português. Engloba ainda a falta de recursos materiais e de infra-estrutura da Escola, principalmente aqueles ligados à área esportiva, como quadras poli-esportivas.

A partir do exposto, compreende-se que é de grande importância a análise da percepção dos adolescentes sobre a Escola no presente, para que se possa obter uma

melhor compreensão de suas perspectivas futuras no campo educacional. Como foi possível observar, existem muitas contradições na relação entre o mundo da rua e a escolarização regular. Está sob o foco uma fase do desenvolvimento infanto-juvenil em que qualquer indivíduo, independente do seu nível socioeconômico ou do contexto no qual se desenvolve – na rua ou na sociedade em geral – estaria sem um grande comprometimento com a educação. De maneira geral, o principal atrativo seria o próprio círculo de amizade constituído dentro da instituição de ensino, e a possibilidade de namoro. Para os adolescentes em situação de rua, como apontado anteriormente, o principal grupo de amigos encontra-se fora das escolas. Longe das ruas, em geral, os jovens com desenvolvimento típico possuem uma família que cobra, exige e acompanha o seu desempenho dentro da Escola. Já para aqueles que fazem da rua a sua escola, geralmente a família está mais distante e o sonho de se obter um diploma talvez seja menos importante que o de assegurar uma renda mínima na vida adulta. Como então manter o adolescente em situação de rua dentro da Escola, sem ter uma família que o obrigue e nem algo dentro da Escola que seja forte o suficiente para atraí-lo e mantê-lo continuamente estudando?

A percepção dos adolescentes em situação de rua sobre a Escola, seja no presente ou no futuro, reflete a própria incongruência das representações sociais atribuídas a esta instituição pela sociedade em geral. Segundo dados do INEP (2002), apenas 6,1% da população brasileira com idade entre 25 e 64 anos possui nível superior completo. Este é um importante indicativo do quanto a Educação brasileira precisa ser melhorada nos diferentes segmentos sociais. A mensagem de que a Escola é o instrumento para se conseguir grande parte das aspirações ao longo da vida foi introjetada também pela população de rua. Entretanto, a prática dessas concepções não acontece exatamente desta maneira. Mesmo para os adolescentes de níveis socioeconômicos mais elevados, a passagem pela escola é obrigatória, mas não garante o êxito no futuro. Na pesquisa realizada pelo UNICEF (2002) com adolescentes brasileiros de diferentes níveis socioeconômicos, observou-se que 76% acham a escola importante para a sua vida e futuro profissional. Contudo, 57% afirmaram que as aulas não ajudam a compreender melhor a sociedade em que vivem. Hoje, o Ensino Médio é imprescindível para qualquer pessoa que busque uma vaga no mercado de trabalho, até mesmo para cargos que o prescindem. É necessário, mas não é suficiente para garantir esta vaga no mercado. Centenas de milhares de jovens saem das universidades com os mais diversos títulos e, apesar do diploma ser necessário, não tem sido o bastante para a entrada no mercado de trabalho. Contudo, para a

maioria da população, a ausência do estudo sistematizado implica a não obtenção de trabalho. Já as crianças e adolescentes em situação de rua vêm, desde muito cedo, desenvolvendo habilidades para superar as limitações impostas pelo meio, seja através do trabalho informal, da lavagem de carros, da venda de alimentos e vestimentas, do malabarismo ou, até mesmo, do comércio de drogas. Em relação à Escola, a contradição existente entre o discurso e a prática dos adolescentes apenas explicita as contradições da realidade. O questionamento do adolescente Af (12 anos) resume o dilema vivenciado pelos adolescentes em situação de rua: “*Para que estudar, se tudo que eu quero fazer não precisa de estudo?*”. Para aqueles que fazem da rua a sua escola, não é necessário entrar em uma instituição educacional para obter conhecimentos que não serão utilizados na vida real. Se depois de tantos anos de dedicação à Escola, ela não assegura certezas quanto ao futuro, por que motivo esses adolescentes investiriam tanto em troca de tão pouco? Enfim, para os adolescentes em situação de rua, a escolarização é referida como um processo extremamente importante, mas é um caminho muito longo a ser trilhado para se alcançar apenas as mesmas incertezas já obtidas no presente.

### **3.4 Moradia**

Os dados referentes ao tema Moradia indicam uma grande heterogeneidade entre os adolescentes em situação de rua, tanto no que diz respeito ao presente, quanto ao futuro. A complexidade do universo psicossocial da rua expressa-se até mesmo na difícil identificação do local de moradia tido como referência. Dentre a ampla gama de respostas, é citada a casa da família de origem, da família extensa, de amigos, da rua ou de mais de uma dessas simultaneamente. Cem por cento dos adolescentes originam-se de regiões da periferia de Porto Alegre, regionalmente conhecidas como *vilas*. Em nível nacional, estas são denominadas favelas, caracterizadas pelo baixo nível socioeconômico dos habitantes, pouca ou nenhuma infra-estrutura local e alto índice de violência. Esta última característica é descrita pelos participantes com grande naturalidade: “*Moro lá no Cristal. Ah, lá é uma vila, normalzinha. ...era tiro direto. Todos os dias tinha tiroteio. Eles [os traficantes] estavam contra os de lá do Morro Santa Teresa.*” (Af, 12 anos). É comum entre os moradores das vilas a convivência com o tráfico de drogas, comércio que estrutura um tipo específico de relação entre os habitantes do local. Em algumas, existe um único ou principal traficante que termina por exercer grande poder junto à comunidade. Este poder, em muitos casos, é expresso através da imposição de determinada ordem, seguida pelo cumprimento irrestrito da mesma por parte dos moradores. Em geral, não há o desrespeito

destas normas, expressas através do silêncio ou da omissão de informações sobre todos os acontecimentos relativos ao comércio. Nas vilas que possuem mais de um grande grupo de tráfico, é freqüente haver a disputa pelo comércio da região, realizada, muitas vezes, através de troca de tiros entre as facções. Os adolescentes relatam ter bom conhecimento de toda estrutura e dos locais de comércio, sendo que muitos adolescentes já chegaram a participar da venda e intermediação de drogas.

O comércio de drogas exerce uma significativa influência na análise e discussão sobre a moradia dos adolescentes em situação de rua. É freqüente o relato da existência de residências extremamente simples, feitas de madeira ou telhas usadas, mas que possuem eletrodomésticos caros, supérfluos, como videocassete, aparelhos de som e televisão. Estes aparelhos, segundo o relato de vários adolescentes, eram obtidos como forma de pagamento pela venda das drogas.

Outra forte influência do comércio de drogas sobre a estrutura residencial dentro das vilas é refletida na diferença existente entre as várias casas. Em relação à vila, foram descritas residências grandes, construídas de alvenaria, divididas entre vários cômodos e bem mobiliadas. Existem ainda casas mais simples, mas que se diferenciam significativamente daqueles tidas pelo senso comum como pertencente a uma favela: “...minha casa é assim, oh, a minha mãe é mãe-de-santo. Ela tem uma peça [cômodo] de material [de alvenaria], ...ali tem um banheiro e um salão [usado nos cultos religiosos].” (Em, 16 anos). Ainda dentro do mesmo terreno, em contraste com a primeira parte da casa, o adolescente continua descrevendo sua residência: “Aí atrás tem quatro peças, só que é antigo, aí a casa está meio que torta. ...a casa está caindo. ...tem três quartos, ...e cada um tem a sua cama.” No quarto deste adolescente, existem três camas e, segundo ele, já dormiram até 12 pessoas em uma mesma noite, entre irmãos, amigas e amigos da rua abrigados em sua casa.

Expressando ainda o contraste existente entre as casas das vilas, também foram descritas residências compostas por um ou dois cômodos, com partes construídas de madeira e com poucos móveis: “São duas peças. Não tem a sala... Tem só a cozinha e o quarto. Na cozinha ficam as coisas de comer. Antes, quando não tinha minha casa, nós morávamos tudo na minha vó” (Mx, 12 anos). Outro exemplo do quão limitadas são as condições de moradia é fornecido por We, um adolescente de 12 anos: “A minha casa é duas peças. No quarto dorme eu, duas irmãs e a minha irmã grande numa cama dela. E o meu pai e a minha mãe dormem num quarto sozinhos. O banheiro ...fica na rua.” O adolescente explica ainda que a cozinha e a área de serviço ficam também do lado de fora:

“Ela lava roupa assim, um pouquinho para dentro. Às vezes, ela lava a louça na rua. Lá é um pátio grande. O meu pai vai fazer outra peça.” Com grande frequência, é relatado o fato de algum dos irmãos irem dormir na casa de avós, tios ou irmãs que já são casadas. Apesar da simplicidade do local de moradia, não foi observada nenhuma queixa por parte dos adolescentes de suas respectivas casas.

Em termos de futuro, como citado na introdução deste trabalho, parte da literatura afirma que os adolescentes em situação de rua não alimentavam expectativas futuras principalmente pelo fato de que estavam muito presos às limitações da condição presente. Os dados desta pesquisa apontam para o sentido contrário. Mesmo estando vivenciando situações de grande carência material no quesito moradia, todos os adolescentes em situação de rua apresentaram projetos futuros em relação ao local onde gostariam de morar, buscando, em todos os casos, uma melhoria das condições de vida. Dentre os participantes da pesquisa, 85,7% desejam morar em uma região diferente da qual vivem atualmente. Os outros adolescentes escolheram continuar vivendo nas mesmas áreas onde moram atualmente, em virtude da oportunidade de permanecer junto às suas famílias, ainda que em casas melhores, maiores e mais confortáveis. Todos os outros adolescentes buscaram bairros diferentes, com melhor infra-estrutura, mais bem localizados e mais valorizados socialmente.

Diversas representações estiveram associadas à moradia desejada para o futuro. Dentre elas, a mais frequente (41,1% – respostas múltiplas) foi a possibilidade de estar morando com a família e/ou amigos. Este dado confirma a informação anteriormente apresentada sobre a importância que a família vem exercendo junto ao desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. A segunda categoria mais frequentemente citada foi a de morar dentro das grandes cidades em um local mais aconchegante e luxuoso (23,5%). O adolescente Je (15 anos) fala sobre o apartamento que gostaria de morar: “É, ...bem alto. Eu quero morar lá em cima, no último [andar do prédio].” E complementa: “É porque eu gosto de ficar olhando ...a rua. De vez em quando, não tem nada pra fazer em casa, aí eu fico sentado olhando pra rua. Olhando o movimento dos carros, das pessoas.” Descrições semelhantes são encontradas em outras falas: “[Eu queria morar] em São Paulo, ...ter uma casa grande. Lá é bom, é claro, eu morava num apartamento [com a avó]. Tinha uma baita de uma ponte, uns apartamentos... Tudo grande.” (Ed, 14 anos). Em sua fala encontra-se novamente a referência aos amigos: “[Eu queria que morasse comigo] todo mundo daqui...daí eu dava uma peça [cômodo] para cada um. Cada lugar eu dava pra cada um”. Em outra categoria, presente em 11,8% das respostas, foi feita referência ainda a

morar em um lugar maior, mais luxuoso e/ou confortável, estando contudo fora do contexto das grandes cidades como, por exemplo, nas praias ou fazendas. O adolescente Mx (12 anos) fala sobre a casa que quer ter em sua fazenda: *“Quero ter uma do tamanho do Mc Donald’s. O celeiro ia ser do mesmo tamanho. [Ia ter] ...umas oito peças. Quarto, cozinha, sala, banheiro, o da empregada, ...o quarto dos pistoleiros, que são os guardas.”* E tocando na questão da família complementa *“...ia ter o meu [quarto] e da minha mulher – se eu tiver uma mulher – e também o quarto dos meus filhos”*. Já o adolescente Af (12 anos) descreve sua residência em um contexto de grande tranquilidade: *“Imaginava minha casa assim, eu morando na beira da praia. Só para curtir o mar e tomar um chimarrãozinho de manhã. Ia ter aquelas telhas de barro, de material. Queria ter a sala, meu escritório ...e também a sala de livros”*. Como é possível observar, muitos dos projetos futuros dos adolescentes em situação de rua assemelham-se em muito aos de qualquer outro adolescente ou adulto, independente de nível socioeconômico e das condições de vida.

Ainda dentro da análise das representações associadas à mudança do local de moradia, uma das categorias mais qualitativamente expressivas, ainda que quantitativamente pouco freqüentes (11,8% das respostas) se refere ao desejo explícito de não mais morar dentro da vila. A principal justificativa apresentada pelos adolescentes é a busca de um maior distanciamento da violência existente em suas residências atuais: *“Quando eu crescer eu vou morar em um bairro. Na vila é xarope. Onde eu morava não dava para ficar até tarde na rua. Porque começava a dar tiroteio na rua, daí a gente tinha que entrar dentro de casa.”* (Ev, 13 anos). Além da violência, é possível identificar na fala do adolescente um outro conteúdo, fruto da própria discriminação da qual é alvo. São as representações sociais acerca do chamado *bairro*. Para estes garotos, o termo *bairro* se opõe à idéia de vila, favela, mostrando que há uma ampla diferença entre ambos. O primeiro é um contexto onde existem belos casarões e luxuosos edifícios, aconchegantes e principalmente seguros. No bairro, o morador é valorizado, reconhecido socialmente, podendo usufruir uma série de direitos que só um verdadeiro cidadão pode obter. Já a vila, uma região administrativa não existente nem nos mapas da cidade, reflete apenas a pouca importância recebida, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, lugar onde os habitantes tendem a não exercerem seus direitos como cidadãos. Para os adolescentes, no *bairro* não existe a violência tal qual ocorre nas favelas. Ao longo da entrevista, os adolescentes afirmam que nos bairros não saem tiroteios todos os dias e, portanto, não é tão perigoso ficar até tarde nas ruas. Segundo eles, no bairro existe infra-estrutura, policiamento, lugares

para brincar, as ruas são bonitas, as casas grandes e confortáveis. Esta percepção foi também identificada na análise dos dados obtidos através do método autofotográfico.

Apesar de ser representativo o número de adolescentes que idealizaram uma residência que ostentasse um certo *status*, quando perguntados especificamente sobre como gostariam que fossem suas casas, 50% dos adolescentes afirmaram preferir residências mais simples e humildes. O adolescente Ev (13 anos) descreve a sua casa sonhada: “*Eu queria uma casa que não precisa ser muito bonita, mas que não fosse muito feia também. Uma casa simples.*” E complementa: “*Minha casa não vai ser nem muito grande, nem muito pequena, mas que caiba minha família. Ia ter tudo o que uma casa humilde pode ter. [Ia ter] fogão, televisão, vídeo, estas coisas*”. Outro adolescente, de maneira semelhante fala sobre a casa que pretende ter: “[quando for grande] *eu não imagino coisa grande assim, uma casa normal, dando pra morar é o que tem*” (Ar, 14 anos).

Faz-se necessário destacar que alguns adolescentes fizeram referência à presença de bibliotecas ou escritórios em suas casas no futuro. Estes cômodos, símbolos do *status* adquirido através de uma boa escolarização e/ou de uma boa colocação profissional, também são internalizados por estes adolescentes, mesmo sem nunca terem vivido em casas que continham estes cômodos: “*Queria ter a sala, meu escritório, ...sala de livros. Claro, quando eu precisar de um livro, eu tenho sempre ali. Prá estudar, nunca perder o estudo.*” (Af, 12 anos); “*Vou querer ter um apartamento grande, com a cozinha, a sala, vou ter meu escritório para botar os livros, botar as coisas, vou ter meus quartos, e o quarto dos meus filhos.*” (Em, 16 anos). Como citado anteriormente, a imagem da Educação permanece presente nas expectativas futuras do adolescente em situação de rua. Lamentavelmente, na maioria das vezes estas imagens não se referem à relação ensino-aprendizagem, ou à aplicação do conhecimento adquirido na escola na prática do dia-a-dia. Até mesmo nas representações de suas residências, a Educação aparece apenas como um ícone, um símbolo do *status* social atribuído àqueles que possuem um escritório ou uma biblioteca repleta de livros.

Para muitos adolescentes, pequenos bens materiais terminam por representar grandes conquistas. Até mesmo o sonho de se ter uma cama exclusiva para que o adolescente possa dormir sozinho indica uma situação socioeconômica bastante limitada no presente. Isto é observado, por exemplo, na fala de Br (13 anos) que afirma “*Ah, [eu queria ter] uma casa de tijolo, com chuveirinho, tudo certo!*”, ou ainda na de We (12 anos), ao fazer referência à sua casa idealizada para o futuro:

*O quarto ia ser pra mim, para as minhas irmãs, mas eu ia dormir numa cama sozinho e elas numa cama sozinha. [O outro quarto] ...é do meu pai e da minha mãe. [Na casa] ia ter mesa, geladeira. Falta só uma mesa e um enfeite pra colocar na mesa assim, ...da cozinha e da sala. [Ia ter] ...o fogão, a geladeira e cafeteira pra fazer café. [Ia ter] ...um monte de coisa legal pra colocar. [A casa] eu ia pintar de branco. [Ia ter] ... uns quadros assim de nós. O quadro que a gente quando era pequeno, daí eu ia pedir pra colocar. Eu, na minha [foto]. A minha irmã, na dela. A outra irmã, na dela. E o meu pai e a minha mãe juntos. Todo mundo aqui em casa.*

Como se observa, ter uma mesa com um enfeite sobre ela ou ter chuveiro em casa passa a ser um sonho de consumo. Um desejo de grande importância para o desenvolvimento destes adolescentes, principalmente pelo fato de haver uma maior possibilidade de ser de fato alcançado. Mais uma vez, identifica-se na fala dos participantes o quão presente está a imagem da família em suas expectativas de futuro. Neste caso específico, a família de origem – pai, mãe e irmãs – são as que marcam a sua trajetória. A tendência é que estes papéis sejam gradualmente ampliados, somando-se aos de esposa, filhos e netos. Destaca-se novamente a união do constructo *família* com *casa*, construindo o que se pode denominar de *lar*.

Ainda fazendo referência ao futuro, um dos grandes sonhos dos adolescentes em situação de rua, identificado tanto através das entrevistas como também através do método autofotográfico – a ser explicitado posteriormente –, se refere à aquisição da casa própria. Este conteúdo é expresso, por exemplo, nos comentários do adolescente Em (16 anos):

*Sim! Quero comprar, ter o meu [apartamento]. Morar de aluguel é uma praga, só gasta. Se eu for comprar um apartamento, vai ser do meu gosto. ...pelo menos eu tenho, não vai ser de aluguel. Porque, por exemplo, eu vou alugar um apartamento hoje, aí quando vê começa a cair [os rendimentos], ...aí quando vê você não tira [dinheiro] para a luz, não tira para o aluguel, aí quando vê, tomam o aluguel e tiram você para a rua, aí você fica sem eira nem beira. Pelo menos se você cai [perde o emprego], pelo menos a casa você tem, seu fogão, a geladeira, a cama. Aí você já vai sem se preocupar em pagar o aluguel.*

O risco da perda da casa e da possibilidade de ficar sem ter onde morar está claramente expresso nesta fala. Apesar de estar em situação de rua, existe uma

preocupação com o planejamento futuro. É possível observar que, neste aspecto específico, as expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua são semelhantes às expectativas da maioria da população brasileira. Este dado se coloca em oposição à afirmativa de que tal população não possui expectativas futuras, ou que quando estas existem se referem a um tempo muito próximo. Os adolescentes não apenas as desenvolvem como também as inserem dentro de um contexto muito mais complexo, de análise de contingências diferenciadas em que seria mais prudente esta ou aquela decisão. A experiência com o pagamento de aluguéis por parte de suas famílias, ou as diversas mudanças de locais de moradia vivenciadas no presente e no passado geram, também nesta população, as mesmas expectativas das pessoas de outros níveis socioeconômicos.

Nas pesquisas em geral, o local de moradia é tomado apenas como um dado sócio-demográfico a ser considerado nas estatísticas de nível socioeconômico. Nesta pesquisa, buscou-se fazer com que a moradia passasse a ocupar uma parte importante na análise do universo psicossocial do adolescente que se desenvolve no contexto de rua. É através da moradia que se evidencia, com maior intensidade, os diferentes níveis socioeconômicos. Na tentativa de se deixar de pagar aluguel ou, até mesmo, na impossibilidade de pagá-lo, as famílias economicamente carentes tendem a buscar os espaços urbanos mais afastados dos centros das cidades, gerando, concreta e visivelmente, no sentido mais denotativo da expressão, um processo de exclusão social.

O afastamento das crianças e adolescentes em situação de rua ocorre em diferentes níveis. Seja através do maior distanciamento de suas residências do centro econômico das cidades; do baixo investimento em saneamento básico e infra-estrutura pública, seja através da entrada das crianças em Escolas também distantes, com grandes limitações de infra-estrutura, com poucos recursos pedagógicos, artístico-esportivos e áudio-visuais, seja através do baixo número de instituições voltadas para a capacitação profissional encontradas em suas próprias regiões, seja através do difícil acesso a serviços de saúde de qualidade, enfim, a partir análise da interrelação existente entre todos os micro, meso e exossistemas nos quais os adolescentes estão inseridos é que se percebe a dicotomia entre a inclusão e a exclusão social.

É nesse quadro que se inscreve a polarização composta de imagens tão distintas entre os microsistemas *vila* e *bairro*, segundo a fala dos próprios adolescentes. Nesta perspectiva, a ida para a rua – não a rua em frente à casa da vila, mas a rua do centro da cidade – é antes de tudo, uma saída possível, uma tentativa de auto-inclusão social da criança e do adolescente economicamente desfavorecido. O estar na rua configura-se como

uma contraposição ao que Foucault (1975/1991) chamou de Arte das Distribuições. De acordo com esta, existe uma distribuição funcional dos indivíduos no espaço, seguindo um princípio da localização imediata. Cada indivíduo deve estar no seu lugar, de acordo com as características específicas do indivíduo e do lugar. Seguindo este preceito, é possível estabelecer rapidamente a localização devida de cada pessoa. Estes pressupostos são utilizados na organização social do espaço, evitando conflitos entre aqueles classificados como diferentes. Assim, os iletrados são postos junto aos seus iguais, não havendo mescla com os doutores. Da mesma forma, aos economicamente desfavorecidos é reservado um espaço social específico, sem entrar em contraste com as características dos locais destinados aos mais abastados. Por esta razão, a criança e o adolescente em situação de rua passam a ser um grande problema, gerando tanto incômodo à sociedade. Por inúmeras vezes, tentou-se resolver tal problema retirando estes jovens das ruas – dos centros das cidades – e devolvendo-os aos seus respectivos lugares de origem. Em muitas dessas ocasiões, foram desconsideradas as necessidades das crianças e dos adolescentes. Não foram atendidas suas expectativas nem investigados os motivos pelos quais estas vieram a estar nas ruas. Mas, *a priori*, o problema estava resolvido. O impacto da imagem das crianças nas ruas, nos lugares indevidos, deixava de haver. Faz-se necessário compreender que o estar na rua é apenas parte de um conjunto enorme de problemas. É a consequência de inúmeras desestruturas existentes nos mais diversos sistemas dos quais os adolescentes fazem parte. Muito além do contexto da rua, existem inúmeros processos relacionais que precisam ser reavaliados e constituídos. Por esta razão, não se resolverá o *problema* da criança em situação de rua apenas retirando-a deste contexto. Em face do exposto, é de grande importância investigar as expectativas futuras dos adolescentes em situação de rua também em relação às suas moradias. Dentre as inúmeras possibilidades de intervenção, talvez um dos primeiros passos seja dar vazão ao sonho destes adolescentes de um dia morar como cidadãos plenos em seus direitos.

### **3.5 Resultados do Método Autofotográfico**

Nesta seção, são apresentados os resultados referentes à segunda etapa da pesquisa relativos ao método autofotográfico. Inicialmente são descritos os procedimentos de análise e, em seguida, apresentados os resultados e discussão obtidos a partir da integração das fotografias e da entrevista desenvolvida sobre o significado destas – segunda parte da entrevista semi-estruturada.

Em relação às fotografias produzidas, foi realizada análise de conteúdo quantitativa, tomando-se por base os procedimentos desenvolvidos em estudos anteriores que utilizaram o método autofotográfico (Amerikaner & cols., 1980; Clancy & Dollinger, 1993; Combs & Ziller, 1977; Dinklage & Ziller, 1989; Dollinger, 1996; Dollinger, 2001; Dollinger, 2002; Dollinger & Clancy, 1993; Dollinger, Cook & Robinson, 1999; Dollinger & Dollinger, 1997; Dollinger & cols., 1996; Dollinger & cols., 1993; Dollinger, Robinson & Ross, 1999; Dollinger, Ross & Preston, 2002; Henry & Solano, 1983; Monteiro & Dollinger, 1996, 1998; Okura & cols., 1985-86; Rorer & Ziller, 1982; Ziller, 1990; Ziller & Lewis, 1981; Ziller & Rorer, 1985; Ziller & Smith, 1977; Ziller & cols., 1988). De acordo com o método de análise, após uma avaliação inicial do conjunto das fotografias, foram criadas categorias de acordo com os diferentes temas identificados pelo pesquisador nas imagens ou relatados pelo participante na entrevista sobre as fotografias.

Uma das maiores dificuldades em classificar o conteúdo de uma imagem é que esta, em geral, tende a representar um amplo conjunto de significados. Nesse sentido, uma única fotografia pode abordar diferentes temas, não podendo, portanto, ser classificada em um único assunto. Seguindo a tendência apresentada por Dollinger e Clancy (1993), as categorias foram agrupadas em grandes eixos temáticos, permitindo que uma mesma imagem pudesse ser classificada de diferentes maneiras. De forma semelhante à encontrada nesse trabalho, foram identificados três grandes eixos temáticos: Pessoas, Contextos e Interesses Futuros. Considerando a característica dos participantes e os conteúdos presentes nas fotografias e relatados pelos adolescentes, foi incluído mais um eixo temático, referindo-se ao Uso de Drogas.

De uma maneira geral, dentro do eixo Pessoas, é considerada a presença ou a ausência de pessoas nas fotografias. Aprofundando este dado, foi criada a categoria Características Pessoais Primárias pela qual é revelado se quem está presente na imagem é o próprio participante da pesquisa e se ele está sozinho ou em grupo.

O fato de solicitar ao adolescente para que ele fale sobre cada uma das fotos, identificando também quem são as pessoas presentes, permitiu que fosse possível analisar as relações estabelecidas entre o participante e as demais pessoas. Assim, através de outra categoria, Características Pessoais Secundárias, é explicitada a presença de familiares e amigos. Esta dimensão das relações existentes entre as pessoas e o participante não foi descrita nos trabalhos de Ziller e Dollinger citados anteriormente, pois não era adotado, como parte do método, a solicitação de que os participantes falassem sobre cada imagem. Nessa segunda parte dos aspectos pessoais, foi também analisado se as pessoas presentes

eram crianças, adolescentes ou adultas. Além disso, ainda na análise dos aspectos pessoais, foram focalizadas as expressões emocionais das pessoas presentes nas fotografias. Realizou-se um levantamento das fotografias que apresentavam o próprio participante sorrindo e também as demais pessoas sorrindo. Estes dados são apresentados na Tabela 1.

O segundo eixo temático refere-se aos interesses futuros dos adolescentes, incluindo o desejo de ter bens materiais ou realizar certas atividades. Neste item são apresentados os assuntos específicos retratados pela fotografia, podendo confirmar ou ir além daqueles já descritos nos eixos temáticos Pessoas, Contextos e Uso de Drogas. Dentro dos Interesses Futuros, foram compostas nove categorias: a) Animais; b) Automóveis; c) Brincar/Jogar; d) Casamento/Namoro; e) Casas/Apartamentos; f) Família; g) Interesses Artísticos-culturais; h) Profissão/trabalho; e, i) Religião. Estes dados são apresentados na Tabela 2.

O terceiro eixo refere-se aos contextos retratados pelas fotografias. Dollinger e Clancy (1993) analisaram se as fotos enfocavam espaços externos ou internos, e neste último caso, se era alguma área residencial interna ou não. Na presente pesquisa, identificou-se uma limitação do equipamento utilizado, considerando que este não possuía dispositivo de iluminação artificial (*flash*). Por esta razão, durante as instruções apresentadas aos participantes, foi solicitado que as fotos não fossem realizadas em ambiente interno como, por exemplo, dentro de casas ou edifícios. Neste sentido, a categorização do espaço utilizada nesta pesquisa diferiu daquela apresentada por Dollinger e Clancy. As categorias para análise do espaço surgiram a partir da relação entre as fotos e os resultados das entrevistas a respeito do tema Moradia. Como apresentado anteriormente, durante a primeira etapa da pesquisa, os adolescentes em situação de rua referem-se à divisão do espaço habitacional a partir de uma polarização entre duas regiões: os bairros e as *vilas*. Assim, na sistematização dos dados fotográficos referentes ao espaço foram utilizadas três categorias: a) Dentro da Cidade – Bairros; b) Dentro da Cidade – Vilas; e, c) Fora da Cidade. Estes dados são apresentados na Tabela 3.

Foi ainda criado um quarto eixo temático no qual é feita uma análise das fotos em que está presente o uso da droga, independente se esta é apresentada como tema central ou não na imagem. Os dados referentes a este eixo são apresentados na Tabela 4. Em termos metodológicos, cada fotografia foi classificada considerando os quatro eixos aqui apresentados.

Diferentemente das entrevistas iniciais – primeira etapa da pesquisa – cuja amostra era composta por 14 adolescentes, participaram de maneira efetiva da segunda etapa dez adolescentes do sexo masculino. No total, foram obtidas 105 fotografias, variando de 5 a 15 fotos por participante, alcançando uma média de 10,5 fotos por adolescente ( $dp = 3,3$ ). Os adolescentes Ar, Jc, Ju e Jr não participaram desta etapa da pesquisa. Com a referida redução, a idade média dos participantes variou levemente, ficando em 13 anos e 3 meses ( $m = 13,4$   $dp = 1,43$ ), variando entre 12 e 16 anos. Os fatores que levaram à diminuição da amostra e do número de fotos obtidas por adolescente são explicitados no item referente às limitações do estudo. Na medida em que forem sendo apresentados os dados obtidos pelo método autofotográfico, estes serão integrados com os resultados produzidos na primeira etapa do estudo, referente à análise das entrevistas iniciais.

Em relação aos resultados, um primeiro aspecto que se destacou foram as diferenças obtidas entre o grupo de adolescentes que mantinha algum tipo de vínculo familiar e o grupo de adolescentes que havia rompido completamente os laços familiares. Tal diferença se mostrou significativamente expressiva em todos os quatro principais eixos temáticos – Pessoas, Contextos, Interesses Futuros e Uso de Drogas – que fazem parte desta análise autofotográfica. A partir desta constatação, optou-se por apresentar os dados considerando três grupos. Um primeiro, composto pelas fotografias de todos os adolescentes indistintamente (número de adolescentes = 10; número de fotos = 105); um segundo, com as fotografias tiradas pelos adolescentes que, em maior ou menor grau, estavam vinculados às suas famílias (número de adolescentes = 8; número de fotos = 79); e um terceiro grupo, composto pelas fotografias dos adolescentes que haviam rompido completamente os vínculos familiares (número de adolescentes = 2; número de fotos = 26). Contudo, é preciso compreender que esta diferenciação polarizada em dois grupos dicotômicos é eminentemente didática. Nesta pesquisa, como descrito no Capítulo introdutório, o vínculo com a família é percebido variando ao longo de um contínuo, no qual são observados os diferentes níveis de proximidade ou distanciamento entre o adolescente e a sua família. Esta vinculação ocorre de forma dinâmica, variando de acordo com a dimensão Tempo, ou seja, os adolescentes podem estar mais ou menos ligados às suas famílias. Na prática, muitos dos adolescentes que no início da pesquisa estavam morando em suas residências, no final haviam passado por casas de acolhimento ou albergues noturnos. De forma semelhante, adolescentes que na fase de coleta de dados haviam rompido completamente os laços familiares vieram depois a restabelecê-los, ainda que de maneira menos estruturada.

Em termos metodológicos, como o grupo de adolescentes com vínculos familiares e o grupo sem vínculos não são pareados com relação à amostra, os dados não serão apresentados em forma de frequência absoluta de fotos em cada categoria. Portanto, para efeitos de comparação entre os diferentes grupos, os dados serão apresentados na forma de porcentagem calculada sobre o total de fotos de cada grupo. Faz-se necessário justificar que, em virtude do baixo número de participantes, do reduzido número de fotos por participante e do não pareamento dos grupos de adolescentes com vínculos e sem vínculos, não foi possível desenvolver testes estatísticos que permitissem avaliar possíveis diferenças significativas nas médias ou estabelecer níveis de correlação entre as variáveis. Por esta razão, será privilegiada uma análise qualitativa dos dados.

A partir dessas considerações iniciais sobre os procedimentos de análise, serão apresentados os dados obtidos pelo método autofotográfico bem como sua discussão. Como citado anteriormente, ao longo deste seguimento, tais resultados serão analisados fazendo referência àqueles obtidos na etapa inicial do estudo, sobre as entrevistas. A estatística descritiva do eixo temático Pessoas é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

*Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Pessoas (%)*

Categorias	Total de adolescentes <sup>a</sup>	Com vínculo familiar <sup>b</sup>	Sem vínculo familiar <sup>c</sup>
Presença de pessoas	82,9	77,2	100
Ausência de pessoas	17,1	22,8	0
Características pessoais primárias <sup>d</sup>			
Participante sozinho	28,6	34,2	11,5
Participante em grupo	13,3	10,1	23,1
Outras pessoas	41,0	32,9	65,4
Características pessoais secundárias <sup>e</sup>			
Familiares	20	26,6	0
Amigos	34,3	16,5	88,5
Crianças	10,5	13,9	0
Adolescentes	67,6	57,0	100
Adultos	1,9	2,5	0
Expressões Emocionais			
Participante sorrindo	5,7	7,6	0
Outras pessoas sorrindo	12,4	13,9	7,7

*Nota.* <sup>a</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua (nº de adolescentes = 10; nº de fotos = 105). <sup>b</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua com vínculo familiar (nº de adolescentes = 8; nº de fotos = 79). <sup>c</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua sem vínculo familiar (nº de adolescentes = 2; nº de fotos = 26). <sup>d</sup> Estes dados não somam 100% pois se referem apenas às fotografias nas quais pessoas estavam presentes. <sup>e</sup> Respostas múltiplas

Na Tabela 1, observa-se que em 82,9% das fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua existe a presença de pessoas sendo apontadas como conteúdo principal. Em geral, os pesquisadores que utilizam o método autofotográfico afirmam que a presença de pessoas nas imagens indica a importância que estas desempenham na vida de quem realizou o registro fotográfico. Partindo destes pressupostos, para os adolescentes sem vínculo familiar, as pessoas têm uma importância maximizada em suas vidas, considerando que em 100% de suas fotos, o conteúdo humano estava presente. Retomando os objetivos iniciais deste estudo, em que o adolescente era solicitado a representar através das fotografias como ele gostaria que fosse sua vida no futuro, pode-se compreender a ênfase do papel humano no futuro desses adolescentes. É preciso salientar que para os adolescentes com vínculo familiar as pessoas continuam tendo grande valor, ao se observar que estas estavam presentes em 77,2% das fotos. Entretanto, em 22,8% das imagens destes adolescentes não havia qualquer pessoa, indicando que outros aspectos também foram valorizados.

Na categoria Características Pessoais Primárias (Tabela 1), é possível identificar a proporção de fotografias em que o próprio participante da pesquisa está presente nas imagens. Verificou-se que o grupo de adolescentes com vínculo familiar possui a maior frequência proporcional de fotos em que o adolescente está sozinho (34,2%). Já em relação ao grupo de adolescentes sem vínculo familiar, em apenas 11,5% das fotos o participante está presente sem outras pessoas. Projetando este resultado para o futuro, pode-se afirmar que os adolescentes sem vínculo familiar não desejam estar sozinhos, buscando sempre a presença de outras pessoas. Parte-se do pressuposto de que, apesar das fotografias enfocarem o futuro dos adolescentes, essas refletem um pouco da situação atual vivenciada pelos mesmos. Em relação ao tempo presente, Combs e Ziller (1977) afirmam que a inclusão de si mesmo na fotografia é um sinal de auto-estima. Considerando a união dos escores das duas categorias que envolvem os próprios participantes (Participante Sozinho e Participante em Grupo – Tabela 1), observa-se que o grupo dos adolescentes com vínculo familiar apresenta mais fotos de si mesmo (44,3%) do que o grupo sem vínculo familiar

(34,6%). Qualitativamente, reconhece-se que este é um aspecto significativo, sendo portanto, considerado na análise global dos resultados das fotografias.

Considerando ainda as Características Pessoais Primárias (Tabela 1), ao somar as categorias Participante em Grupo e Outras Pessoas, encontra-se o percentual de fotografias em que os adolescentes buscaram incluir outras pessoas nas imagens. Em relação ao grupo de adolescentes sem vínculo familiar, observa-se que 88,5% das imagens apresentavam outras pessoas que não o próprio adolescente. Este escore é expressivamente maior do que o encontrado no grupo de adolescentes com vínculo familiar (42,3%). Em um estudo utilizando o mesmo método, Ziller e colaboradores (1988) encontraram resultados semelhantes ao comparar crianças “pobres” com crianças “abastadas”. Constatou-se que as meninas pobres apresentaram o maior número de fotos fazendo referência a outras pessoas. Segundo os autores, estas meninas vivem em uma conjuntura na qual é necessária a valorização de um sistema de apoio social, pois o isolamento confere maior vulnerabilidade ao indivíduo que vive em condição de pobreza. Estas afirmações são também adequadas para os adolescentes em situação de rua, principalmente àqueles que não estão ligados a uma família que os apóiem. De maneira semelhante, para ambos os grupos de adolescentes – pobres ou em situação de rua –, a obtenção de êxito em seu ambiente de origem depende também do quanto eles podem contar com a ajuda daqueles que os cercam.

Como citado anteriormente, a realização da segunda parte da entrevista na qual os adolescentes eram solicitados a falar sobre as fotografias permitiu analisar as relações dos participantes com as outras pessoas presentes nas imagens. Estas relações estão expressas nas Características Pessoais Secundárias da Tabela 1. Os dados mostram que, para os adolescentes com vínculos familiares, as pessoas mais freqüentemente encontradas nas fotografias foram os Familiares (26,6%), estando em segundo lugar os Amigos com 16,5% do total de fotos tiradas por este grupo. Já em relação aos adolescentes sem vínculos familiares, observou-se que os Amigos estão presentes em 88,5% do total de fotografias tiradas por este grupo. Estes dados complementam os achados de Ziller e colaboradores (1988) na medida em que qualifica a rede de apoio social dos adolescentes em situação de risco. A prevalência da categoria Amigos também foi referida por Monteiro e Dollinger (1996) em uma pesquisa realizada com crianças pobres do Ceará. Nesta pesquisa, observou-se que em 59% das fotografias estavam presentes os amigos.

Os dados das Características Pessoais Secundárias (Tabela 1) confirmam e aprofundam os resultados apresentados na primeira parte do presente estudo, referentes ao

conteúdo das entrevistas iniciais. Como foi visto na primeira etapa da pesquisa, a categoria Família alcançou o primeiro lugar (35,3%) como o recurso mais freqüentemente utilizado dentro da rede de apoio social dos adolescentes em situação de rua (Figura 8). Em segundo lugar, observou-se a categoria Amigos (29,4%) como os principais integrantes efetivos da rede. Os dados fotográficos complementam estas informações, apresentando que, para os adolescentes sem vínculo familiar, os amigos são os principais elementos efetivos desta rede de apoio social. É possível observar na Tabela 1 que, para os adolescentes sem vínculo familiar, a porcentagem da categoria Amigos (88,5%) é maior que a soma das categorias Familiares (26,6%) e Amigos (16,5%) obtida pelos adolescentes com vínculo familiar. Estes dados revelam novamente a importância dos vínculos sociais para os adolescentes que se desenvolvem no contexto da rua. Projetando estas informações para o futuro dos adolescentes, é possível compreender a fala de um dos adolescentes, ao mencionar que “*não sairia das ruas se fosse preciso ficar longe dos amigos*” (Ed, 14 anos). No trabalho de Sarriera e colaboradores (2001), encontra-se a referência à importância do grupo de amigos para adolescentes de baixa renda, devido à grande freqüência com que foram citados na coleta de dados.

Em relação à etapa de desenvolvimento das pessoas presentes nas fotografias, observa-se que a categoria mais citada foi a Adolescência, com 67,6% do total de imagens (Tabela 1). Esta tendência se manteve tanto em relação ao grupo com vínculos familiares (57%) quanto com aquele sem vínculos familiares (100%). Destaca-se o baixo percentual de fotografias fazendo referência a Adultos (1,9% do total de fotos). Este dado é importante para a compreensão de que, mesmo quando o foco é o futuro, os adolescentes tendem a tomar como base o presente, ou seja, a apresentação da própria pessoa na adolescência como representante de seus projetos futuros. Alguns adolescentes fotografaram crianças brincando na rua para fazer referência aos filhos que gostariam de ter no futuro, mas como é possível observar na categoria Crianças (10,5%), poucas foram as fotos que focalizaram esta fase do desenvolvimento.

A análise das expressões emocionais (Tabela 1) revelou um importante aspecto da população de adolescentes em situação de rua aqui estudada. Dollinger e Clancy (1993) utilizaram apenas a categoria Pessoas Sorrindo. No presente trabalho, além desta, investigou-se também o número de fotografias em que o próprio participante estava sorrindo. Os dados mostraram que, em geral, o número fotografias com pessoas sorrindo foi relativamente baixo, correspondendo a 18,2% do total de imagens. Na pesquisa de Dollinger e Clancy, realizada com estudantes norte-americanos, observou-se que 98% dos

participantes registraram pelo menos uma fotografia na categoria Pessoas Sorrindo. No presente trabalho, apenas 50% dos adolescentes obtiveram pelo menos uma fotografia na referida categoria. Este dado é acentuado ao se considerar isoladamente as imagens em que o próprio adolescente é mostrado sorrindo. Observou-se que, em relação ao grupo de adolescentes com vínculos familiares, 7,6% do total das fotografias apresentou os próprios participantes sorrindo. Já em relação ao grupo sem vinculação familiar, dentre um total de 26 imagens produzidas, nenhuma fotografia apresentou o próprio participante sorrindo. Este talvez seja um dos dados mais significativos apresentados pelo método autofotográfico. Em relação às expressões emocionais, os resultados dos adolescentes em situação de rua são significativamente diferentes daquele relatado por Monteiro e Dollinger (1996). Na pesquisa realizada por estes autores, 34% dos participantes apareceram sorrindo nas imagens. A literatura sobre o método autofotográfico menciona ser bastante positiva a presença de fotos do próprio participante sorrindo (Dollinger & Clancy, 1993; Dollinger & cols., 1996).

Os resultados sobre as expressões emocionais (Tabela 1) destacam a importância que a família tem no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. De certa forma, os dados fotográficos complementam de maneira qualitativa os resultados encontrados através das entrevistas iniciais. Observou-se que os adolescentes sem vínculo familiar apresentaram projetos futuros com relação à família, afirmando que desejavam constituir esposa e filhos. Entretanto, como descrito anteriormente, a convivência familiar não é associada unicamente à idéia de alegria ou felicidade, mas também à imagem de violência e alcoolismo. Durante as entrevistas iniciais, ambos os adolescentes sem vínculo familiar se emocionaram ao falar sobre o tema, sendo que um deles chegou a chorar durante a entrevista. Ainda que no campo das inferências, poder-se-ia afirmar que a problemática familiar seja um dos motivos para os quais não existe uma única imagem em que os adolescentes sem vínculos familiares estejam sorrindo. Esta suposição é sustentada ao se observar, na Tabela 2, que o grupo de adolescentes sem vínculos não faz nenhuma referência ao desejo de possuir família ou de se casar. Por outro lado, em 21,5% das fotografias do grupo de adolescentes com vínculo familiar está explícita a intenção de constituir família. Sobre este tema, os dados fotográficos confirmam os resultados encontrados a partir da análise de conteúdo das entrevistas em relação ao grupo de adolescentes com vínculos familiares. Como apresentado anteriormente, apesar das complexas relações estabelecidas com seus familiares, em geral, os adolescentes em situação de rua possuem planos de compor uma família no futuro. Este intento não é

expresso apenas através das imagens dos familiares dos próprios adolescentes. Alguns deles, demonstrando bom nível de criatividade, fotografaram a si mesmos junto a imagens de rostos de mulheres em cartazes e *outdoors*, representando o intuito de se casarem e constituírem família no futuro, conforme relataram posteriormente nas entrevistas.

Além dos planos de constituir uma família no futuro, diversos outros interesses foram identificados através das fotografias. O foco específico dos projetos futuros dos adolescentes em situação de rua são expressos através da Tabela 2.

Tabela 2

*Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Interesses Futuros (%)<sup>a</sup>*

Categorias	Total de adolescentes <sup>b</sup>	Com vínculo familiar <sup>c</sup>	Sem vínculo familiar <sup>d</sup>
Animais	3,8	5,1	0
Automóveis	15,2	20,3	0
Brincar/jogar	7,6	8,9	3,8
Casamento/Namoro	3,8	5,1	0
Casas/Apartamentos	17,1	20,3	0
Família	16,2	21,5	0
Interesses Artístico-culturais	4,8	6,3	0
Profissões/trabalho	6,7	8,9	0
Religião	1,9	2,5	0

*Nota.* <sup>a</sup> Respostas múltiplas. <sup>b</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua (nº de adolescentes = 10; nº de fotos = 105). <sup>c</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua com vínculo familiar (nº de adolescentes = 8; nº de fotos = 79). <sup>d</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua sem vínculo familiar (nº de adolescentes = 2; nº de fotos = 26).

No exame dos dados sobre interesses futuros (Tabela 2), um primeiro pressuposto adotado é de que não é possível analisar indistintamente os interesses dos adolescentes em situação de rua. Isto porque, ao considerar apenas o grupo total de adolescentes, incorre-se em prejuízo na análise diferenciada dos grupos com e sem vínculo familiar, uma vez que os dados são expressivamente díspares. Por esta razão, são destacadas as especificidades de cada um dos grupos em relação aos projetos futuros.

No que se refere aos interesses futuros dos adolescentes com vínculos familiares (Tabela 2), a categoria que obteve o maior percentual foi Família (21,5%). Este dado confirma os resultados das entrevistas iniciais, em que foi constatado que 92,8% dos

adolescentes gostariam de constituir uma família no futuro. As categorias que obtiveram o segundo maior percentual foi Automóveis (20,3%) e Casas/Apartamentos (20,3%). Estes resultados estão de acordo com aqueles encontrados pelo Unicef (2002) que apresentou, como a segunda categoria mais citada em relação aos sonhos dos adolescentes brasileiros, a aquisição de bens materiais (7%). Nesta pesquisa, contudo, o sonho de ter casa própria e de constituir uma família foram citados apenas em quinto lugar, ambos com apenas 3%. A partir da comparação entre esses resultados, é possível compreender a importância que tem a constituição de um lar para os adolescentes com vínculos familiares. Talvez, os demais adolescentes brasileiros estejam tão acostumados com a idéia de se ter uma casa e uma família no futuro que não expressaram estas categorias tão fortemente como os adolescentes em situação de rua. Por outro lado, tanto para os adolescentes brasileiros em geral como para os adolescentes em situação de rua com vínculos familiares, é igualmente importante a aquisição de bens materiais. Esta comparação indica que talvez este seja um aspecto da própria adolescência brasileira.

Referindo-se ainda aos interesses futuros dos adolescentes com vínculos familiares (Tabela 2), dentre as categorias mais citadas, em terceiro lugar, ficaram a Profissão e o Brincar, ambos com 8,9%. Para este grupo, depois da constituição de um lar – união da família com a casa – e de sua estruturação com bens materiais, os aspectos mais importantes foram o trabalho e a diversão. A importância desta temática foi também apontada pelos adolescentes brasileiros na pesquisa realizada pelo UNICEF (2002). Dentre os sonhos que estes adolescentes possuíam, o desejo de ter uma profissão ficou em primeiro lugar, com 19% do total de respostas. Esses resultados estão de acordo com aqueles encontrados através das entrevistas iniciais, em que 100% dos adolescentes em situação de rua apresentaram projetos futuros em relação aos aspectos profissionais. Faz-se necessário destacar a ausência completa de fotografias envolvendo temas educacionais. Como discutido na análise dos resultados das entrevistas, a educação está presente no futuro dos adolescentes apenas no discurso. Na prática, os adolescentes não vêem uma função de crescimento, de aprendizado de informações úteis para as suas vidas através da Escola. Este dado é confrontado por aqueles apresentados por Ziller e colaboradores (1988), em que os garotos pobres apresentaram alto percentual de fotografias (10%) enfocando livros. Borowski (2003) também relata a presença de escolas nas fotografias de crianças pobres. Segundo a interpretação desses autores, a Educação é uma forma de crescimento social, financeiro e profissional para a população desfavorecida economicamente. Já para os adolescentes em situação de rua, a Educação é um mero pré-

requisito exigido para a conquista de uma vaga no mercado de trabalho, algo semelhante a uma carteira de habilitação para quem pretende ser motorista.

Os interesses futuros dos adolescentes sem vínculos familiares mostraram-se significativamente diferentes dos interesses dos adolescentes vinculados às suas famílias. Como é possível observar na Tabela 2, dentre os temas retratados pelos adolescentes com vínculos familiares apenas a categoria Brincar foi também focalizada pelos adolescentes sem vínculos (3,8%). Nenhuma outra categoria sobre os interesses futuros esteve presente nas fotografias dos adolescentes sem vínculos. Isto não significa que estes adolescentes não possuam projetos futuros. O que os dados fotográficos mostram é que o futuro destes adolescentes só tem sentido com a presença de pessoas. Estas são as principais expectativas apresentadas por esse grupo: a de que as pessoas sempre estejam próximas. Isto é evidenciado ao se observar que em 100% das fotografias dos adolescentes haviam pessoas retratadas, todas elas dentro da categoria Amigos (Tabela 1). Ziller e colaboradores (1988) encontraram resultados semelhantes junto ao grupo de crianças pobres. Neste trabalho, observou-se que não foi citada nenhuma atividade cotidiana, jogos ou brinquedo. Foram mencionadas poucas imagens com bens materiais e, como citado anteriormente, um grande número de pessoas. Segundo estes pesquisadores, tal resultado se deve à grande importância atribuída às pessoas, como os principais elementos da rede de apoio social. Em resumo, o que os adolescentes sem vínculos familiares esperam para o futuro é a proximidade das pessoas, a fuga da solidão e do abandono. Ressalta-se novamente que estes adolescentes apresentaram expectativas futuras em relação a todos os outros fatores apresentados pelo grupo de adolescentes com vínculos familiares, fato este identificado através das entrevistas iniciais. Contudo, o que as fotografias evidenciaram é que, para os adolescentes sem vínculos familiares, mais importante do que ter casa, carro, profissão ou família, é não estar sozinho em uma sociedade sem pessoas, sem amigos.

Retomando o caso dos dois participantes que compuseram o subgrupo dos adolescentes sem vínculos familiares, quando eles saíram de suas casas e chegaram nas ruas, foram seus amigos que os auxiliaram durante todo o período em que não tinham onde dormir. Neste contexto, foram seus pares que providenciaram vestuário adequado para se protegerem do frio, enquanto dormiam nas paradas de ônibus. Segundo seus relatos, foram os amigos que, em diferentes momentos, lhes prestaram auxílio quando estavam prestes a serem levados pela polícia. Vários amigos os levaram para dormir em casa até que, enfim, um deles os abrigou de maneira mais estável junto à sua própria família. Sem transformar esta breve anamnese em uma narrativa, é possível observar que para os adolescentes sem

vinculação familiar, os amigos encontrados nas ruas são considerados como novos familiares. Acredita-se que este seja o motivo para que, em 100% das fotos dos adolescentes sem vínculos familiares, o tema central seja os amigos.

A diferença encontrada entre os adolescentes com vínculo e sem vínculo familiar foi expressa também nos lugares retratados pelas fotografias. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva do conteúdo das fotos, segundo o eixo Contextos.

Tabela 3

*Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Contextos (%)*

Categorias	Total de adolescentes <sup>a</sup>	Com vínculo familiar <sup>b</sup>	Sem vínculo familiar <sup>c</sup>
Dentro da Cidade – Bairros	42,9	57	0
Dentro da Cidade – Vilas	35,2	43	11,5
Fora da Cidade	21,9	0	88,5

*Nota.* <sup>a</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua (nº de adolescentes = 10; nº de fotos = 105). <sup>b</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua com vínculo familiar (nº de adolescentes = 8; nº de fotos = 79). <sup>c</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua sem vínculo familiar (nº de adolescentes = 2; nº de fotos = 26).

Em relação aos adolescentes com vínculos familiares, observa-se que 57% das fotografias foram feitas dentro da cidade, focalizando imagens dos chamados *bairros*. Como citado anteriormente na análise das entrevistas iniciais sobre o aspecto moradia, os bairros referem-se a espaços urbanos nos quais estão presentes investimentos em infraestrutura e saneamento, asfalto, iluminação pública. Para os adolescentes em situação de rua, os bairros possuem casas bonitas, aconchegantes, e são valorizados socialmente. Já as *vilas* são caracterizadas por um menor investimento em infra-estrutura e estão localizadas à margem das grandes cidades, sendo, portanto, menos valorizadas que os bairros. Na Tabela 3, observa-se que 43% das fotografias enfocaram o espaço urbano das vilas. A prevalência de fotografias retratando os bairros confirma os resultados encontrados a partir das entrevistas iniciais, em que 85,7% dos adolescentes almejavam morar em lugares melhores do que aqueles nos quais estavam morando atualmente, com melhor estrutura residencial, mais valorizado pela sociedade e com menos violência. Esses dados apontam também para o desejo dos adolescentes em situação de rua serem incluídos socialmente. Esta inclusão fica evidenciada quando somadas as categorias que retratam o espaço dos bairros e o das vilas (Tabela 3). Observa-se que 100% das fotografias dos adolescentes com vínculos

familiares foram registradas dentro da cidade. Em resumo, no que se refere ao futuro, os adolescentes com vínculos familiares buscam estar efetivamente dentro da cidade, não nas ruas, mas nas casas, nos edifícios, comércios, *shoppings*. Enfim, querem ser incluídos socialmente, podendo compartilhar os mesmos espaços urbanos sem que sejam diferenciados dos outros cidadãos.

Ainda em relação aos adolescentes vinculados às suas famílias, uma informação importante é obtida ao cruzar os dados sobre as pessoas presentes nas imagens (Tabela 1) e os contextos onde as fotos foram tiradas (Tabela 3). Observou-se que 90,5% das fotografias que retrataram familiares tinham, no segundo plano, o espaço urbano das vilas. Assim como expresso nas entrevistas iniciais, nem todos gostariam de abandonar definitivamente sua origem, seus familiares que, em princípio, continuariam a morar nas vilas. Nesse sentido, no futuro, os adolescentes estariam morando nos bairros, mas sempre ligados aos seus familiares, enfim, à sua origem.

Na análise do contexto (Tabela 3), observou-se que 88,5% das fotografias produzidas pelos adolescentes sem vínculo enfocaram regiões fora do espaço urbano. Nenhuma foto registrou o espaço dos bairros e apenas 11,5% do total de imagens enquadraram as áreas residenciais das vilas. Esses dados são compreendidos como sendo a representação imagética do quanto estes adolescentes se sentem excluídos da sociedade. Os próprios adolescentes não souberam falar a respeito das imagens, sobre o que elas representavam precisamente, nem o motivo pelo qual foram escolhidos aqueles lugares para serem fotografados. Em geral, as fotografias foram tiradas do alto de morros que circundam a cidade ou dentro de matas, rodeadas de grandes árvores. De certa forma, os adolescentes conseguiram apresentar um contexto mais à margem da sociedade do que as próprias favelas, um local fora do espaço urbano. Acredita-se que essas cenas captadas não sejam representativas das expectativas futuras dos adolescentes sem vínculos familiares. Ao contrário, entende-se que elas refletem a falta de perspectivas destes adolescentes em relação à possibilidade de estar efetivamente incluídos na sociedade. Dentre as três únicas fotos que enfocam o contexto das vilas, dentro do espaço urbano, duas delas retratam a casa do amigo onde os adolescentes sem família foram acolhidos ao sair das ruas. Este dado é interpretado como sendo representativo do único contexto social no qual o adolescente autor da fotografia se sentiu incluído.

As diferenças entre os adolescentes vinculados à família e aqueles sem vínculos familiares mantiveram-se presentes também na análise do uso de drogas. A Tabela 4

explicita o percentual de fotografias em que foi observado o uso de drogas entre os adolescentes em situação de rua.

Tabela 4

*Estatística Descritiva do Conteúdo das Fotos – Eixo Temático Uso de Drogas (%)*

Categorias	Total de adolescentes <sup>a</sup>	Com vínculo familiar <sup>b</sup>	Sem vínculo familiar <sup>c</sup>
Sem uso de drogas	80	96,2	30,8
Com uso de drogas	20	3,8	69,2

*Nota.* <sup>a</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua (nº de adolescentes = 10; nº de fotos = 105). <sup>b</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua com vínculo familiar (nº de adolescentes = 8; nº de fotos = 79). <sup>c</sup> Percentual de fotografias tiradas pelos adolescentes em situação de rua sem vínculo familiar (nº de adolescentes = 2; nº de fotos = 26).

Em relação à Tabela 4, observa-se que o uso de drogas foi identificado em apenas 3,8% das fotografias tiradas pelos adolescentes com vínculos familiares. Por outro lado, analisando-se o grupo de adolescentes sem vinculação familiar, constatou-se a presença do uso de drogas em 69,2% do total de fotos produzidas. Sobre esta expressiva diferença, o número de questões suscitadas é superior às conclusões estabelecidas. Para se obter uma análise mais robusta, seria preciso investigar a funcionalidade do uso das drogas no cotidiano destes adolescentes, ou seja, que papel está desempenhando este uso no desenvolvimento dos mesmos. Faz-se necessário esclarecer que o uso de drogas foi observado entre todos os adolescentes da amostra, em diferentes momentos da pesquisa. Este fato exclui a justificativa de que tal diferença existe em virtude de que nem todos os adolescentes vinculados à família sejam usuários. Uma hipótese que busque explicar a função que a droga desempenha na vida dos adolescentes sem vínculos familiares se baseia na fala de um dos próprios adolescentes, extraídas das entrevistas iniciais.

*Eu uso droga para conseguir chorar... chorar de saudade da minha mãe. Todas as vezes eu penso nela... eu sinto muita saudade dela. [o adolescente começa a chorar] Tem muito tempo que eu não vejo ela... uns dois meses. Da última vez ela veio me buscar aqui, no dia das crianças... não, se eu for para casa o meu pai disse que me mata. (Lp, 14 anos).*

Neste momento da entrevista, um dos adolescentes do grupo vê o amigo chorando, se aproxima, senta junto do amigo e complementa:

*O pai dele massacra ele, tio, bate muito! Nem sempre ele chora... às vezes quando ele usa droga, ele fica pensando em brigar, dizendo “eu vou te quebrar!”. Da vez que a mãe dele veio buscar ele aqui na rua, ele estava pensando em fugir dela, mas não queria fugir. Ele estava com saudade dela!* (Ed, 15 anos)

A partir destas citações, é possível compreender a complexidade da temática envolvida e a necessidade de se realizar estudos mais aprofundados que investiguem o tema do uso de drogas e a vinculação familiar entre crianças e adolescentes em situação de rua. Independente das possíveis hipóteses explicativas para a diferença entre os adolescentes vinculados à família e aqueles sem ligação com a mesma, o fato é que a vinculação familiar foi um fator determinante em toda a pesquisa autofotográfica. Há que se analisar a lacuna deixada pela ausência familiar no desenvolvimento sócio-emocional dos adolescentes em situação de rua. Considerando a fala do adolescente Lp como sendo representativa das emoções vividas por estes adolescentes, é possível entender boa parte das diferenças apresentadas através do método autofotográfico. Subentende-se, por exemplo, o motivo pelo qual nenhuma das fotografias produzidas pelos adolescentes sem vinculação familiar apresentava os próprios autores sorrindo e percebe-se a razão pela qual 100% das fotografias deste grupo apresentavam pessoas, especificamente os amigos. Tem-se, também, alguns subsídios para apreender o por quê 88,5% das imagens desses adolescentes focalizavam um contexto fora do espaço urbano, interligando-o com o sentimento de exclusão social.

Em resumo, a partir dos dados analisados nesta seção, é possível afirmar que os adolescentes em situação de rua elaboram projetos futuros sobre as mais diversas temáticas, confirmando os resultados encontrados pela realização de entrevistas. A partir da análise das fotografias, observou-se que os adolescentes com algum nível de vinculação familiar almejavam constituir uma família, adquirir casa própria e bens materiais, divertir e conseguir uma profissão no futuro. Já os adolescentes que chegaram a romper completamente os vínculos familiares demonstraram que, no futuro, mais importante que a conquista da casa própria, dos bens materiais, de uma profissão e da diversão, é estar do lado das pessoas, dos amigos, como uma forma de afastar-se do sentimento de abandono e solidão vivenciados no presente. Os resultados fotográficos suscitaram ainda a necessidade de desenvolverem estudos mais aprofundados sobre as relações familiares e sobre o papel que o uso de drogas vem assumindo no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua.

A seguir, são apresentadas algumas das fotografias registradas pelos adolescentes em situação de rua, representando suas expectativas futuras.

Figura 11. Expectativa futura sobre constituição de família: Casamento. Foto registrada por adolescente com vínculo familiar.

Figura 12. Expectativa futura sobre constituição de família: Filhos. Foto registrada por adolescente com vínculo familiar.

Figura 13. Expectativa futura sobre local de residência. Foto registrada por adolescente com vínculo familiar.

Figura 14. Expectativa futura sobre aquisição de bens materiais. Foto registrada por adolescente com vínculo familiar.

Figura 15. Expectativa futura sobre profissão. Foto registrada por adolescente com vínculo familiar.

Figura 16. Expectativa geral sobre o futuro. Foto registrada por adolescente sem vínculo familiar. Principal tema: presença de si mesmo junto ao amigo. Visão externa à cidade. À esquerda, imagem do presídio da cidade.

## CAPÍTULO IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após abordar variados aspectos do desenvolvimento humano e experienciar um método de pesquisa relativamente novo na ciência psicológica brasileira, torna-se um desafio integrar todos os aspectos pertinentes em uma única seção. Por esta razão, este capítulo é dividido em duas partes. A primeira apresenta as considerações finais sobre as questões metodológicas, discutindo as vantagens e desvantagens do método autofotográfico, bem como as limitações e dificuldades encontradas no presente estudo. Na segunda parte, são expostas as considerações finais sobre os aspectos teóricos da pesquisa, retomando a literatura científica sobre os projetos futuros e tecendo algumas possíveis conclusões a respeito do tema.

#### 4.1 Sobre os aspectos metodológicos

Sobre as limitações, vantagens e desvantagens presentes neste estudo, muito há o que se considerar, graças às reflexões elaboradas por toda a equipe de pesquisadores ao longo dos diferentes momentos do trabalho. Uma das primeiras dificuldades encontradas pelos pesquisadores ocorreu no momento de fazer a seleção dos adolescentes para compor a amostra. Pelas características do método adotado, foi preciso realizar devidamente a inserção ecológica no campo. Paralelamente, foi necessário estabelecer um bom nível de vinculação com os adolescentes, necessitando para tanto, um longo período de contato com os mesmos nas ruas de Porto Alegre. Esta vinculação entre o adolescente e o pesquisador era necessária por dois motivos principais. Primeiro, em face do nível de aprofundamento da entrevista inicial e dos delicados temas abordados na mesma, era imprescindível que o adolescente confiasse no pesquisador para que se obtivesse um maior nível de confiabilidade das informações, ao mesmo tempo em que fossem minimizadas as respostas socialmente aceitas. Segundo, como seria entregue uma câmera fotográfica para cada um dos adolescentes, e esta permaneceria sob a responsabilidade dos participantes por vários dias, era necessário o estabelecimento de confiança mútua entre pesquisador e pesquisado. Para tanto, apenas na fase de vinculação, foram necessários quatro meses de inserção ecológica dos pesquisadores no campo (Cecconello & Koller, no prelo), em contato com os adolescentes, para que posteriormente fosse iniciada a coleta dos dados.

No período de vinculação, foi necessário identificar quais eram os adolescentes mais assíduos no contexto da rua, uma vez que era imprescindível a participação do mesmo adolescente nas diferentes etapas do processo de coleta de dados. Nesse processo de composição da amostra por conveniência, o principal risco é que a amostra esteja tão próxima àquela idealizada pelo pesquisador que o grupo formado não alcance uma semelhança mínima com a população a ser estudada. Tentando minimizar estes problemas, buscou-se selecionar os adolescentes oriundos de diferentes partes da cidade, tomando sempre, como principal critério, a maior frequência/assiduidade à rua. Ainda que não tenha sido o objetivo deste trabalho compor uma amostra representativa, Koller e Hutz (1999) afirmam que existem algumas estratégias com as quais os pesquisadores podem usar. Segundo estes autores, uma das principais alternativas é a familiarização da equipe de pesquisa com a rua, estabelecendo e mantendo contato com as crianças e adolescentes que serão estudados.

Outra desvantagem da forte criteriosidade exigida na composição da amostra é a conseqüente perda de muitos participantes em potencial. Muitos adolescentes, com trajetórias de vida que muito enriqueceriam a etapa qualitativa do estudo – realizada a partir das entrevistas –, foram contactados e não chegaram a fazer parte da pesquisa. Isto porque, em virtude do dinamismo dos adolescentes em situação de rua, é comum freqüentarem diversos lugares da cidade, alternando os contextos de maior permanência na rua. Como era preciso um mínimo de quatro encontros durante a coleta de dados, optou-se, então, por não selecionar estes adolescentes.

Por outro lado, várias vantagens foram obtidas a partir do longo tempo de vinculação com os adolescentes. Uma delas diz respeito ao tempo de duração das entrevistas realizadas com os participantes. Entre os pesquisadores da área, é difundida a dificuldade de se desenvolver entrevistas mais aprofundadas com adolescentes em situação de rua, devido principalmente ao caráter bastante dinâmico desta população. Em geral, obtêm-se entrevistas de, no máximo, 15 a 20 minutos, período em que, ao final, os adolescentes se encontram inquietos e evasivos em suas respostas. Neste trabalho, um dos resultados do longo período de vinculação entre o pesquisador e os participantes foi a realização de entrevistas com até duas horas de duração. Como conseqüência, obteve-se a possibilidade de aprofundar temas dificilmente comentados pela população de rua como, por exemplo, violência doméstica, uso de drogas, sexualidade, envolvimento com a polícia, cometimento de atos infracionais, privação de liberdade, comércio de drogas e exploração sexual. Em vários momentos, os adolescentes enfatizaram, inclusive dentro do próprio

grupo de rua, que era possível confiar nos pesquisadores, pois estes não gerariam nenhum mal a eles, independente do conteúdo relatado.

Outra vantagem obtida pelo longo período de convivência com os adolescentes em situação de rua foi a possibilidade dos pesquisadores acompanharem diferentes e importantes transformações desenvolvimentais ocorridas na vida dos participantes. Conviveu-se com adolescentes que estavam nas ruas há dez anos, encontrando-se também alguns que haviam chegado há cerca de três meses. Uma oportunidade especial foi a de estar em contato com os adolescentes enquanto alguns deles estabeleciam seus primeiros relacionamentos afetivos ou tinham suas primeiras experiências sexuais. Uma lamentável oportunidade foi acompanhar alguns adolescentes em suas primeiras experiências com as drogas, seguindo uma trajetória no uso do tabaco, da maconha e dos inalantes. Muitas destas experiências resultaram em grandes reflexões ético-metodológicas, trazendo à tona, inclusive, a discussão sobre o difícil limite entre o pesquisador e profissional que intervém. Hutz e Koller (1999) apontam para a necessidade do pesquisador estar consciente dos efeitos do uso de drogas, por exemplo, sobre o conteúdo de uma informação fornecida por uma criança ou adolescente. É necessário saber a fronteira de quando uma criança pode ser um participante da pesquisa ou uma pessoa necessitando intervenção profissional.

Retomando o aspecto metodológico, reconhece-se que uma das possíveis limitações desta pesquisa seja o número de participantes. Apesar da amostra ser suficientemente grande para uma pesquisa qualitativa, reconhece-se que muitas das conclusões obtidas para esta amostra podem não ser representativas para a população dos adolescentes em situação de rua. Por outro lado, retomando a discussão sobre as vantagens e desvantagens das pesquisas qualitativas e quantitativas, admite-se que um aumento significativo do número de participantes não permitiria um nível de aprofundamento das investigações semelhante ao obtido neste estudo.

Ainda em relação à amostra, considera-se uma limitação a não participação de adolescentes do sexo feminino. Observou-se um número significativamente reduzido de meninas nas ruas. As poucas adolescentes que eventualmente se encontravam junto ao grupo dos garotos, em geral, não permaneciam com os mesmos durante todos os momentos. A aproximação com as adolescentes, bem como o estabelecimento de vínculo com as mesmas foi mais difícil, inviabilizando a participação das jovens na pesquisa. Sobre as questões de gênero, Wyman e colaboradores (1993) afirmam que o número de expectativas positivas dos garotos é significativamente maior que aquelas apresentadas

pelas garotas. Este é um aspecto importante a ser investigado em futuros estudos envolvendo adolescentes em situação de rua.

Um aspecto que pode ser interpretado como fator restritivo da qualidade do estudo se refere ao limitado número de artigos referidos na discussão dos resultados das entrevistas. Isto se justifica pela reduzida quantidade de pesquisas publicadas enfocando especificamente os projetos futuros de adolescentes em situação de rua. Em se tratando de temas como as expectativas futuras referentes à Educação e à Família, não foram encontradas publicações específicas analisando estes aspectos. Para tanto, buscaram-se pesquisas que investigaram o tema de maneira menos aprofundada e ou ainda estudos realizados com outras populações como, por exemplo, aquelas desenvolvidas com adolescentes brasileiros em geral, para discutir algumas especificidades dos resultados desta pesquisa. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para futuras discussões dos temas analisados.

Apesar da criteriosa seleção dos adolescentes durante a composição da amostra, houve alguns problemas em relação à aplicabilidade do método autofotográfico com os adolescentes em situação de rua. A principal delas refere-se à perda de contato com alguns adolescentes que participaram da primeira etapa do estudo – entrevistas. Em consequência da rotatividade dos participantes, dois deles não participaram da etapa fotográfica, pois não foram encontrados à época do processo.

Outros problemas surgiram durante a aplicação do método autofotográfico. Um deles ocorreu em virtude da utilização de câmeras sem o recurso de iluminação artificial (*flash*). Apesar da solicitação inicial dos pesquisadores para que as fotografias fossem tiradas em ambiente externo e com adequada iluminação, muitos adolescentes tentaram produzir imagens dentro de residências ou instituições, até mesmo ao cair da tarde, quando a iluminação natural é mínima. Em consequência, houve a perda de um número significativo de fotografias nos trabalhos de diferentes adolescentes. Tal problema foi também foi relatado por Ziller e colaboradores (1988). Seguindo a sugestão destes autores, em pesquisas futuras, recomenda-se o uso de equipamentos que possuam o referido dispositivo de iluminação já incluso nas câmeras.

Além das limitações do equipamento, houve também problemas circunstanciais que interferiram na exequibilidade do método autofotográfico. Optou-se por relatar tais eventos no intuito de apresentar, como um dado de pesquisa, o contexto no qual estão inseridos os adolescentes em situação de rua. Para tanto, será utilizado o estilo de escrita narrativo para descrever a ocorrência. Dois dos adolescentes, após receberem a câmera fotográfica e

permanecerem com ela durante dois dias para o registro das imagens, retornaram no dia marcado ao local aonde iriam se encontrar com os pesquisadores para a devolução do equipamento. Antes da chegada da equipe de acadêmicos, os adolescentes foram abordados por policiais que, acreditando ser a câmera um fruto de roubo, tomaram os equipamentos dos adolescentes. Apesar da alegação de inocência e da longa explicação apresentada pelo grupo de adolescentes de que aquilo era equipamento para uma pesquisa que estava em andamento, os policiais optaram por abrir as câmeras para confirmar se os equipamentos continham mesmo o filme fotográfico. Diante da constatação positiva, os policiais fecharam as câmeras e, demonstrando expressivo abuso de autoridade, passaram a usar as câmeras tirando as fotos restantes do ambiente no qual estavam. Após certa insistência dos adolescentes, os policiais repetiram a operação de abertura das câmeras e devolveram-nas aos seus respectivos responsáveis. Ao encontrar a equipe de pesquisadores, os adolescentes relataram o fato detalhadamente. Apesar da exposição dos filmes à iluminação excessiva, optou-se por revelar os filmes, na tentativa de alguma fotografia pudesse estar intacta. O resultado de tal operação mostrou haver a perda total das fotografias de um dos adolescentes e a obtenção de apenas duas do outro participante. O aspecto mais expressivo desta situação ocorreu no dia seguinte, ao se constatar que os adolescentes não sabiam sobre a impossibilidade de abertura da câmera pelo risco de haver a perda do material. Ao ser informado do resultado de que todas as suas fotografias haviam sido danificadas, o adolescente, com lágrimas nos olhos, informou da sua desistência de participação na pesquisa, recusando-se, na época, a receber outra câmera para o registro de novas fotos. O objetivo deste relato é apresentar aos futuros pesquisadores do método autofotográfico situações imprevistas, passíveis de acontecer em pesquisas no contexto da rua. A partir de tal ocorrência, optou-se por lacrar a câmera com material adesivo, identificando, por escrito, a procedência do equipamento, com os respectivos telefones dos pesquisadores para possível averiguação por parte das autoridades policiais.

Retornando às limitações metodológicas do método autofotográfico, em virtude do reduzido número de participantes, assim como da pequena quantidade de fotografias produzidas, não foi possível aplicar testes estatísticos que revelassem resultados significativos. Esta constatação foi anteriormente relatada na literatura (Ziller & cols., 1988), sugerindo-se a realização de estudos envolvendo um número maior de participantes. Em geral, estudos mais recentes de Dollinger e colaboradores (Dollinger, 1996; Dollinger, 2001; Dollinger, 2002; Dollinger & Clancy, 1993; Dollinger, Cook & Robinson, 1999; Dollinger & Dollinger, 1997; Dollinger & cols., 1996; Dollinger & cols., 1993; Dollinger,

Robinson & Ross, 1999; Dollinger, Ross & Preston, 2002) descrevem a composição de amostras maiores – acima de 200 participantes –, permitindo uma análise estatística mais poderosa.

Outro problema relatado pela literatura (Ziller & cols., 1988) refere-se à dificuldade de interpretação das fotografias apenas pelo pesquisador. No presente trabalho, implementaram-se as sugestões apresentadas de se entrevistar os participantes sobre as imagens produzidas, possibilitando a obtenção de dados sobre as mesmas. Tal procedimento enriqueceu em muito as classificações das fotografias, permitindo uma análise mais robusta, com o menor número possível de inferências. Para estudos posteriores, sugere-se ainda que a entrevista posterior à produção das fotos seja gravada. Apesar da utilização de entrevistas ser mais trabalhosa do que o mero registro cursivo das impressões dos participantes, este recurso permitirá a inclusão de uma análise qualitativa da fala dos participantes sobre as próprias imagens. Acredita-se que este procedimento, somado à análise quantitativa das imagens, enriqueceria de maneira significativa os resultados das pesquisas.

Uma fragilidade metodológica já solucionada nas pesquisas recentes, refere-se à utilização de juízes durante a classificação das fotografias. Este procedimento permite realizar a análise de concordância entre juízes, tornando mais robusto o resultado apresentado. No presente estudo, tal fragilidade permanece em razão, principalmente, de um fator. Durante a entrega das fotografias aos adolescentes, apenas um membro da equipe de pesquisadores acompanhou e registrou os comentários dos adolescentes sobre as imagens produzidas. Por esta razão, tornou-se inviável a avaliação das fotografias por mais de um juiz. Acredita-se que a avaliação de uma pessoa que não tivesse apreendido os comentários sobre cada uma das imagens seria significativamente diferente daquela que registrou tal percepção dos participantes. Esta hipótese é corroborada pelos achados de Dinklage e Ziller (1989), que fizeram duas análises diferenciadas. Uma primeira com juízes que desconheciam os comentários dos participantes sobre as imagens e uma segunda, realizada pelos juízes que tiveram acesso às percepções dos participantes. Os dados mostraram que em algumas variáveis os resultados foram significativamente diferentes. Em estudos futuros, sugere-se que mais de um membro da equipe possa acompanhar os comentários dos participantes sobre as imagens, realizando seus próprios registros. Neste caso, poder-se-ia então desenvolver uma análise de concordância entre juízes sobre a classificação das fotografias.

Apesar das limitações apresentadas, é possível identificar algumas vantagens do uso do método autofotográfico. Como referido anteriormente no capítulo introdutório, Ziller e Smith (1977) afirmam que a fotografia possui a vantagem de documentar a percepção do participante, com um mínimo de treino, evitando as desvantagens usuais das técnicas de relato verbal. Ressalta-se ainda, a vantagem de não ser o pesquisador quem direciona ou induz o olhar do participante para determinada categoria de resposta. É o próprio participante quem seleciona os estímulos, existindo uma mínima interferência do pesquisador na forma do participante perceber o mundo, evitando o viés das expectativas sociais, bastante comuns em entrevistas. Estes autores atestam que o método autofotográfico apresenta a característica de não depender da habilidade verbal ou escrita, o que implica uma maior possibilidade da expressão das pessoas sem as usuais limitações impostas pela linguagem verbal. Combs e Ziller (1977) apontam que o método facilita a comunicação entre o participante e o pesquisador, principalmente na expressão de conteúdos difíceis de serem verbalizados. Neste trabalho, isto foi verificado especialmente no grupo de adolescentes sem vínculos familiares, explicitando o impacto da separação familiar no desenvolvimento sócio-afetivo dos mesmos. Combs e Ziller consideraram positivo o fato da técnica ser simples e facilmente aceita pelos participantes, sendo possível a representação de suas percepções de uma maneira gratificante e prazerosa. Este aspecto foi fortemente observado no presente trabalho. A possibilidade dos próprios adolescentes em situação de rua registrarem, por si mesmos, as fotografias, se transformou em um fator fortemente motivador para a participação da pesquisa. Borowski (2002) afirma ainda que, através do método autofotográfico, cada participante pode fazer um recorte do seu ambiente, apresentando-o da forma como realmente ele é percebido.

Outra vantagem permitida pelo método autofotográfico se refere ao compromisso ético de fornecer uma devolução do resultado da pesquisa aos participantes. Sabe-se que, em se tratando de pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua, torna-se difícil um retorno direto aos participantes dos resultados encontrados. Como descrito nos procedimentos, após o registro das imagens pelas crianças e adolescentes e a posterior revelação do filme, foi entregue a cada participante um conjunto de todas as suas fotos. Considerando-se a população de adolescentes em situação de rua, dentre os quais a grande maioria talvez nunca tenha feito uma única fotografia, acredita-se que estas passem a ter um grande valor e sejam reconhecidas como um importante retorno de todo o processo.

## 4.2 Sobre os aspectos gerais

Um dos principais objetivos desta pesquisa foi investigar a existência de expectativas em relação ao futuro junto a adolescentes em situação de rua. A partir desta proposta norteadora, foi fundamental a contribuição oferecida pela Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998, 1999), arcabouço teórico-metodológico que norteia este trabalho. Segundo Bronfenbrenner, proponente desta teoria, é necessário que o desenvolvimento humano seja analisado de maneira não-pontual, considerando não apenas aspectos isolados, mas todo o conjunto de fatores que possam influenciar a pessoa em estudo. Este princípio embasou o presente trabalho, fazendo com que o objetivo inicial fosse ampliado de maneira significativa. Nesse sentido, buscou-se identificar as expectativas futuras de adolescentes em situação de rua, em relação à educação, ao trabalho, à família e à moradia.

A mudança de perspectiva trazida pela Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, além de ressaltar a necessidade de considerar os diversos fatores que influenciam o desenvolvimento, assevera que estes precisam ser analisados de maneira integrada. Partindo deste pressuposto, além de investigar as situações atuais e expectativas futuras sobre as atividades profissionais, a família, a educação e a moradia, buscou-se também examinar as interconexões existentes entre elas. A partir deste pressuposto, para investigar o futuro, é preciso evitar uma postura anacrônica, considerando a dimensão Tempo em toda a sua extensão, buscando fatores no presente e no passado que forneçam subsídios para entender o processo de construção de projetos futuros.

Para se alcançar os objetivos citados, foi preciso analisar os diferentes contextos que influenciam o desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. Os próprios adolescentes mostraram que o espaço não se divide apenas em *na rua* ou *fora da rua*. Observou-se a explícita distinção feita pelos participantes entre os mesossistemas *Bairro* e *Vila*. Buscou-se então conhecer os diferentes microsistemas nos quais os adolescentes estão permanentemente inseridos, tentando identificar a parcela de contribuição de cada um desses para a construção ou desconstrução de projetos futuros.

Analisando a dimensão Pessoa – os adolescentes em situação de rua –, examinou-se criteriosamente as pessoas que se relacionam com a população estudada, aquelas com as quais são mantidas as principais relações ou processos proximais. Neste exame, constatou-se principalmente a importância das relações familiares na vida dos adolescentes que, até duas décadas atrás, eram conhecidos apenas como sem-família.

A aplicação da metodologia de inserção ecológica (Cecconello & Koller, no prelo) foi fundamental para a compreensão da complexidade do desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. A experiência de interação com os adolescentes em seus próprios contextos permitiu o conhecimento profundo dos constructos investigados. Como afirma Cecconello (2003), a inserção ecológica tende a garantir a validade ecológica do estudo, uma vez que valoriza a influência das características das pessoas entrevistadas, do contexto no qual estão inseridas, do tempo em que estão vivendo, dos processos proximais ocorridos entre as próprias pessoas e, entre elas e a equipe de pesquisa.

Retomando os resultados discutidos anteriormente, observa-se que, em geral, os adolescentes em situação de rua apresentam projetos profissionais bastante elaborados, considerando a etapa desenvolvimental em que se encontram e a média de idades obtida na amostra estudada. Independente da área de atuação profissional almejada ou do *status* associado às diferentes profissões, os adolescentes em situação de rua demonstraram querer “*ser alguém na vida*”, sendo valorizados socialmente pelo resultado final do seu trabalho. Estes dados confirmam os achados de Sarriera e colaboradores (2001), em que os adolescentes da periferia revelaram a expectativa de vencerem as dificuldades para alcançarem um futuro melhor. Segundo eles, a forma para se alcançar a felicidade seria, principalmente, através do trabalho.

A elaboração de projetos futuros é, possivelmente, uma das principais molas propulsoras do desenvolvimento profissional. Se um adolescente, independente do nível socioeconômico, não espera nada de seu futuro, dificilmente dará um primeiro passo em busca da conquista de seus sonhos. Por esta razão, não é pertinente o argumento de que nada adianta um adolescente em situação de rua desejar ser piloto de avião, médico, juiz ou presidente de um país, porque dificilmente ele atingirá sua meta. É problemática a análise de dados probabilísticos sobre a efetivação de determinados projetos profissionais ou vitais. Importa analisar o quanto a existência ou não de expectativas futuras influencia no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua, em suas dimensões sociais, afetivas, cognitivas, familiares, educacionais e profissionais.

A influência da elaboração de projetos futuros sobre os participantes é observada quando se considera que todos os adolescentes do estudo julgam depender deles próprios a consecução de seus planos. Em nenhum momento, esta incumbência é depositada apenas em outras pessoas. Isto mostra o papel ativo a ser desempenhado pelo adolescente na melhoria de sua qualidade de vida. O entendimento desta postura é essencial para a elaboração de políticas públicas que visem à promoção social desta população.

Integrando o aspecto profissional ao educacional, observou-se uma adequação de expectativas em relação ao futuro. Os adolescentes em situação de rua depositaram grande importância na Educação como forma de ascensão profissional, indicando o estudo como principal forma de realização de seus projetos. Todos os adolescentes referiram a intenção de continuar ou retomar os estudos no futuro. Contudo, estas percepções não são transformadas em ações concretas no presente, na intenção de efetivar uma maior vinculação entre o adolescente e a Escola. Na percepção dos participantes, a Escola tradicional não transmite os conhecimentos necessários ou úteis para o contexto no qual vivem os adolescentes. Essas informações serão absorvidas durante o aprendizado prático de atividades profissionais, em cursos profissionalizantes. Como citado anteriormente, para aqueles que fazem da rua a sua escola, não é necessário entrar em uma instituição educacional para aprender conhecimentos que não serão utilizados na vida real. A Escola tem apenas a função de emitir certificados ao final de uma longa trajetória de dedicação. Tais certificados, segundo os adolescentes, serão importantes para a entrada no mercado de trabalho, pois serão exigidos como mais um documento em meio a outros, como a carteira profissional ou o documento de identidade. A Escola abandona a função de transmissora de conhecimentos e passa a ser emissora de títulos. Por esta razão, o futuro educacional está presente apenas no discurso dos adolescentes em situação de rua. Sarriera e colaboradores (2001) afirmam que, para os adolescentes de nível socioeconômico mais baixo, a escola parece ter o seu significado associado a um ambiente de exclusão. Por esta razão, fazem do trabalho um depositário de suas expectativas em relação ao futuro.

Acredita-se que um dos possíveis caminhos para intervir no problema do distanciamento entre o adolescente em situação de rua e a Escola seja a capacitação profissional. Se o objetivo é inserir efetivamente os adolescentes em situação de rua dentro de um processo de escolarização, é preciso abandonar o modelo da escola tradicional e buscar novas formas de valorização do conhecimento que o adolescente já adquiriu na rua. Sarriera e colaboradores (2000) afirmam que a família, a escola e o trabalho são microssistemas fundamentais que contribuem para a formação da identidade do adolescente. Enquanto o adolescente em situação de rua, na formação de sua identidade, se sente subvalorizado dentro da escola pela imposição de repetições de fórmulas matemáticas prontas, o mesmo garoto realiza complexas operações durante a venda de produtos nas ruas. Carraher, Carraher e Schliemann (1995) asseveram que o conjunto de situações usado na escola para aprendizagem de conceitos está sempre distanciado das práticas diárias dos alunos. O objetivo do adolescente na escola é repetir um conjunto de

procedimentos ensinados, através de fórmulas ou operações até que se consiga encontrar um resultado esperado pelo professor. Caso o aluno consiga este resultado, obteve êxito. Os resultados das operações dos adolescentes nas ruas não são apenas números, são indicações de decisões a serem tomadas (Carragher, Carragher e Schliemann, 1995). Na rua, é preciso que o adolescente some o seu dinheiro para comprar um sanduíche, negocie com o comprador um percentual de desconto, caso o consumidor leve um número maior do produto vendido. Neste contexto, o significado atribuído às operações matemáticas, por exemplo, é outro, implicando em ganhos ou perdas reais. Por estas razões, é preciso redirecionar o foco da escolarização de adolescentes em situação de rua para as relações entre habilidades e competências (Perrenoud, Paquay, Altet & Charlier 2001). É preciso integrar os conhecimentos a serem adquiridos no presente com as expectativas futuras de aplicação profissional destas informações. Ao longo deste processo educacional, será permitida e favorecida a eclosão de novos projetos profissionais, a serem efetivamente alcançados pelos adolescentes.

Parte da responsabilidade pelo distanciamento entre o adolescente em situação de rua e a escola é atribuída também à família. Uma família que não consegue exercer o controle sobre o fato do adolescente permanecer ou não na rua, dificilmente desempenhará semelhante fiscalização sobre a frequência do aluno à escola. Werneck (1992) afirma que a família tende a depositar sobre a Escola toda a responsabilidade de educar o filho, afastando-se deste compromisso que deve ser dividido entre as instituições familiar e educacional. Apesar do relativo afastamento da família, observou-se a importância que esta instituição representa no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. Analisando essas relações, observou-se que a maioria dos adolescentes (85,7%) mantém contato diário com sua família. Este dado confirma a pesquisa de Lusk (1992), em que 90% dos adolescentes em situação de rua no Brasil mantinham contatos regulares com a família. Em relação aos projetos futuros, constatou-se que um percentual ainda maior (92,9%) dos adolescentes gostaria de constituir uma família no futuro. Apesar dos conflitos familiares e do alto índice de recasamentos nas famílias desses adolescentes, observou-se que os participantes buscaram um modelo tradicional de família nuclear, com esposa e filhos.

Sobre o futuro em relação à moradia, observou-se que, em geral, os adolescentes em situação de rua almejam morar em residências amplas, confortáveis e aconchegantes. Através das fotografias, evidenciou-se a opção por casas limpas, bem pintadas, com grades de proteção que transmitissem sensação de limpeza e segurança. O aspecto da localização dentro do espaço urbano também foi expressamente marcado. Os adolescentes buscam se

inserir socialmente, também através do local de moradia. Configurou-se, como principal expectativa, a saída das favelas e a ida para os bairros, percebidos como setores mais valorizados socialmente, com menos riscos à vida e à saúde de seus moradores.

Integrando os projetos futuros sobre moradia e família, compreende-se o expresso desejo dos adolescentes de constituírem um lar. Ao serem descritos os ambientes internos das residências, constantemente, os adolescentes fizeram referência à família que estaria ocupando os diferentes cômodos. Exemplificando esta questão, ao descrever a cozinha, por exemplo, mais do que simplesmente ter fogão ou geladeira, foi referida a existência de ter uma mesa, com uma toalha e um jarro de flores para que as pessoas pudessem sentar juntas à hora do jantar. Na sala, haveria quadros nas paredes, com as fotos dos familiares. E nos quartos, haveriam camas individuais para os filhos, se contrapondo à idéia de vários irmãos dormindo em uma mesma cama, algo freqüente no presente dos adolescentes. Em relação às fotografias, várias registraram crianças brincando em frente das casas, sorrindo, correndo juntas com outros amigos. Analisando toda a conjuntura no qual está inserido o adolescente em situação de rua, em princípio, o fato da criança ou do jovem ir para a rua se opõe à sua casa, à sua condição financeira e social. Contudo, a partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, é possível compreender que a ida para a rua não se contrapõe ao fato de se ter uma moradia, mas ao fato de não estar incluído dentro de uma família funcional, saudável. Apesar dos adolescentes terem almejado uma situação melhor em termos financeiros e habitacionais, em geral não sonham com mansões ou em serem ricos. Por outro lado, elaboram planos de se ter uma família melhor, mais acolhedora e afetuosa. Em resumo, os adolescentes não desejam apenas ter uma casa, mas um lar, com uma família. Estes resultados não negam que esta população necessita de apoio financeiro dos órgãos governamentais para que haja a devida promoção social, mas ressalta que os adolescentes em situação de rua, no processo de se tornarem adultos, necessitam de ajuda no campo afetivo, familiar. Talvez, a partir melhoria nestes últimos aspectos, seja possível a efetivação prática de seus projetos futuros.

Enfim, acredita-se que uma das importantes contribuições deste trabalho foi ressaltar a importância que a família tem no desenvolvimento dos adolescentes em situação de rua. A influência deste microsistema sobre os adolescentes é evidenciada tanto no sentido de torná-los mais estruturados e resilientes, quando a família está presente, quanto no sentido de desestruturá-los psicologicamente, quando não existem mais vínculos familiares. Lusk (1989, 1992) afirma, através dos relatos de centenas de crianças em situação de rua da América Latina, que elas estão nas ruas para trabalhar e ganhar dinheiro,

porque não há o suficiente dentro de suas casas. Carpena (1999) aponta que 46,87% das respostas dos adolescentes referem-se a dificuldades financeiras como o motivo principal para a saída de casa. Esta autora menciona ainda que apenas 9,37% das respostas se relacionavam a agressões no âmbito familiar. O presente trabalho revela que o aspecto financeiro é apenas uma parcela das motivações que levam as crianças e adolescentes às ruas. Acredita-se que os diferentes níveis de conflitos vivenciados pelos adolescentes no âmbito familiar sejam uma das principais causas do ingresso destes adolescentes nas ruas. Esta percepção é confirmada por Matchinda (1999), ao considerar que um estilo parental autoritário, característico de 62,86% dos pais de crianças em situação de rua, é o principal responsável pela fuga das crianças de suas casas. Raffaelli (1997) sugere que a ruptura dos vínculos familiares é um importante para a compreensão do fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua. Na pesquisa de Raffaelli e colaboradores (2001), a principal razão fornecida pelos adolescentes em situação de rua para saída de casa é a fuga dos conflitos e dos abusos ocorridos no âmbito familiar. Estas conclusões apontam para a necessidade de serem realizadas outras pesquisas que venham a focar de maneira mais aprofundada as relações familiares dos adolescentes em situação de rua. Sugere-se a tentativa de investigação dentro das próprias famílias, buscando conhecer a percepção daqueles que viram seus filhos indo para as ruas. Talvez este seja um caminho importante para o planejamento de intervenções que visem à promoção social destas famílias e à diminuição da incidência de crianças em situação de rua.

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, é possível retomar a dicotomia apresentada pela literatura em relação às expectativas futuras de adolescentes em situação de rua. Conforme descrito no capítulo introdutório, desenvolveu-se, nas últimas décadas, uma percepção de que esta população não desenvolve projetos futuros, em virtude, principalmente, da convergência de suas preocupações apenas para a sobrevivência no presente. Oliveira e colaboradores (1992) descrevem o estereótipo das crianças em situação de rua, no qual está a percepção de que elas não têm aspirações nem anseios diferentes da realização de trabalhos marginais, desejando apenas “tornarem-se criminosos” (p. 172). Craidy (1996) afirma que “... na vida dos meninos de rua, o passado é diluído e o futuro não existe” (p. 172). Ferreira (1979) complementa mencionando que é ilógico tentar extrapolar os projetos de vida dos meninos de rua para um futuro qualquer, próximo ou distante, pois estes estão presos à solução imediata da sobrevivência e da segurança. Em face do exposto, é possível concluir que os dados apresentados e discutidos ao longo do

presente trabalho se contrapõem à literatura citada, ao afirmar sobre o desenvolvimento de projetos futuros pelos adolescentes em situação de rua.

Por outro lado, os achados deste trabalho tendem a confirmar a literatura que relata sobre a existência/desenvolvimento de projetos futuros em adolescentes em situação de rua. Campos e colaboradores (2000) e Macedo e Brito (1998) afirmam que a expectativa de uma vida melhor está presente em todas as crianças em situação de rua entrevistadas. Seguindo esta proposta, Carpena (1999) salientou que 90% dos adolescentes participantes da amostra apresentaram alguma expectativa futura, seja em relação à profissão, aquisição de bens materiais, segurança ou bem-estar afetivo. Oliveira e colaboradores encontraram apenas 6,8% dos adolescentes não tendo planos em relação ao futuro. Tyler e Tyler (1996) afirmam que as crianças em situação de rua aspiram a relacionamentos pró-sociais positivos, construindo sistemas de valores reflexivos, algumas vezes superiores aos da própria sociedade em geral.

Mais do que simplesmente ter expectativas futuras, acredita-se que estas possuem uma influência saudável sobre o desenvolvimento de adolescentes em situação de rua. Retomando o estudo de Wyman e colaboradores (1993), encontraram-se evidências de que expectativas futuras estão relacionadas ao desenvolvimento de resiliência em crianças, influenciando de forma positiva no subsequente crescimento psicológico das mesmas. Retomando a definição de Luthar e colaboradores (2000), resiliência pode ser entendida como sendo um processo dinâmico envolvendo adaptação positiva em um contexto de significativa adversidade. A partir deste pressuposto, é preciso entender a resiliência como um processo e não como um produto pronto e estático. Segundo Wyman e colaboradores, crianças com altos índices de expectativas futuras, comparadas com as de baixos índices, são mais bem ajustadas emocionalmente, apresentam menos ansiedade e depressão – resiliência emocional –, mostram-se mais competentes em suas atividades e desenvolvem-se de maneira mais equilibrada socialmente – resiliência social. Acredita-se que os resultados encontrados no presente trabalho reafirmam as conclusões obtidas por Wyman e colaboradores. Apesar de os resultados não permitirem dividir o grupo de adolescentes em situação de rua em diferentes índices de expectativas futuras – alto e baixo, por exemplo –, é possível afirmar que a amostra estudada se mostrou bastante resiliente em face das difíceis experiências vivenciadas e dos riscos aos quais está submetida. Esses pesquisadores analisaram ainda possíveis diferenças entre outras variáveis sócio-demográficas, tais como, idade das crianças; etnicidade; idade, nível educacional e *status* conjugal dos pais; renda familiar, número de crianças na família e número de eventos

estressores experienciados. Foi constatado que em nenhuma destas variáveis houve diferenças significativas. Conforme citado por Luthar e colaboradores (2000), existe um ganho significativo entre as pesquisas cujo foco são os processos protetivos e a aplicação do conhecimento derivado em intervenções práticas. Segundo estes autores, existe a necessidade de se atentar para a natureza bidirecional das ligações entre a busca por conhecimento dos processos protetivos em resiliência e os esforços para promover estas intervenções.

Confirmando os apontamentos de Wyman e colaboradores (1993), as expectativas futuras tendem a agir protetivamente, no sentido de atenuar os efeitos negativos em crianças e adolescentes expostos a altos índices de estresse. De acordo com esses autores, as perspectivas de futuro podem, por exemplo, reduzir o nível em que uma criança ou adolescente percebe um evento como ameaçador ou aversivo. Ao elaborar projetos futuros, os adolescentes estruturam um conjunto de experiências, atitudes e sentimentos, de forma a facilitar o enfrentamento do mundo. Isto é observado, por exemplo, na atitude que os adolescentes sem vínculo familiar tiveram em relação ao seu futuro. Apesar da difícil situação vivenciada no presente, do sentimento de abandono, da violência sofrida dentro do próprio lar, estes adolescentes apresentaram planos concretos de desenvolver uma família, ter um lar, uma profissão, enfim, de constituir uma vida melhor. Acredita-se que o desenvolvimento de todas estas expectativas em relação ao futuro aja em sentido inverso, ou seja, que a elaboração de projetos futuros possibilitem um melhor enfrentamento das dificuldades presentes. É neste sentido que Werner e Smith (1982) afirmam que uma criança resiliente é aquela que trabalha bem, ama bem e elabora expectativas de uma forma boa. Estes autores reiteram que um componente central nas vidas de indivíduos resilientes é a convicção de que os obstáculos podem ser sobrepujados (Werner & Smith, 1992). Dentro desta perspectiva é que se entende a saída “definitiva” de casa, acompanhada do respectivo rompimento dos vínculos familiares dos adolescentes em situação de rua, como um símbolo de saúde, de coragem, de reação frente às pressões do ambiente, enfim, de busca por um futuro melhor.

Confirmando os achados de Sarriera e colaboradores (2001), observou-se que os adolescentes do presente estudo estão desenvolvendo sua identidade ocupacional e apresentando um nível significativo de expectativas em relação à escolha de uma profissão, ainda que muitas destas escolhas são calcadas na fantasia. Faz-se necessário ressaltar que os projetos futuros estão sempre sendo elaborados e reelaborados. Não são produtos estáticos, acabados, impassíveis de modificações ao longo do tempo. Considera-se que os

resultados desta pesquisa se referem a um recorte de tempo, de contexto de relações e de pessoas selecionadas para o estudo. Como descrito na introdução deste trabalho, certamente existem adolescentes em situação de rua que não possuem projetos futuros, ou porque não chegaram a ser elaborados ou porque foram desconstruídos ao longo do tempo, pela influência de diferentes fatores. Entretanto, os dados deste trabalho mostram que não são maioria entre a população estudada. Toda pessoa em desenvolvimento está continuamente em um processo de construção do seu futuro, seja através apenas de planejamentos ou da implementação destes na prática cotidiana. O que se espera é que os resultados desta pesquisa possam ser considerados no redirecionamento de políticas públicas; que possam gerar reflexões dentro das escolas e na elaboração e execução de intervenções voltadas à promoção social de crianças e adolescentes em situação de rua. Sarriera e colaboradores (2001) afirmam que é preciso elaborar “programas que não sejam meramente adaptativos, mas que façam os jovens refletirem sobre as suas condições de vida, de forma a buscarem seus sonhos e, principalmente, continuarem com a esperança” (p. 31). Espera-se enfim, através de diferentes multiplicadores sociais, que em médio e longo prazos, estes resultados possam gerar mudanças de posturas frente à infância e adolescência em situação de rua. Que em nenhum momento alguém seja desestimulado a sonhar, mas que sejam maximizados os recursos para transformar os sonhos em realidade. Retomando o pensamento citado na epígrafe deste trabalho, “um simples sonho nunca levou ninguém a nada; mas todos que um dia alcançaram, é porque um dia sonharam”.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, A. M. de O., Ribeiro, A. S. M., Pacheco, J. G. & Neiva-Silva, L. (1998, Outubro). *Estratégias de intervenção na rua*. Trabalho apresentado na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Almeida, D. M. & McDonald, D. (1998). Weekly rhythms of parents' work stress, home stress, and parent-adolescent tension. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 82, 53-67.
- Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Alves-Mazzotti, A. J. (1997). Representações sociais de meninos de rua. *Educação e Realidade*, 22(1), 183-207.
- Alvim, M. R. B. & Valladares, L. P. (1988). Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da literatura. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais*, 26, 3-37.
- Amerikaner, M., Schauble, P. & Ziller, R. C. (1980). Images: The use of photographs in personal counseling. *Personnel and Guidance Journal*, 59, 68-73.
- Anderson, L. D. (1921). Estimating intelligence by means of printed photographs. *Journal of Applied Psychology*, 5, 152-156.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184.
- Ataide, Y. D. B. (1993). Os meninos de rua e a questão da cidadania. *Revista da Faculdade de Educação do Estado da Bahia*, 2(2), 35-51.
- Bandeira, D. R., Koller, S. H., Hutz, C. S. & Forster, L. (1994, Outubro). *O cotidiano de meninos e meninas de rua*. XVII International School Psychology Colloquium, Campinas, São Paulo.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original publicado em 1977).

- Barker, C., Pistrang, N. & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. New York: Wiley.
- Bohoslavsky, R. (1998). *Orientação vocacional: A estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977).
- Bolsoni, J. (2001). *Interação de irmãos: Fatores de risco e proteção*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Bonamigo, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: Um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 129-152.
- Borowski, F. (2002). *Representação do self em pré-adolescentes em situação de risco: Método de autofotografia*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Brito, R. C. (1997). *Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: Subsídios para uma intervenção comunitária*. Projeto de Dissertação de Mestrado não-publicado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Bronfenbrenner, U. (1995a). Developmental ecology through space and time: A future perspective. Em P. Moen, G. H. Elder & K. Lüscher (Orgs.), *Examining lives in context* (Vol. 1, pp. 619-647). Washington: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1995b). The bioecological model from a life course perspective: Reflections of a participant observer. Em P. Moen, G. H. Elder & K. Lüscher (Orgs.), *Examining lives in context* (Vol. 1, pp. 599-618). Washington: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. Em Y. L. Friedman & T. D. Wachs (Orgs.), *Captation and assessment of environment across the life* (3-30). Washington: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21<sup>st</sup> century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, 115-125.
- Bronfenbrenner, U. & Moris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org. Série) & R. M. Lerner (Org. Volume), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley.
- Bronfenbrenner, U. & Moris, P. A. (1999). The ecology of developmental processes. Em J. Gomes-Pedro (Org.), *Stress e violência na criança e no jovem* (pp. 21-95). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Burguess, M., Enzle, M. E. & Morry, M. (2000). The social psychological power of photography: Can the image-freezing machine make something of nothing? *European Journal of Social Psychology*, 30, 613-630.
- Cameron, E. H. & Steele, W. M. (1905). The Poggendorff illusion. *Psychological Monographs*, 7(1), 83-111. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Campos, T. N., Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2000). (Sobre)vivendo nas ruas: Habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 517-527.
- Carpena, M. E. F. (1999). *Famílias de meninos em situação de rua na cidade de Caxias do Sul: Locus de controle, situação atual de vida e expectativas para o futuro*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Carraher, T., Carraher, D. & Schliemann, A. L. (1995). *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo, SP: Cortez Editora.

- Carrizosa, S. O. & Poertner, J. (1992). Latin American street children: Problem, programmes and critique. *International Social Work*, 35, 405-413.
- Clancy, S. M. & Dollinger, S. J. (1993). Photographic depictions of the self: Gender and age differences in social connectedness. *Sex Roles*, 29, 477-495.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (no prelo). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*.
- Combs, J. M. & Ziller, R. C. (1977). Photographic self-concept of counselees. *Journal of Counseling Psychology*, 24, 452-455.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Resolução nº 016/2000*, de 20 de dezembro de 2000. Brasília, DF.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). *Diário Oficial da União*, 05 de outubro de 1988. Brasília, DF.
- Cook, S. W. (1939). The judgment of intelligence from photographs. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 34, 384-389.
- Cosgrove, J. G. (1990). Towards a working definition of street children. *International Social Work*, 33, 185-192.
- Craidy, C. M. (1996). *O analfabetismo do menino de rua como produção simbólica da exclusão social*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Craidy, C. M. (1999). *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Crouter, A. C. & Maguire, M. C. (1998). Seasonal and weekly rhythms: Windows into variability in family socialization experiences in early adolescence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 82, 69-82.

- De Antoni, C. (2000). *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: Uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29.
- DeSouza, E., Koller, S. H., Hutz, C. S. & Forster, L. M. (1995). Preventing depression among Brazilian street children. *Interamerican Journal of Psychology*, 29, 261-265.
- DiCarlo, M. A., Gibbons, J. L., Kaminsky, D. C., Wright, J. D. & Stiles, D. A. (2000). Street children's drawings: Windows into their life circumstances and aspirations. *International Social Work*, 43(1), 107-120.
- Dinklage, R. I. & Ziller, R. C. (1989). Explicating cognitive conflict through photo-communication. *Journal of Conflict Resolution*, 33, 309-317.
- Dion, K., Berscheid, E. & Walster, E. (1972). What is beautiful is good. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 285-290.
- Dollinger, S. J. (1996). Autophotographic identities of young adults: With special reference to alcohol, athletics, achievement, religion, and work. *Journal of Personality Assessment*, 67, 384-398.
- Dollinger, S. J. (2001). Religious identity: An autophotographic study. *The International Journal for the Psychology of Religion*, 11, 71-92.
- Dollinger, S. J. (2002). Physical attractiveness, social connectedness and individuality: An autophotographic study. *Journal of Social Psychology*, 142(1), 25-32.
- Dollinger, S. J. & Clancy, S. M. (1993). Identity, self, and personality: II. Glimpses through the autophotographic eye. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 1064-1071.
- Dollinger, S. J., Cook, C. A. & Robinson, N. M. (1999). Correlates of autophotographic individuality: Therapy experience and loneliness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 18, 325-340.

- Dollinger, S. J. & Dollinger, S. M. C. (1997). Individuality and identity exploration: An autophotographic study. *Journal of Research Personality*, 31, 337-354.
- Dollinger, S. J., Preston, L. A., O'Brien, S. P. & DiLalla, D. L. (1996). Individuality and relatedness of the self: An autophotographic study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 1268-1278.
- Dollinger, S. J., Rhodes, K. A. & Corcoran, K. J. (1993). Photographically portrayed identities, alcohol expectancies, and excessive drinking. *Journal of Personality Assessment*, 60, 522-531.
- Dollinger, S. J., Robinson, N. M. & Ross, V. J. (1999). Photographic individuality, breadth of perspective, and creativity. *Journal of Personality*, 67, 623-644.
- Dollinger, S. J., Ross, V. L. & Preston, L. A. (2002). Intellect and individuality. *Creativity Research Journal*, 14(2), 213-226.
- Donaldson, H. (1890). Anatomical observations on the brain and several sense-organs of the blind, deaf-mute, Laura Dewey Bridgman. *American Journal of Psychology*, 3(3), 293-342. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Ekman, P. & Friesen, W. V. (1971). Constants across cultures in the face and emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 17, 124-129.
- Earls, F. & Carlson, M. (1999). Children at the margins of society: Research and practice. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 71-82.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.
- Evans, E. D., Rutberg, J., Carmela, S. & Charli, T. (1991). Content analysis of contemporary teen magazines for adolescent females. *Youth and Society*, 23, 99-120.
- Farinatti, F., Biazus, D. B. & Leite, M. B. (1993). *Pediatria social: A criança maltratada*. São Paulo, SP: MEDSI.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

- Ferreira, R. M. F. (1979). *Meninos de rua: Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, SP: IBREX.
- Forster, L., Barros, H., Tannhauser, S. & Tannhauser, M. (1992). Meninos na rua: Relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista da ABP-APAL*, 14, 115-120.
- Foucault, M. (1991). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. (L. M. P. Vassallo, Trad.). Petrópolis: Ed. Vozes. (Original publicado em 1975)
- Freire, P. (1996). *Pedagogia do oprimido*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. Original publicado em 1987
- Fryrear, J. L., Nuell, L. R. & Ridley, S. D. (1974). Photographic self-concept enhancement of male juvenile delinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 915.
- Fryrear, J. L., Nuell, L. R. & White, P. (1977). Enhancement of male juvenile delinquents' self-concepts through photographed social interactions. *Journal of Clinical Psychology*, 33, 833-838.
- Gaskill, P. C., Fenton, N. & Porter, J. P. (1927). Judging the intelligence of boys from their photographs. *Journal of Applied Psychology*, 11, 393-403.
- Gosciewski, F. W. (1975). Photo counseling. *Personnel and Guidance Journal*, 53, 600-604.
- Günther, H. (1992). Interviewing street children in a Brazilian city. *The Journal of Social Psychology*, 132, 359-367.
- Günther, I. A. & Günther, H. (1998). Brasília pobres, Brasília ricas: Perspectivas de futuro entre adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 191-207.
- Henry, P. H. & Solano, C. H. (1983). Photographic style and personality: Developing a coding system for photographs. *The Journal of Psychology*, 115, 79-87.
- Hoppe, M. M. W. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças expostas a situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

- Hoppe, M. & Koller, S. H. (1997, Julho). *Redes de apoio social e afetivo de crianças de nível sócio-econômico baixo*. XXVI Congresso Interamericano de Psicologia. São Paulo, SP.
- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 59-70.
- Hutz, C. S., Koller, S. H. & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 79-86.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2002). *Geografia da educação brasileira*. Brasília, DF: O Instituto.
- Jacques, M. G. C. (1993). *Trabalho, educação e construção da identidade*. Tese de Doutorado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Judd, C. H. (1905). The Muller-Lyer illusion. *Psychological Monographs*, 7(1), 55-81. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Judd, C. H. & Courten, H. C. (1905). The Zollner illusion. *Psychological Monographs*, 7(1), 112-139. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Judd, C. H., McAllister, C. N., Cloyd, N. & Steele, W. M. (1905). General introduction to a series of studies of eye movements by means of kinetoscopic photographs. *Psychological Monographs*, 7(1), 1-16. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Koller, S. H. (1997, Setembro). *Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua*. Palestra apresentada na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.
- Koller, S. H., Forster, L., Hutz, C. S., Santos, R., Silva, M. S. & Frohlich, C. (1994). Meninos e meninas de rua: Família, educação e trabalho. *Revista do Ensino*, 180, 6-7.

- Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 11-34.
- Laird, D. A. & Remmers, H. (1924). A study of estimates of intelligence from photographs. *Journal of Experimental Psychology*, 7, 429-446.
- Landis, C. (1924). Studies of emotional reactions: I. A preliminary study of facial expression. *Journal of Experimental Psychology*, 7, 325-341.
- Larson, R. (1998). Implications for policy and practice: Getting adolescents, families, and communities in sync. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 82, 83-88.
- Larson, R. & Richards, M. (1998). Waiting for the weekend: Friday and Saturday nights as the emotional climax of the week. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 82, 37-51.
- Lusk, M. W. (1989). Street children programs in Latin America. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 16, 55-77.
- Lusk, M. W. (1992). Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, 35, 293-305.
- Luthar, S. S. (1993). Annotation: Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34, 441-453.
- Luthar, S. S., Cicchetti, D. & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71, 543-562.
- Macedo, M. J. & Brito, S. M. O. (1998). A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: Uma ideologia reconstrutora. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 511-522.
- Maciel, C., Brito, S. & Camino, L. (1997). Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 315-334.
- Maciel, C., Brito, S. & Camino, L. (1998). Explicações das desigualdades sociais: Um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 209-232.

- Martins, R. A. (1996a). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 101-122.
- Martins, R. A. (1996b). Criança e adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 35-44.
- Matchinda, B. (1999). The impact of home background on the decision of children to run away: The case of Yaounde city street children in Cameroon. *Child Abuse & Neglect*, 3, 245-255.
- Mattos, F., Wagner, F., Aquino, I. S., Gozalvo, I. S., Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002, Dezembro). “A rua é boa... Mas também é ruim!”: Percepção de adolescentes em situação de rua. Trabalho apresentado no XIV Salão de Iniciação Científica da UFRGS, Porto Alegre.
- McAlister, C. N. (1905). The fixation of points in the visual field. *Psychological Monographs*, 7(1), 17-53. Resumo obtido em 28/06/2001, do Banco de dados PsycINFO.
- Menezes, D. M. A. & Brasil, K. C. (1998). Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 327-344.
- Mills, J. (1984). Self-posed behaviors of females and males in photographs. *Sex Roles*, 10, 633-637.
- Monteiro, J. M. C. & Dollinger, S. J. (1996). Estudo etnográfico e autofotográfico do menino na rua em Fortaleza, Ceará. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 45-60.
- Monteiro, J. M. C. & Dollinger, S. J. (1998). An autophotographic study of poverty, collective orientation, and identity among street children. *The Journal of Social Psychology*, 138, 403-406.
- Moriwaki, E. (1929). Note on the comparative validities of judgments of intelligence based on photographs and on interviews. *Journal of Applied Psychology*, 13, 630-631.
- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. (C. Buchweitz, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1996).

- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2002a). Adolescentes em situação de rua. Em M. L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 112-121). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2002b). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 202-230). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Okura, Y., Ziller, R. C. & Osawa, H. (1985-1986). The psychological niche of older Japanese and Americans through auto-photography: Aging and the search for peace. *International Journal of Aging and Human Development*, 22, 247-259.
- Oliveira, W., Baizerman, M. & Pellet, L. (1992). Street children in Brazil and their helpers: Comparative views on aspirations and the future. *International Social Work*, 35, 163-172.
- Ortony, A. & Reynolds, R. E. (1978). Metaphor: Theoretical and empirical research. *Psychological Bulletin*, 85, 919-943.
- Perrenoud, P., Paquay, L., Altet, M. & Charlier, E. (2001). *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Raffaelli, M. (1996). Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 123-128.
- Raffaelli, M. (1997). The family situation of street youth in Latin America: A cross-national review. *International Social Work*, 40(1), 89-100.
- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C. T., Kuschick, M. B., Krum, F. M. B. & Bandeira, D. R. (2001). How do brazilian street youth experience 'the street'? Analysis of a sentence completion task. *Childhood*, 8, 396-415.
- Reppold, C. T., Kuschick, M. B., Krum, F. M. B., Bandeira, D. R., Raffaelli, M. & Koller, S. H. (1998, Outubro). *As expectativas de futuro da infância e adolescência frente à situação de rua: O que crianças e adolescentes em situação de rua esperam de seu futuro*. Trabalho apresentado no X Salão de Iniciação Científica, Porto Alegre, RS.

- Ribeiro, I., Romano, M. C. J., Mansutti, M. A. & Romano, J. O. (1998). *Espaço e tempo entre meninos de rua. Considerações com vistas à produção de material didático: Um estudo exploratório*. Monografia. Rio de Janeiro, RJ: IBASE: INEP.
- Ribeiro, M. O. (2001). A criança de/na rua tem família: Uma família em crise. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 11(1), 35-47.
- Rorer, B. & Ziller, R. C. (1982). Iconic communication of values among American and Polish students. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 13, 352-361.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatric*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1993). Resilience: Some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: Objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Sarriera, J. C., Berlim, C. S., Verdin, R. & Câmara, S. G. (2000). Os (des) caminhos dos jovens na sua passagem da Escola ao Trabalho. Em J. C. Sarriera (Org.), *Psicologia comunitária: Estudos atuais* (pp. 45-63). Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C., Schwarcz, C. & Câmara, S. G. (1996). Juventude, ocupação e saúde. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 61-78.
- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C. P. & Lopes, V. B. (2001). Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6, 27-32.

- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Pizzinato, A., Zago, C. & Meira, P. (2000). Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. Em J. C. Sarriera (Org.), *Psicologia comunitária: Estudos atuais* (pp. 25-44). Porto Alegre: Sulina.
- Scanlon, T. J., Tomkins, A., Lynch, M. A. & Scanlon, F. (1998). Street children in Latin America [Versão Eletrônica]. *British Medical Journal*, 316, 1596-1600.
- Silva, A. S., Reppold, C. T., Santos, C. L., Prade, L. T., Silva, M. R., Alves, P. B., Koller, S. H. (1998). Crianças em situação de rua de Porto Alegre: Um estudo descritivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 441-447.
- Smollar, J. (1999). Homeless youth in the United States: Description and developmental issues. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 47-58.
- Swart-Kruger, J. & Donald, D. (1996). Crianças das ruas da África do Sul. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 59-82.
- Tyler, F. B. & Tyler, S. L. (1996). Crianças de rua e dignidade humana. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 83-100.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância (2002). A voz dos adolescentes. Obtido em 07/07/2002 no [www.unicef.org/brazil/voz.htm](http://www.unicef.org/brazil/voz.htm).
- Wagner, A., Falcke, D. & Meza, E. B. D. (1997). Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 155-167.
- Walther, J. B., Slovacek, C. L. & Tidwell, L. C. (2001). Is a picture worth a thousand words? Photographic images in long-term and short-term computer-mediated communication. *Communication Research*, 28, 105-134.
- Werneck, H. (1992). *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Werner, W. W. & Smith, R. S. (1982). *Vulnerable but invincible: A study of resilient children*. New York: McGraw-Hill.
- Werner, W. W. & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: High risk children from birth to adulthood*. Ithaca: Cornell University Press.

- Williams, C. (1993). Who are "street children?" A hierarchy of street use and appropriate responses. *Child Abuse & Neglect*, 17, 831-841.
- Wyman, P. A., Cowen, E. L., Work, W. C. & Kerley, J. H. (1993). The role of children's future expectations in self-system functioning and adjustment to life stress: A prospective study of urban at-risk children. *Development and Psychopathology*, 5, 649-661.
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R. O. & Tavares, M. F. A. (1997). Meninos(as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: Vida na rua & vida na instituição. *Momento*, 10, 131-142.
- Zerubavel, E. (1981). *Hidden rhythms: Schedules and calendars in social life*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Zerubavel, E. (1985). *The seven day circle: The history and meaning of the week*. New York: Free Press.
- Ziller, R. C. (1990). *Photographing the self*. Newbury Park, CA: Sage.
- Ziller, R. C. (2001). The meaning of life personality photo-inventory. Retirado em 15/10/2001, no World Wide Web: <http://www.psych.ufl.edu/~ziller/>
- Ziller, R. C. & Lewis, D. (1981). Orientations: Self, social, and environmental percepts through auto-photography. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7, 338-343.
- Ziller, R. C. & Rorer, B. A. (1985). Shyness-environment interaction: A view from the shy side through auto-photography. *Journal of Personality*, 53, 626-639.
- Ziller, R. C. & Smith, D. E. (1977). A phenomenological utilization of photographs. *Journal of Phenomenological Psychology*, 7, 172-182.
- Ziller, R. C., Vern, H. & de Santoya, C. C. (1988). The psychological niche of children of poverty or affluence through auto-photography. *Children's Environments Quarterly*, 5, 34-39.



## ANEXO A

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA<sup>2</sup>

#### PARTE 1: DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

- Nome
- Sexo
- Idade

#### PARTE 2: GERAL

Como você gostaria que fosse a sua vida no futuro?

#### PARTE 3: EDUCAÇÃO

Você estuda?

- Se sim: Onde você estuda?

Em que série você está?

O que você mais gosta na escola?

O que você não gosta na escola?

Futuro: Você pretende continuar estudando? Por quê?

Até que idade você pretende estudar?

O que precisaria ter na escola para você não sair?

- Se não: Você já estudou? Onde?

Até que série você estudou?

Você pretende voltar a estudar? Por quê?

O que precisaria ter na escola para você voltar a estudar?

O que você mais gostava na escola?

O que você não gostava na escola?

O que você gostaria que tivesse na escola?

Futuro: Você pretende começar/voltar a estudar? Por quê?

Até que idade você pretende estudar?

---

<sup>2</sup> Por uma questão didática, a entrevista semi-estruturada é apresentada na forma de perguntas. Faz-se necessário esclarecer que, apesar do modo de disposição dos tópicos, o instrumento manteve o seu aspecto flexível, permitindo a mudança na maneira de abordar os diferentes temas.

#### PARTE 4: ATIVIDADES

Você trabalha ou já trabalhou?

- Se Sim: O que você faz?  
Onde?  
Por que você trabalha?  
Você gosta de fazer isso?  
Quanto você ganha, por dia, fazendo isso?  
O que você acha do quanto ganha fazendo isso?  
Você gostaria de parar de trabalhar?  
Além do trabalho, você faz alguma outra coisa para ganhar dinheiro?
- Se Não: Se você não trabalha, o que você faz na rua? (brincar, pedir, ...)  
Como você faz para conseguir dinheiro?

Futuro:

O que você gostaria de ser/fazer quando crescer?

Por que você gostaria de ser/fazer "isso"?

Você conhece alguém que é/faz "isso"?

Você acredita que vai conseguir ser/fazer "isso"?

- Se sim: O que precisa ser feito para você conseguir "isso"?

- Depende de quem para que você consiga "isso"?

- Se não: Por que não? O que precisaria ser feito para você conseguir "isso"?

- Então, o que você acha que vai estar fazendo, de fato, nessa época?

Tem alguma coisa que você faça bem e que você gostaria de fazer no futuro?

#### PARTE 5: MORADIA

Onde você mora?

Com quem você mora?

Há quanto tempo?

Onde você dorme?

Desde quando?

Desde quando você saiu de casa? Por quê?

Futuro:

E no futuro, onde você gostaria de morar:

- I – quando tiver 18 anos?

II – quando você for “grande”, adulto?

Como seria essa moradia?

Você acha que um dia você vai conseguir uma moradia assim?

- Se sim: O que precisa ser feito para você conseguir "isso"?

Depende de quem para que você consiga “isso”?

- Se não: Por que não? O que precisaria ser feito para você conseguir "isso"?

Então, o que você acha que vai estar fazendo, de fato, nessa época?

## PARTE 6: FAMÍLIA

Você tem família?

Quem faz parte da sua família?

Você tem contato com a sua família?

- Se Sim: De quanto em quanto tempo você encontra a sua família?

Como?

Onde você encontra a sua família?

Quanto tempo você fica com a sua família antes de voltar para a rua?

Por quê?

- Se não: Por que você não tem contato com a sua família?

Como você se sente quando encontra sua família? Por quê?

Futuro:

Você gostaria de manter contato com a tua família no futuro?

Você acha que isso vai acontecer? Por quê?

Você gostaria de formar/montar uma família?

- Se Sim: Quando? Por quê?

Como seria esta família?

Você acha que isso vai acontecer? Por quê?

- Se Não: Por que você não gostaria de formar/montar uma família?

Você se imagina vivendo com alguém quando for gente grande?

Como é a família dos teus sonhos?

---

<sup>i</sup> Contatos do Autor:

e-mail: [lucasneiva@yahoo.com.br](mailto:lucasneiva@yahoo.com.br)

CEP-Rua – Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas de Rua

Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 104 – Santa Cecília – Porto Alegre – RS

CEP: 90035-003

Fone: (51) 3316-5150